



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO PDTU

**IZABEL CRISTINA COLARES GOMES**

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE  
PARA A AMAZÔNIA: os bastidores da construção da UFOPA**

**Belém  
2011**

**IZABEL CRISTINA COLARES GOMES**

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE  
PARA A AMAZÔNIA: os bastidores da construção da UFOPA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos, Universidade Federal do Pará –  
NAEA/UFPA, para obtenção do título de Mestra do  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Sustentável do Trópico Úmido, sob a orientação do  
Prof. Dr. Nírvia Ravena de Sousa

**Belém  
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Gomes, Izabel Cristina Colares

O Processo de criação de uma Universidade para a Amazônia: os bastidores da construção da UFOPA / Izabel Cristina Colares Gomes; orientadora, Nírvia Ravena de Sousa. - 2011.

152 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2011.

1. Universidade: brasileira e amazônica. 2. Mobilidade social. 3. Burocracia e política. 4. Desenvolvimento regional. 5. A Criação da UFOPA. I. Título.

---

CDD 21. ed. 378.098115

**IZABEL CRISTINA COLARES GOMES**

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE  
PARA A AMAZÔNIA: os bastidores da construção da UFOPA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos, Universidade Federal do Pará –  
NAEA/UFPA, para obtenção do título de Mestra do  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Sustentável do Trópico Úmido, sob a orientação do  
Prof. Dr. Nírvia Ravena de Sousa

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Nírvia Ravena de Sousa  
Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Ana Paula Vidal Bastos  
Examinador interno- NAEA/UFPA

Prof. Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello  
Examinador interno - UFPA

À minha irmã Ana, pelo constante apoio e incentivo, desde o momento em que necessitei pensar e esboçar as primeiras linhas deste projeto de dissertação, caminhando comigo em todos os momentos, especialmente naqueles em que parecia que não poderia avançar.

## **AGRADECIMENTO**

À Universidade Federal do Pará (UFPA), a quem devo a minha experiência profissional e formação.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), não só pelos conhecimentos adquiridos neste nível de estudos, mas por ajudar a consolidar a política de qualificação oportunizada pela UFPA aos seus técnico-administrativos.

À professora orientadora Nírvia Ravena, cujas orientações, críticas e sugestões levaram-me a aprofundar meus estudos sobre a história da primeira universidade criada para o interior da Amazônia.

Aos docentes do Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, pelos conhecimentos que me levaram a uma nova compreensão da realidade amazônica.

Em especial, à Professora Maria Marlene Escher Furtado, cujas lições, riquíssimas em debates, despertaram-me a inquietação a respeito da história da criação da UFOPA.

Ao Professor Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello, pela atenção recebida e, especialmente, pelo incentivo a este estudo, cujas considerações e críticas levaram-me a amadurecer as ideias sobre este estudo.

Às minhas irmãs Ana e Carmem e, também, à minha sobrinha Luciana, incentivadoras e colaboradoras nas horas de necessidades em que estive precisando de apoio.

A Iolanda Miranda, amiga que esteve presente em todos os momentos de estudos durante o Curso de Mestrado.

Aos colegas de curso, pelo relacionamento harmonioso e produtivo e pela troca de experiências que, nesses dois anos de intensa vida acadêmica, serviram de pilares diante das dificuldades e dúvidas.

Acima de tudo isso, agradeço a Deus, fonte da minha força, pela graça de mais uma vitória alcançada.

A universidade não está fora da história de um país; tampouco, é toda a história; mas por ela 'passa' a história e do país do povo e ela participa da história, da vida; neste sentido, é aspiração humana, tentativa, ensaio, verificação, drama e desenlace, tarefa comunitária, trabalho de homens que querem se expressar como homens; fato humano que nenhuma lei poderá abolir e que se expressará muitas vezes apesar da lei.

Ela é uma realidade que fala. Deixemo-la, portanto, falar e tratemos de escutá-la, não no que queremos ou no que nos convém, mas no que ela nos quer dizer.

(Ernesto Leyendecker, *Universidad y dependencia*)

## RESUMO

Este estudo se propôs a realizar uma análise sobre o processo de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) para a Amazônia, compreendendo o papel dos atores institucionais na construção do projeto de criação desta Universidade, cujo compromisso era de a oficializarem como um bem patrimonial para o desenvolvimento da Amazônia. Nesse jogo de poder ficou em evidência o papel da burocracia e da política, e de suas relações de poder (Executivo e Legislativo) no processo decisivo da criação da uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Nesse sentido, as relações de poder no alto escalão (entre políticos e burocratas) configuraram-se na UFPA e nas três esferas de governo. Para a realização deste estudo foi feita uma pesquisa qualitativa utilizando-se dos instrumentos das notas taquigráficas e entrevistas, investigando burocratas e políticos. Os resultados apontam que a criação da UFOPA é resultado de uma ação coletiva e estratégica dos atores institucionais, e que o papel desempenhado foi de fundamental importância na elaboração, na defesa e na aprovação do Projeto de Lei de criação da UFOPA, como também apontam que esta universidade será de grande relevância para o desenvolvimento da região Oeste do Pará e para a Amazônia.

**Palavras-chave:** Universidade. Poder. Burocracia. Política.



## **ABSTRACT**

This paper intends to analyze the process of the making of the Federal University of Western Pará State-UFOPA to Amazon region, as well as to evaluate the role the institutional players have played in the drafting of the project of creation of that university whose commitment was to get federal status as a patrimonial good to the development of Amazon. At this power game bureaucracy and politics have played the leading roles, and their relations to power (executive and legislative ones) have been decisive to the creation of a federal institution of superior studies (IFES). In this sense, the power relations in the highest ranks of government reproduce themselves inside UFPA as well as in the three levels of political life. To the accomplishment of this paper a qualitative research was provided amid bureaucrats and politicians by means of interviews and shorthand notes. The evaluation of the collected data suggests that the creation of UFOPA was the result of a collective strategy of institutional players whose actions have been of utmost importance to the writing, defense and enactment of the project of law creating UFOPA. They also anticipate that this institution will be a leading actor in the development of Western Pará and Amazon.

Key-words: University. Power. Bureaucracy. Politics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Eixos temáticos para análise das notas taquigráficas .....	21
Quadro 2 -	Eixos Temáticos para análise das entrevistas .....	21
Quadro 3 -	Instituições de Ensino Superior na Amazônia .....	58
Quadro 4 -	Instituições de Ensino Superior da Amazônia Brasileira .....	59
Quadro 5 -	Instituições de Ensino Superior do Sudeste Brasileiro .....	59
Quadro 6 -	Instituições de Ensino Superior Público no Pará .....	61
Quadro 7 -	Instituições de Ensino Superior Privado no Pará .....	67
Mapa 1 -	Campi Universitários da UFPA no Estado do Pará .....	72
Quadro 8 -	Campi da UFPA e área de abrangência no Estado do Pará .....	72
Quadro 9 -	Perfil dos atores políticos.....	102
Quadro 10 -	Perfil dos atores burocráticos .....	104

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição das IES, cursos e matrículas – Brasil 1996 – 2004 .....	28
Tabela 2 -	Percentuais de instituições, cursos e matrículas de graduação presencial, segundo a região – 1996 – 2004 .....	28
Tabela 3 -	Graduados do Campus de Santarém 1988 – 1993.....	73
Tabela 4 -	Graduados do Campus de Santarém 1994 - 1997.....	74
Tabela 5 -	Graduados do Campus de Santarém 1998 - 2001.....	74
Tabela 6 -	Graduados do Campus de Santarém 2002 – 2008 .....	75
Tabela 7 -	Número de concluintes por curso do Campus de Santarém/UFPA – 1988 – 2008 .....	80
Tabela 8-	Dimensão Institucional (população e a área territorial por Municípios)....	91
Tabela 9-	Indicadores do PIB e renda per capita da área de abrangência da UFOPA	93
Tabela 10-	Indicadores do Ensino Fundamental e Médio da área de abrangência da UFOPA .....	94
Tabela 11-	Funções Docentes Educação Básica – Demanda por Formação no Ensino Superior - Mesorregião do Baixo Amazonas .....	96
Tabela 12-	Índices de Desenvolvimento Humano Municipal da área de abrangência da UFOPA .....	97

## LISTA DE SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ACEPA	Associação Cultural e Educacional do Pará
AMUT	Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Região Oeste do Pará
ARNI	Assessoria Especial de relações Nacionais e Internacionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Cargo de Direção
CESEP	Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará
CESUPA	Centro Universitário do Estado do Pará
CF	Constituição Federal
CIDS	Coordenadoria de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CORPAN	Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior do INEP/MEC
DEM	Partido dos Democratas
EAA	Escola de Agronomia da Amazônia
EM	Exposição de Motivos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FADESPA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FEP	Fundação Educacional do Estado do Pará
FG	Função Gratificada
FICOM	Faculdades Integradas Colégio Moderno
IBEF	Instituto de Biodiversidade e Florestas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICED	Instituto de Ciência da Educação
ICS	Instituto da Sociedade
ICTA	Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEG	Instituto de Engenharia e Geociências
IES	Instituição de Educação Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
ILES	Instituto Luterano de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais
ISEP	Instituto Superior de Educação do Pará
ISES	Faculdades Integradas do Tapajós
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação

MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MPGO	Ministério do Planejamento de Gestão Orçamentária
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PIUAL	Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PNI	Plano Norte de Interiorização
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNOPG	Programa Norte de Pesquisa e Pós-Graduação
PPGRN	Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTU	Programa de Trópico Úmido
REUNI	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDECT	Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Pará
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Pará
SEPAQ	Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará
SEPOF	Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças do Estado do Pará
SESu	Secretaria de Ensino Superior
SIE	Serviço de Informação do Estado
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
UEPA	Universidade do Estado Pará
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFAMA	Universidade Federal do Maranhão
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRR	Universidade Federal de Rondônia
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas
UNESPA	União das Escolas Superiores do Pará
UNIAM	Universidade Federal de Integração Amazônica
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade Luso-Afro-Brasileira
UNIOESPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UNIR	Universidade Federal de Roraima

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	19
<b>3</b>	<b>UNIVERSIDADE: INSTITUIÇÃO QUE TRANSFORMA A REALIDADE SOCIAL</b> .....	22
3.1	HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE .....	22
3.1.1	Educação e a transformação social .....	26
3.1.2	Educação e os partidos políticos .....	31
3.1.3	Regulação do Ensino Superior no Brasil .....	33
3.2	UNIVERSIDADE UMA INSTITUIÇÃO BUROCRÁTICA .....	39
3.3	POLÍTICA E BUROCRACIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	41
<b>4</b>	<b>A UNIVERSIDADE NA AMAZÔNIA</b> .....	50
4.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	50
4.2	EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA .....	56
4.3	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ. ....	60
<b>5</b>	<b>CONTEXTUALIZANDO A CRIAÇÃO DA UFOPA</b> .....	70
5.1	ANTECEDENTES .....	70
5.2	INDICADORES POLÍTICOS .....	76
5.3	A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO .....	79
5.4	TRAMITE DO PROJETO DE LEI .....	84
5.5	A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO .....	84
5.6	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS .....	90
5.7	A CRIAÇÃO DA UFOPA .....	99
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DA AÇÃO DOS ATORES CHAVES</b> .....	102
6.1	PERFIL DOS ATORES INSTITUCIONAIS.....	102
6.1.1	Perfil dos atores políticos.....	102
6.1.2	Perfil dos atores burocráticos .....	103
6.2	A CRIAÇÃO DA UFOPA NA PERCEPÇÃO DOS ATORES POLÍTICOS.....	105
6.3	A CRIAÇÃO DA UFOPA SOB A PERPECTIVA DOS ATORES ENTREVISTADOS.....	112
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	122
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	125
	<b>APÊNDICES</b> .....	133
	<b>ANEXOS</b> .....	141

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é instrumento impulsionador da transformação da sociedade, que conduz ao crescimento econômico e social, que promove mudanças na vida das pessoas. Ao longo de sua história a educação tramitou no sentido de dar ao homem conhecimentos para transformar a sociedade. Esse tem sido ao longo da história, o seu objetivo. No entanto, foi a partir de postulados mais modernos que surgiram ideias liberais sobre o papel da educação na sociedade e que a consideram, desde sempre, como um caminho para a mobilidade social, pois se trata de um instrumento imprescindível para o desenvolvimento econômico e chave de progresso individual e social. A teoria liberal reforça o modelo capitalista de sociedade e é sustentada no ideário de que a educação garante e proporciona condições para o exercício da democracia, constituindo-se, então, em fator fundamental de crescimento econômico e mobilidade social (EMEDIATO, 1978; JANNUZZI, 2004).

A universidade é uma instituição social que, com sua estrutura multidisciplinar, provê a educação em nível superior (graduação e pós-graduação), garantindo a formação de quadros profissionais, desenvolvendo pesquisa e extensão, possibilitando o domínio e o cultivo do saber humano. Portanto, é uma instituição que tem a consciência crítica permanente e que vai estimular a inteligência do estudante e transformá-lo no homem para atuar na vida prática. A universidade enquanto instituição educacional, muito faz em prol da sociedade na qual está inserida, pois foi criada para transformar a realidade social (NOGUEIRA, 2009; CHAÚÍ, 2003). Logo, esta instituição não pode ser reduzida a uma simples formadora de mão de obra, visto que forma recursos humanos capacitados para potencializar as forças produtivas da sociedade. Isso faz da universidade uma instituição reconhecida como produtora de conhecimento no mundo. Do seu contexto emanam ciência e tecnologia para o desenvolvimento e transformação dessa realidade social (LESSA, 2006).

A universidade é também uma instituição política, cuja história está relacionada à história do seu próprio país. Dessa forma, sua relação com a sociedade é fator determinante na condução de sua política e produção. Desde o seu surgimento em Paris, no século XII, a universidade acumulou crescente prestígio social, por ser uma instituição que produz conhecimento, que gera pensamento crítico, que organiza e articula saberes, com o objetivo de formar profissionais e lideranças intelectuais para transformar e fazer crescer a sociedade.

Ao longo de sua história, a universidade sempre esteve determinada ao desempenho dessas funções, ultrapassando o plano abstrato para se constituir, na prática, como elemento emancipador do homem (LESSA, 2006). Este papel emancipador da universidade é

impulsionado pelas exigências da sociedade e pelos problemas do seu cotidiano, pois procura dar ao homem que está formando, conhecimentos, competências e responsabilidades na condução das coisas sociais.

No entanto, esta importante instituição que se expõe diante do mundo para levar mais conhecimento, sofreu crises que a fizeram repensar sua missão. E, no enfrentamento dessas crises, reviu seus fundamentos organizacionais, pedagógicos e culturais objetivando promover uma mudança paradigmática nas formas de explicar o mundo, para se tornar a instituição que é hoje, autônoma e independente na tomada de suas decisões e desempenho de suas funções (SANTOS, 2005).

No Brasil, a universidade chega tardiamente, sua instalação foi dificultosa e era tratada sem a devida importância pelos governos. A história de sua implantação no país foi marcada por forte resistência por parte dos governos. Foi somente no transcorrer do século XX que elas se implantaram com muitas dificuldades, nascem sob a égide do Estado Nacional (década de 1930), voltadas para o preparo profissional, não desenvolvendo, portanto, a investigação científica (LESSA, 2006).

A partir da década de 1960, motivadas pela rápida urbanização e pelo acelerado processo de industrialização, ocorreram grandes transformações sociais que acabaram por demandar melhoria do nível de escolaridade, sinalizando a necessidade de se expandir a educação superior. Passa a haver assim o reconhecimento de que a educação é um importante instrumento da transformação social, isto é, um fator fundamental de crescimento econômico e da mobilidade social (LESSA, 1999).

Esse cenário de mudanças fez com que as instituições de educação superior também passassem por mudanças, estava claro que a modernização da sociedade e o crescimento da economia brasileira dependeriam do avanço da educação (INEP/MEC, 2006). Mas é somente a partir dos anos 1970 que as universidades no Brasil vão apresentar condições para serem consideradas instituições onde o ensino, a pesquisa e a extensão passam a serem elementos indissociáveis, tornando-se assim, padrão de referência. (LESSA, 1999).

Atualmente, a universidade brasileira se apresenta como uma instituição que continua buscando sua autonomia e liberdade, exercendo um papel que, mesmo integrada a um subsistema, lhe permite mobilidade social com o que adquire prestígio e visibilidade. Essa instituição tem resistido às crises, permanecendo firme em alcançar seus objetivos que é o aperfeiçoamento da qualidade do ensino e sua adaptação ativa aos novos tempos, além de procurar preservar a coesão da comunidade acadêmica. Continua na firme luta pela democratização do saber, abrindo as portas para o debate, possibilita a presença de opiniões,



atitudes e projetos conflitantes que evidenciam divisões e contradições, jamais esquecendo o seu papel que é o de produtora do ensino superior, procura adaptar-se aos vários contextos da vida pública para formar o profissional, possibilitando o exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural, e dessa forma reafirma o caráter público da educação, garantindo a democracia e a pluralidade dos interesses, das perspectivas políticas, culturais e ideológicas presentes na sociedade (BELLONI, 1992; CHAÚÍ, 2003).

Na Amazônia, a implantação da universidade não foi diferente do que ocorreu em todo o território brasileiro, se deu a partir da segunda metade do século XX. As universidades nessa região desenvolviam suas ações de forma isolada, mas foi somente a partir da década de 1980 que elas se congregam para buscar alternativas para o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia (ARAGÓN, 2001). Elas se unem para interiorizar suas ações, iniciando com o Programa Norte de Interiorização (PNI) e dando origem à Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ). Hoje, elas se igualam aos grandes modelos de desenvolvimento e representam a produção intelectual e científica da região.

A importância da região Amazônica, cuja essencialidade tem despertado as mais altas esferas do mundo científico e do mundo político, com interesses pelas características ambientais e do papel que exerce sobre o futuro do planeta, o seu desenvolvimento torna-se uma questão global. Esse desenvolvimento deverá transformar o capital natural da Amazônia em ganhos econômicos e sociais de maneira sustentável, com uso da ciência e tecnologia. Essa condição leva à necessidade de novas universidades implantarem um modelo de desenvolvimento regional, garantindo a integridade de seus recursos naturais (ARAGON, 2001; ACADEMIA..., 2008).

Os desafios da Amazônia levaram o governo federal, em 2007, a acenar para a criação de mais uma universidade pública nessa região, como parte de sua política de expansão de universidades federais, o que redundou na criação de uma universidade federal no interior do Estado do Pará, a Universidade Federal Oeste do Pará (UFOPA), a primeira do interior da Amazônia.

Falar da história da criação de uma universidade pública significa, não só descrever os fatos históricos e o momento político, onde há todo um movimento de reflexão, discussão, articulação e tomada de decisão para concretização de tal obra social, mas, principalmente o de ressaltar a ação dos atores que empreenderam um grande esforço para tornar possível a realização de uma grande obra educacional.

Assim, no sentido de aprofundar esse olhar sobre a atuação daqueles que mantiveram a firme decisão de construir uma nova universidade para a Amazônia brasileira, valendo-se de

suas funções políticas e burocráticas, do papel que exerceram no jogo do poder e de seus conhecimentos sobre a região Amazônica, principalmente, sobre a região Oeste do Pará, o processo de investigação desta pesquisa versou sobre a atuação dos atores institucionais, no processo de criação da UFOPA, guiado pela seguinte questão de pesquisa: ***Em que dimensões política e social, os atores institucionais contribuíram para a construção da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)?***

Para responder a essa questão de pesquisa, buscou-se ***compreender a importância do papel dos atores institucionais na construção da criação da UFOPA, nas interfaces política e social***, como objetivo principal deste estudo. Em função desse foco de análise, os objetivos específicos são: a) identificar os principais aspectos determinantes para criação da UFOPA; b) distinguir os atores institucionais e sua atuação na criação da UFOPA; c) identificar as contribuições, nas interfaces política e social, a partir da criação da nova universidade; e d) constatar o nível de participação dos governos federal, estadual, municipal e da UFPA, na criação da UFOPA.

A relevância acadêmica desta pesquisa está na discussão acerca do papel dos atores institucionais na criação de uma universidade pública, sobretudo, demandando novas reflexões relativas ao contexto acadêmico sobre o papel e a importância da universidade, ensino superior, mobilidade social, burocracia e política, desenvolvimento regional e universidade na Amazônia, bem como a respeito das ações desenvolvidas pela UFPA sobre a interiorização na região, índices de desenvolvimento político, econômico e social que impactam no desenvolvimento sustentável da área de abrangência da UFOPA.

Este estudo situou-se nas ações políticas e burocráticas de criação da UFOPA, frente aos desafios em se criar novas universidades públicas, visto que para um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, constatou-se a necessidade de criação de mais universidades que concretizem estratégias de desenvolvimento harmonizando o desenvolvimento regional com a valorização do homem, com a melhoria de vida da população e a preservação ambiental da região.

Face ao exposto, esta dissertação se apresenta com a seguinte estrutura:

O primeiro capítulo consiste nesta introdução que apresenta o trabalho, fazendo um breve comentário sobre a importância do papel da universidade enquanto instituição emancipadora da sociedade, onde também se expõem o tema, a justificativa, o problema e os objetivos que orientam a condução da pesquisa.

No segundo capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam a realização do estudo, onde são abordadas as características da pesquisa, a abrangência do

estudo, a coleta e análise dos dados e a consistência da pesquisa.

No terceiro capítulo apresenta-se a história da universidade brasileira na qual se discute as dificuldades de implantação e os seus desafios diante da sociedade; o marco regulatório do ensino superior; a educação enquanto fator de mobilidade social; as instituições e a questão da mudança institucional; e a política e burocracia na administração pública.

No quarto capítulo, trata-se da Universidade na Amazônia, em que constam os subtemas referentes ao desenvolvimento regional, educação superior na Amazônia e educação superior no Pará.

O quinto capítulo compreende o histórico do processo de criação da UFOPA onde são apresentados os aspectos que antecederam a criação da universidade, as ações da UFPA na região Oeste do Pará, as iniciativas de criação de universidades para região, a conjuntura política do momento no Pará e no Brasil, os indicadores econômicos e sociais da área de influência da UFOPA e os projetos de criação e de implantação dessa universidade.

O sexto capítulo versa sobre os resultados alcançados, analisando o perfil dos atores políticos e burocratas e a percepção dos atores sobre a criação da UFOPA, dispostos nas notas taquigráficas e entrevistas.

Finalizando, apresenta-se a conclusão deste estudo, com reflexões embasadas nos dados extraídos dos resultados da pesquisa, as sugestões para futuros estudos e as dificuldades no desenvolvimento da pesquisa.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, buscou-se descrever e interpretar a importância do papel dos atores institucionais na construção do projeto de criação da UFOPA, nas interfaces política e social, e que assumiram o compromisso de a oficializarem como um bem patrimonial para uma região do interior da Amazônia, ansiosa por uma instituição voltada às suas vocações e ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, para análise desse fenômeno político-social, ou seja, um fenômeno voltado à democratização do ensino e ao desenvolvimento regional tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; a ênfase da atividade do pesquisador localizou-se no processo de transformação e mudança em que se desenrola o fenômeno, avaliando seu percurso, enquanto realidade dinâmica.

Três momentos se delinearam necessários à realização deste estudo, quais sejam: *as reflexões teóricas, a análise documental e as entrevistas*. Quanto às reflexões teóricas, procurou-se discutir conceitos para a compreensão da realidade histórica, política e social que subsidiaram a criação de uma universidade pública na Amazônia, no estado do Pará. Em relação à pesquisa documental, esta possibilitou a análise de documentos como os projetos de criação e implantação da UFOPA e de notas taquigráficas do Projeto de Lei (PL) da criação da UFOPA, possibilitando à pesquisa elementos políticos, sociais e econômicos relevantes, bem como às ações dos atores políticos em relação à aprovação no Congresso Nacional da criação dessa universidade.

Por meio das nove entrevistas, buscou-se apreender elementos a partir da visão dos atores que estiveram envolvidos no projeto, colocando em evidência o papel de cada um, para compreender sua atuação perante o projeto, bem como descrever e interpretar as dimensões políticas e sociais fundamentais à existência da UFOPA. Portanto, esta pesquisa, na apreensão e análise dos dados, suscitou uma abordagem qualitativa por se tratar de um processo de reflexão sobre o papel dos sujeitos. Assim, a análise está relacionada às características do fenômeno com a teoria que embasa o estudo e, também, à realidade da sociedade na qual está situado; e o significado é a preocupação fundamental do pesquisador (TRIVIÑOS, 2006).

Para tanto, se fez necessário lançar mão da *análise de conteúdo* no sentido de interpretar os dados coletados por meio da pesquisa documental e entrevistas, o que significou localizar conceitos-chaves e realizar inferências sobre o entendimento da lógica interna do texto, tendo em vista filtrar e organizar as categorias analíticas emergentes no texto a partir de aspectos que apareçam com regularidades, agrupar as informações em categorias. Com isso, buscou-se promover nexos e aprofundamento, por meio de ligação, ampliação e inferências

pertinentes à elucidação do tema e analisar as categorias buscando novos ângulos e aprofundando a visão mediada pelas questões norteadoras e objetivas do estudo.

O *locus* desta pesquisa abrangeu atores institucionais dos Municípios de Santarém e Belém. A seleção desses sujeitos se deu em função da representatividade e da participação política de cada um na elaboração e implantação do projeto de criação da UFOPA.

O grupo de sujeitos sociais envolvidos neste estudo foi composto por 14 (quatorze) atores, sendo 06 (seis) docentes, 04 (quatro) da UFPA e 02 (dois) da UFOPA; 01 técnico-administrativo da UFPA; e, 07 (sete) políticos, 01 (uma) prefeita, 01 (um) deputado estadual e 04 (quatro) deputados federais.

Como critério de diferenciação entre os atores desta pesquisa denominou-se de burocratas os atores institucionais ligados às IFES e de políticos, os atores institucionais ligados aos partidos políticos (LOUREIRO et. al., 2010).

Na coleta de dados do estudo em questão, utilizou-se a pesquisa documental e entrevista semiestruturada. A pesquisa documental se ateu aos projetos de criação (2007) e o de implantação (2009) da UFOPA, assim como das notas taquigráficas referentes aos pronunciamentos de 05 (cinco) políticos sobre as argumentações em defesa do Projeto de Lei, observando-se, principalmente, a justificativa para a implantação da IFES no Pará e a ação dos parlamentares em relação à tramitação e sua aprovação.

Na entrevista semiestruturada, os dados foram colhidos *in loco*, junto a 09 (nove) atores, sendo 07 (sete) burocratas e 02 (dois) políticos, no período de fevereiro a junho de 2011. A entrevista constituiu-se por um roteiro de 05 (cinco) perguntas versando sobre a opinião dos atores em relação: ao nível de participação de cada um dos entrevistados; aos fatores que determinaram a criação da UFOPA; aos aspectos sociais e políticos relevantes para que o projeto da UFOPA se concretizasse; à avaliação da participação dos governos federal, estadual, municipal e da UFPA no processo de criação da UFOPA (APÊNDICE A).

Antes da coleta definitiva junto aos entrevistados, foi realizado um pré-teste com 02 (dois) atores burocratas, selecionados das representações docente e técnico-administrativo, que participaram da Comissão de Elaboração do Projeto de Criação da UFOPA em Santarém, para verificar a consistência do instrumento e validação.

Para o desenvolvimento da etapa de análise dos conteúdos obtidos das notas taquigráficas dos atores políticos, o Quadro 1 apresenta a categorização<sup>1</sup> por eixo de argumento, cujos significados foram estabelecidos pela pesquisadora:

**Quadro 1** - Eixos de argumentos para análise das notas taquigráficas.

<b>EIXO DE ARGUMENTAÇÃO</b>	<b>SIGNIFICADO NA PESQUISA</b>
Desenvolvimento regional	Percepção dos políticos sobre a contribuição da UFOPA para o desenvolvimento da Amazônia.
Educação superior	Percepção sobre a contribuição da UFOPA na transformação da realidade, através da formação de cidadãos e profissionais no desenvolvimento econômico, social e cultural.
Viabilidade do projeto	Constitucionalidade, juridicidade e recursos financeiros para concretização do projeto de criação da UFOPA.

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

O quadro 2 apresenta as categorias para análise dos conteúdos que emergiram das falas dos atores entrevistados, definidas em eixos temáticos, cujos significados também foram estabelecidos pela pesquisadora:

**Quadro 2** - Eixos temáticos para análise das entrevistas.

<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>SIGNIFICADO NA PESQUISA</b>
O papel dos atores na criação da UFOPA	Mostrar o grau de participação e importância dos atores institucionais frente ao processo de criação da UFOPA.
Fatores determinantes para a criação da UFOPA	Fatores que influenciaram a decisão governamental para a autorização da criação da nova universidade na Amazônia.
Contribuições sociais e políticas a partir da criação da UFOPA	Contribuições prospectadas relacionadas à melhoria da qualidade de vida da população da área de influência da UFOPA, aliadas aos investimentos por meio do quadro político e lideranças dos diversos segmentos.
Nível de participação dos governos	Atuação dos governos federal, estadual e municipal frente à ação de criação da nova universidade.
Nível de participação da UFPA	Atuação da UFPA frente à ação de criação da nova universidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Com base nessa categorização, as falas dos atores políticos e burocratas foram analisadas e interpretadas dentro de um plano discursivo e analítico.

<sup>1</sup> Conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si, permitindo o agrupamento de ideias ou expressões em torno de conceitos estabelecidos pelo pesquisador (GOMES, 1994).

### **3 UNIVERSIDADE: INSTITUIÇÃO QUE TRANSFORMA A REALIDADE SOCIAL**

#### **3.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE**

A história da universidade está relacionada com a própria história do país de onde ela emerge. Assim, sua relação com a sociedade é fator determinante na condução de sua política e produção. Segundo Lessa (2006, p.1), desde seu surgimento, no século XII, em Paris, pela interação de mestres, e em Bolonha, pela organização e lutas de estudantes, “a universidade acumulou crescente prestígio social, ficando visível que o conhecimento ilumina, operacionaliza, amplifica e legitima o poder”. Portanto, a universidade é uma instituição que, além de produzir conhecimento, gera pensamento crítico e se estabelece para organizar e articular saberes, com a finalidade precípua de formar cidadãos, profissionais e lideranças intelectuais que atuarão em prol do desenvolvimento da sociedade. Por isso essa instituição está historicamente determinada ao desempenho dessas funções, que ultrapassam o plano abstrato para se constituir, na prática, como elemento emancipador do homem na sociedade (LESSA, 2006).

Nesse sentido, ainda de acordo com o autor, o papel social da universidade é indispensável à reprodução da vida social, o que significa dizer que, de maneira nenhuma, não pode ser reduzida à mera produtora de recursos humanos, muito pelo contrário, essa instituição prepara um corpo de profissionais que dela egressa de forma capacitada e com responsabilidade cidadã e social, permitindo à sociedade nacional potencializar suas forças produtivas e criativas e reforçar sua presença enquanto produtora de conhecimento no contexto mundial, articulando e comercializando com as nações líderes.

O papel emancipador da universidade atualmente, enquanto instituição pública para levar ao homem novos conhecimentos e promover mudanças na sociedade, é impulsionado pelas crises que se instalaram em seu cotidiano, revirando seus fundamentos organizacionais, pedagógicos, culturais, no sentido de levar a uma mudança paradigmática nas formas de explicação do mundo (LESSA, 2006). Portanto, sua função emancipadora associa-se à reestruturação produtiva da sociedade em curso, à globalização capitalista, e também às questões da informação, assim como ao modo como se passou a viver a vida. São esses fatores e processos que estão modificando profundamente as sociedades contemporâneas, seus valores e suas instituições.

Ao longo de sua existência a universidade se defrontou com três grandes crises: 1) A da hegemonia que é a incapacidade de desempenhar suas funções – de um lado como

produção de alta cultura e formadora das elites, e de outro, como produtora de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais para formar mão de obra qualificada – o que conduziu o Estado e os agentes econômicos a privilegiar meios alternativos fora do contexto universitário resultado de atribuições funcionais contraditórias; 2) A crise da legitimidade que resultou na perda da consensualidade que outorgava à universidade o papel de organizadora do conhecimento, mas que era empreendido através de restrições ao acesso e ao credenciamento de competências, e também pelas exigências político-sociais por uma democratização da universidade, estendendo-se às classes populares; e 3) E, a crise institucional que se efetou como resultado das crises da hegemonia e a da legitimidade, pela contradição entre a autonomia universitária, a eficácia de natureza empresarial e a responsabilidade social (SANTOS, 2005).

Nesse cenário, já em pleno século XX, surge a universidade brasileira com muitas dificuldades em sua implantação, pois desde a época da Colônia essa instituição está sob bases políticas, fato que contribuiu, muitas vezes, para adiar a sua montagem, fazendo-a caminhar devagar. Para Lessa (2006) a instalação da universidade no Brasil foi postergada desde a independência até o entre guerras mundiais. Nesse sentido, Fávero (2006) argumenta que a história da criação da universidade no Brasil é recheada de forte resistência, tanto por parte de Portugal, em razão da política de colonização, como pela elite brasileira da época, que preferia estudar na Europa, considerando um nível de qualificação melhor para continuidade de seus estudos, visto que a Colônia ainda estava se implantando, portanto, seria melhor estudar na universidade de Coimbra ou em outras europeias. Portanto, foram diversas as tentativas de criação da universidade no Brasil, nos períodos colonial e monárquico, porém, todos sem êxito, situação que continuou por mais de um século.

Até o final do Primeiro Reinado, Portugal exercia grande influência na formação da elite brasileira, o que demonstra uma política de controle da Metrópole sobre “qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia” (FÁVERO, 2006, p. 20-21). Com a transferência da sede da Monarquia para o Brasil, houve necessidade de se criar uma infraestrutura para a Família Real. No que tange a educação superior, a Monarquia promoveu apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante, sendo que “o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado nacional”, influenciando na formação das elites e na mentalidade política. Outras tentativas



ocorrerão no Império, com a criação de duas universidades<sup>2</sup>, sendo uma na Região Norte e outra na Região Sul do país, ambas com duração efêmera.

Segundo Lessa (1999), essa instituição foi formalmente organizada, em 1920, quando, foi oficialmente criada a primeira universidade do Brasil, ou seja, a Universidade do Rio de Janeiro. Depois foram criadas outras em várias capitais como: a USP, em São Paulo, a Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte e a Universidade de Porto Alegre. Apesar de ter sido uma instituição tão almejada, a universidade no Brasil jamais ocupou a posição central, assim como foi na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, os seus diplomados foram atores decisivos na construção do Estado nacional brasileiro.

Essas primeiras universidades eram voltadas para o preparo profissional e sem lugar para a investigação científica, pois diferiam do ideário das que foram criadas nos anos 1970, já configuradas como universidades que integravam o ensino, a pesquisa e a extensão. Eram instituições indispensáveis ao projeto do Brasil-potência<sup>3</sup>, apesar da sua condição na pós-modernidade, como uma instituição anacrônica e desperdiçadora de recursos (LESSA, 1999).

A universidade dos tempos contemporâneos, diante de uma crise financeira e fiscal, não provê, ainda, um ensino superior e um sistema de produção de alta-cultura, na melhor versão, apresenta-se apenas no papel de coadjuvante, pois ainda precisa definir sua identidade, necessitando de uma “reforma” modernizadora. Percebe-se que a universidade pública brasileira ainda padece com a crise econômica do final do século XX, pois há de se enfatizar que no contexto dessa universidade faltaram discussões e debates sobre temas que envolviam a situação do País e que até hoje ainda vigoram (LESSA, 1999).

Nos anos 1970, a universidade jamais colocava em pauta discursiva a falência do projeto Brasil-potência, isto é, o questionamento da industrialização voltada para dentro e a aceleração inflacionária, que constituíam a hipertrofia da temática de curto prazo, visto que essa instituição pública estava impedida pelas políticas do regime militar que castrava qualquer tentativa de emancipação e autonomia na sociedade<sup>4</sup>. Essa situação atingiu a prioridade e a visibilidade que eram dadas à ciência e à tecnologia, à diversificação universitária e aos temas associados ao projeto nacional. Assim sendo, nos anos 1980, prossegue a política de restauração do Estado de direito, a explicitação retórica da prioridade

---

<sup>2</sup> Uma no Amazonas, em 1909 e a do Paraná, em 1912 (FÁVERO, 1980).

<sup>3</sup> Este projeto (modelo econômico brasileiro do período militar) canalizava investimentos do Estado para a indústria pesada (siderurgia e bens de capital) para transformar o país numa “potência gigante” (LESSA, 2009).

<sup>4</sup> “Caíram progressivamente em obscuridade os temas ligados à economia real e a projetos de desenvolvimento de longo prazo” (LESSA, 1999, p. 10).

social e a construção da democracia, são minadas progressivamente pela crise econômica<sup>5</sup> (LESSA, 1999).

Enfim, a crise se generaliza no País, levando à atrofia do Estado que, por sua vez, convergiu para uma situação difícil nas áreas econômica, social e jurídica. Esse foi um período que favoreceu a hegemonia do Poder Executivo que através do uso de medidas provisórias excessivas, levou a uma crise de identidade nacional, cujas repercussões desse processo recaem sobre a Universidade, contribuindo para a estagnação do sonho da pesquisa na instituição, que só vem ocorrer nos anos 1990 com o projeto de desenvolvimento científico e tecnológico (LESSA, 1999; 2006).

Na atual conjuntura de uma sociedade globalizada, apesar de todas as dificuldades, Lessa (1999) enfatiza que a configuração da universidade não é mais uma instituição mercantil, mas aquela que continua buscando sua autonomia e liberdade, postulada pela Constituição Federal de 1988, exercendo um papel que, mesmo integrada a um subsistema, lhe permite mobilidade social com a qual adquire prestígio e visibilidade. A universidade tem resistido a todos os embates, permanecendo firme em alcançar seus objetivos que, na visão do autor, devem ser permanentes, quais sejam: o aperfeiçoamento da qualidade do ensino e a adaptação ativa aos novos tempos, além de procurar preservar a coesão da comunidade acadêmica.

Nessa trilha de pensamento, Chaui (2003) afirma que a universidade é uma instituição social, com ideia de democratizar o saber e, por assim ser, manifesta, de maneira determinada, a contribuição para as mudanças na estrutura e no modo de funcionamento da sociedade; possui em seu interior a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que demonstram divisões e contradições. Essa relação interna entre universidade e sociedade explica o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, cuja prática está fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições. Esse é o princípio que a torna diferente de outras instituições sociais e lhe confere um caráter de autonomia perante a sociedade.

Complementando o pensamento de Chaui (2003), Belloni (1992) afirma que a universidade, mesmo atravessando os tempos, preservou seu papel ou função básica, voltada para a cultura superior, moldando seus conceitos de acordo com os níveis de desenvolvimento social, econômico e padrões culturais da sociedade à qual pertence. Ou seja, para que a

---

<sup>5</sup> “período que se vislumbra uma temporária estabilização dos preços que vem acompanhada pelo desemprego, pela atrofia de oportunidades inerente à redução do crescimento e pela desmontagem do sonho da sociedade de bem-estar anunciada na Constituição de 1988” (LESSA, 1999, p. 10).

universidade cumpra com o seu papel de formadora do cidadão e do profissional, ela precisa cumprir suas funções, e nestas reafirmar o caráter público da educação, das quais deriva sua peculiaridade de ser um serviço ou um bem que deve ser acessível a toda a população, garantindo a democracia e a pluralidade ideológica, cultural e religiosa, isto é, “a pluralidade dos interesses, das perspectivas políticas, culturais e ideológicas presentes na sociedade” (BELLONI, 1992, p. 76).

Destarte, a função social da universidade se traduz, essencialmente, na educação, cujo compromisso fundamental é o de desenvolver toda a sociedade, independentemente da natureza jurídica de cada instituição. A universidade de hoje deve tematizar a sua função formativa, levando em consideração a significação social dos conhecimentos, construindo-os criticamente e buscando novas formas de responder a problemas específicos da realidade. Em qualquer nível ou formato, a universidade, enquanto instituição educacional é essencialmente pública, pois “o conhecimento, a formação, a ação pedagógica, os objetivos educacionais são inegavelmente públicos e carregam uma forte significação social e política. Todas têm, portanto, função e missão irrecusavelmente públicas” (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 31).

### **3.1.1 Educação e a transformação social**

A educação é um importante instrumento impulsionador da transformação social. Esse pensamento passou a ter mais influência a partir de 1960, quando estudos da realidade social demonstraram como “a educação começou a ser considerada uma variável importante para explicar o índice de crescimento econômico” e “a produtividade era vista como algo fortemente influenciada pela educação”. Esses postulados básicos fizeram renascer as ideias liberais sobre o papel da educação na sociedade. Nesse sentido, os economistas, políticos e organismos internacionais passaram a reconhecer a validade da economia da educação como uma área importante de pesquisa (EMEDIATO, 1978, p. 207).

O autor, ao se referir às teorias econômicas da educação, buscou apoio nos argumentos das teorias econômicas: clássica (Smith, Malthus, Ricardo e Marx) para explicar o fator humano; neoclássica para explicar a produção; e keynesianismo que veio modificar o pensamento econômico da época, recorrendo à quantidade do capital físico para explicar o índice de crescimento econômico.

Ao se referir à teoria liberal, Emediato (1978) afirma que a educação foi sempre considerada um caminho para a mobilidade social, pois, dessa forma, é importante para o desenvolvimento econômico e a chave de progresso individual e social. Como instrumento

para o crescimento econômico, deverá ser um indicador para a mobilidade individual, pois ao promover o aumento da produtividade, possivelmente levará ao aumento de salários e, conseqüentemente, promoverá a mobilidade econômica. Nesse sentido, a universidade ao promover a hierarquia educacional, está trabalhando para promover a hierarquia profissional.

A teoria liberal reforça o modelo capitalista de sociedade e é sustentada no ideário de que a educação garante e proporciona condições para o exercício da democracia, sendo, então, fator fundamental de crescimento econômico e mobilidade social, processos desenvolvidos a partir dos anos 1960 nos países desenvolvidos onde “os problemas da pobreza ou da integração racial nestes países foram encarados pela teoria do capital humano como um problema de níveis de educação” (EMEDIATO, 1978, p. 209) e nos países subdesenvolvidos a crescente industrialização salientou o papel da educação na mudança social.

Esse processo de industrialização, no caso específico do Brasil, enquanto país subdesenvolvido ou em fase de desenvolvimento, segundo Emediato (1978) provocou mudanças sociais e movimentos demográficos tendentes a uma maior urbanização. Nesse sentido, a política educacional foi necessária, como meio de integração na racionalidade do mercado, já que o objetivo da sociedade urbana é a modernização. Portanto, a educação no Brasil, apoiada na concepção funcionalista<sup>6</sup>, sustentou que das mudanças ocorridas em âmbito social e econômico decorreria a igualdade, o crescimento individual e a integração social. O autor afirma ainda, que nesse cenário de mudanças, a ciência e a tecnologia vêm exigir, cada vez mais, qualificações mais elevadas adquiridas nas instituições de nível superior, sendo a universidade, deste modo, a executora desse processo que faz da educação um elemento básico para a obtenção de posição social e de poder.

Respalando essa ideia de Emediato (1978), Jannuzzi (2004) observa que a educação é indispensável, especialmente nos momentos de acirramento das contradições sociais, visto que assume um papel estratégico na relação com o desenvolvimento econômico, pois vem possibilitar a percepção da massa trabalhadora no que se refere aos interesses do capital. Em relação à educação superior, Waitz e Arants (2009), afirmam que em virtude dessas mudanças, as instituições no Brasil também passaram por mudanças em função das necessidades e exigências da sociedade, visto que passaram a questionar o seu papel e a sua relação com o mercado, com o mundo do trabalho e, ainda, a sua contribuição com programas de desenvolvimento econômico e social.

---

<sup>6</sup> É uma corrente sociológica, concebida por Émile Durkheim, que se baseia “na visão da sociedade como um organismo, à semelhança de um *organismo vivo*, um todo integrado, onde cada parte desempenha uma *função* necessária ao equilíbrio do todo” (KRUPPA, 1994, p. 55).

Nesse sentido Nogueira (2009) afirma que as transformações econômicas e sociais demandam uma melhoria do nível de escolaridade da população, sinalizando igualmente para a necessidade de expandir a educação superior quantitativa e qualitativamente, isto é, melhores instituições e novos níveis de ensino. Com essa configuração, a educação superior não resume apenas uma questão política, mas essencialmente, uma questão social, por ser formadora de pessoal qualificada e formuladora de políticas públicas. Desta forma, a modernização da sociedade e o crescimento da economia brasileira dependem do avanço educacional.

Portanto, para melhor compreender a importância da dimensão educacional superior no Brasil observa-se o período de 1996-2004, que apresenta um crescimento expressivo do sistema, cujos índices “chegam a aproximadamente a 120%, para instituições e matrículas, e 180%, para cursos” (INEP; MEC, 2006, p. 14)<sup>7</sup>, conforme demonstra a Tabela 1 a seguir:

**Tabela 1-** Distribuição das IES, cursos e matrículas - Brasil 1996 e 2004.

ANO	IES	(%)	Cursos	(%)	Matrículas	(%)
1996	922	-	6.644	-	1.868.529	-
2004	2.013	118,3	18.644	180,6	4.163.733	122,8

Fonte: Revista Educação Superior Brasileira (1991-2004) MEC; INEP/DEAES, São Paulo (2006).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, verifica-se um crescimento expressivo de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, na ordem de 118,3% entre 1996 e 2004. Diante desses dados, percebe-se que a política educacional vigente, promoveu condições legais, para a expansão do ensino superior, alcançando todas as regiões brasileiras, sendo que a Região Sudeste, por ser a mais desenvolvida, permaneceu com o predomínio no País. No entanto, os dados do INEP/MEC (2006), no período analisado, demonstram que o crescimento das IES Região Sudeste diminuiu, ou seja, em 1996 a região detinha 62,4% das IES, 47,8 % dos cursos e 55,0 % das matrículas. A partir de 2004 esses índices baixaram e as regiões que mais cresceram foram Norte e Nordeste, em número de instituições e matrículas, conforme tabela abaixo:

**Tabela 2 –** IES, cursos e matrículas de graduação presencial nas regiões do Brasil – 1996 e 2004, em termos percentuais.

REGIÕES	Instituições (%)		Cursos (%)		Matrículas (%)	
	1996	2004	1996	2004	1996	2004
NORTE	3,7	5,9	6,2	8,2	4,1	6,0
NORDESTE	10,5	17,2	15,5	17,8	15,0	16,3
SUDESTE	62,4	50,0	47,8	45,8	55,0	49,4
SUL	13,2	16,7	22,0	19,1	18,7	19,1
CENTRO OESTE	10,2	10,7	8,4	9,1	7,2	9,2

Fonte: Revista Educação Superior Brasileira – 1991-2004 – MEC/INEP/DEAES, São Paulo, 2006.

<sup>7</sup> Cf. Revista Educação Superior Brasileira – 1991-2004, São Paulo (2006).

Sobre esse cenário, Nunes (2004, p.14) afirma que a educação superior cresceu vertiginosamente, tendo como principal propulsor o investimento privado. Para tanto, apresenta quatro justificativas desse crescimento: o aumento quantitativo de pessoas com o ensino médio completo; a importância da educação superior como pré-requisito de bons salários e manutenção de emprego; a expansão do ensino superior, que elevou as oportunidades de acesso e; a estabilização da economia, a partir de 1994, que possibilitou a realização de um melhor planejamento por parte das famílias e dos estudantes, para o custeio da educação superior em médio prazo.

Para o INEP/MEC (2006), a expansão da educação superior nas regiões brasileiras não ocorreu apenas no sentido de ampliação geográfica, mas também na ampliação social, desenvolvendo-se um movimento que buscou incorporar setores sociais, antes excluídos desse grau de formação. “A classe média baixa e os trabalhadores foram atraídos, sobretudo, pelas instituições privadas que passaram a lhes oferecer cursos mais breves, mais baratos e, em tese, mais afinados com a sua destinação profissional” (INEP; MEC 2006, p. 16).

Essa expansão da educação superior em todo o País veio acompanhada de um intenso processo de mobilidade social ascendente. Nesse sentido Ribeiro e Scalón (2001) afirmam que a maior parte da população economicamente ativa, ao longo dos últimos cinquenta anos, alcançou melhores postos de trabalhos urbanos por apresentar-se mais qualificada como resultado das mudanças estruturais induzidas pela industrialização e, principalmente, devido à ampliação da oferta educacional à sociedade brasileira.

Segundo Jannuzzi (2004), a mobilidade social é um indicador de desenvolvimento social, pois serve para medir e analisar o quanto ascendem ou descendem os indivíduos na hierarquia social. A este estudo somam-se os estudos de Pastore (1979; 2000), Valle Silva (1981; 1999), Hasenbalg ; Silva (1988), Jannuzzi (2000; 2001) e Ribeiro ; Scalón (2001) que consideram que a mobilidade ascendente é a que melhor vem desempenhar a função de indicador de desenvolvimento social. Portanto, essa é uma conceituação que reforça o sentido de que a mobilidade social interage com o de estratificação, que se refere ao deslocamento de indivíduos ou grupos de indivíduos de um estrato para outro da hierarquia social (JANNUZZI, 2004).

Vista desse modo, a mobilidade social, segundo Jannuzzi (2004, p.4) se refere à entrada dos indivíduos na pirâmide social a partir das posições por eles exercidas no mercado de trabalho em termos de: profissão exercida, inserção no processo produtivo, posse ou não dos meios de produção ou qualificação adquirida. Portanto, a mobilidade social, é a

movimentação das pessoas no interior do sistema de categorias socioprofissionais e por extensão do sistema de classes.

A mobilidade social, relativa às ocupações de um indivíduo ao longo da sua vida ou a comparação da sua ocupação em relação à de seu pai, se classifica em: intrageracional, que significa a observação das próprias carreiras dos indivíduos ao longo de suas vidas verificando o deslocamento, para cima, para baixo, ou a manutenção na escala socioeconômica; e intergeracional, que diz respeito à comparação entre as ocupações dos filhos e de seus pais, verificando se aqueles ingressam em posições piores, melhores ou similares (PASTORE; VALLE SILVA, 2000)

A mobilidade social ainda se apresenta de outras formas como a estrutural e circular. A primeira forma ocorre quando as pessoas trocam de posição na estrutura social em função de mudanças macrossociais, ocorrendo abertura de novos postos de trabalho com melhores oportunidades. Esse tipo de mobilidade prevalece em sociedades que estão em estágio inicial de desenvolvimento. A segunda forma, é a mobilidade circular, é aquela em que, para uma pessoa ocupar uma posição mais alta, outra tem que desocupá-la (por troca, aposentadoria ou morte). Esse tipo de mobilidade acontece nas sociedades por ascendência social por esforço individual (em função da troca de posições). Para Pastore e Valle Silva (2000) a mobilidade social começa a ser determinada por elementos de competição no mercado de trabalho, o que é comum nos países mais avançados, onde a educação tem papel relevante.

No Brasil, entre 1973 e 1996, ocorreu uma leve redução da mobilidade estrutural e uma razoável elevação da mobilidade circular que aumentou 24%, dando mostra de que o mercado estava mais competitivo, diferentemente das décadas anteriores – 1950/1970 –, quando surgiram novas oportunidades de trabalho. Atualmente, as habilidades e as qualificações pessoais, os chamados critérios adquiridos se tornaram mais relevantes. Assim, a mobilidade depende das condições estruturais e das individuais. Isso leva a concluir que é preciso considerar não só a estrutura das profissões, mas também a origem social do indivíduo, ou seja, todo o seu histórico pessoal educacional, assim como o seu *status* no início da carreira profissional, entre outros. Na avaliação de Pastore e Valle Silva (2000), essas variáveis se referem à educação como um dos principais recursos individuais para aproveitamento das oportunidades de emprego e, conseqüentemente, para a ascensão social.

Dessa forma, o ensino superior, vem instrumentalizar o indivíduo na medida em que lhe proporciona o diploma de curso superior, portanto, um acúmulo de capital intelectual. Para Bourdieu (2010), isso significa a objetivação do capital cultural, pois confere ao seu portador um valor convencional de um capital cultural escolar institucionalizado, confere

também, ao indivíduo uma competência para toda a sua vida, que vem imbuída de uma titulação que dará a possibilidade empírica de mobilidade social, já que os cargos oferecidos no mercado são dependentes da economia, e que a produção trabalhista leva em consideração a qualificação e a capacidade do indivíduo, que são as moedas do mercado de trabalho.

No contexto dessas discussões sobre mobilidade social, a educação superior é um fator de progresso e de transformação, portanto um indicador de desenvolvimento. Assim, a educação superior deve procurar superar as desigualdades sociais através da formação de pessoal qualificado. No entanto, para isso se concretize, é necessário que haja investimentos na política educacional para que possam contribuir na redução das desigualdades sociais e econômicas.

### **3.1.2 Educação na concepção dos Partidos Políticos**

Tem-se frequentemente afirmado, no presente estudo, que a educação é um dos fatores que influenciam decisivamente no desenvolvimento econômico e social de um país. No entanto, não se pode pensar a educação de um país, sem o olhar sobre a concepção dos partidos políticos, pois a partir deles dependerá a concepção da política educacional vigente.

Para melhor compreender a educação sob a ótica dos partidos políticos brasileiros, Gracindo (1994) apresenta um estudo que identifica as ideias, conceitos e valores, classificando-os em três grandes grupos ou tipologias: um mais conservador da realidade, nominado de *invariante*; outro, que deseja mudanças na realidade, nominado de *mudancista*; e um terceiro, que deseja a transformação da realidade, nominado de *transformadores*.

O grupo dos *invariantes*, composto pelos partidos políticos<sup>8</sup> PDC, PDS, PFL, PRN, PSC, PTB, PTR, que historicamente tem participado na ação política para a manutenção da realidade vigente, por isso, muitas vezes chamados de “conservadores” ou de “direita”, que segundo Gracindo (1994, p.86-84) parecem estar vinculados à manutenção do capitalismo e da democracia vigente.

Para esses partidos, a educação quase sempre é concebida de forma antidemocrática, centralizadora e autoritária, num cenário em que o tradicionalismo pedagógico se perpetua para manter a elitização do processo educativo, transformando o objetivo educacional numa simples formação de mão de obra, garantindo assim a crescente acumulação de capital. Visto

---

<sup>8</sup> PDC e o PDS (fundiram-se para formar o PPR); PFL (tornou-se o atual DEM); PRN (tornou-se o atual PTC); PTR (tornou-se o PTRC);



dessa forma, a adaptação do indivíduo à sociedade capitalista acaba atingindo seu objetivo maior que é a não mudança e a não construção da cidadania (GRACINDO, 1994).

O grupo dos *mudancistas* está composto pelos partidos políticos<sup>9</sup> PDT, PL, PMDB, PRS, PSDB, PST, que são conhecidos como de centro-esquerda. Segundo Gracindo (1994), parecem desejar mudanças no capitalismo vigente, pois defendem um capitalismo mais civilizado acenando para um modelo de Estado e de sociedade que se aproxima do estado do bem-estar social.

Esses partidos concebem a educação como um direito “social”, entendida como contributo para a manutenção do sistema econômico vigente e para o crescimento do capitalismo. Nesse sentido, a educação, deve preparar o indivíduo para um tipo de cidadania que tende a tornar o indivíduo escravo da “técnica”, reduzindo o aprendizado ao mero formalismo acadêmico de transmissão de conteúdos e informações. Na escola é enfatizada a eficácia técnica, desenvolvendo conteúdos e metodologias que asseguram a direção desejada, ou seja, a “assimilação servil do conhecimento” (GRACINDO, 1994, p. 331). Portanto, os *mudancistas* relacionam com muita ênfase os objetivos da educação com o mercado de trabalho, numa adequação da educação ao modelo econômico, reforçando uma postura de mudança do processo educacional, porém, condicionada ao modelo econômico vigente.

O grupo dos *Transformadores* está composto pelos partidos políticos PCdoB, PPS, PSB, PT e PV, que possuem o marxismo como “modelo de Estado e de sociedade” e cuja doutrina é a socialista. Para Gracindo (1994, p. 87) esse grupo partidário parece pretender transformações mais radicais, acenando para um capitalismo mais avançado e, tem no seu interior, partidos que também se aproxima da noção do “Estado do bem-estar social”.

Esses partidos demonstram dar grande ênfase à efetividade política do processo educativo, cujo objetivo apontado é o de formar indivíduos para atuar nas transformações sociais desejadas, daí preconizarem uma educação libertadora, autoemancipadora em que o social parecer ser uma meta, e o indivíduo, o objetivo. Logo, os *transformadores* ao identificar a educação “libertadora” como um instrumento educacional propiciador de transformação social reforçam sua postura de ‘radicalidade’ de suas propostas de mudança, tanto educacionais quanto da realidade social objetiva (GRACINDO, 1994).

A partir dessas considerações sobre como os partidos políticos concebem a educação no Brasil, percebe-se o “pano de fundo” dos discursos e campanhas eleitorais sobre as questões da educação, enquanto ação concreta, no intuito de sensibilizar a opinião pública

---

<sup>9</sup> PL (fundido com o PRONA para formar o PR); PRS (extinto); PST (incorporou-se ao PL); PPS (tornou-se o PCB).

para suas ideias, do seu pensamento e ação partidária, deixando a sociedade de posse de informações, muitas vezes, aquém do desejado e necessário. Essa situação é comprovada pelo teor dos programas de campanhas partidárias que pouco se aprofundam em relação aos temas da educação, onde os discursos e a ação política se apresentam de forma incongruente.

No entanto, observa-se que apesar das adversidades político-partidárias acima destacadas, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) vigente, originou-se de um processo participativo e democrático no seio do poder legislativo, com envolvimento de diversas entidades organizadas da sociedade civil e diversos setores do Estado, promovendo um momento ímpar na história da educação brasileira.

Em suma, no Brasil as políticas educacionais são traçadas pelos partidos políticos, nas diversas instâncias (legislativo e executivo) determinando-se a concepção de educação a ser adotada, sendo decisiva na construção histórica da prática educacional do país.

### **3.1.3 Regulação do ensino superior no Brasil**

O ensino superior do Brasil ampara-se em dois instrumentos legais principais: a Constituição Federal (CF) de 1988 e a LDB de 1996 vigentes. Além desses marcos legais, a regulação do ensino superior brasileiro encontra-se amparada em decretos, resoluções, pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), portarias ministeriais, entre outros de relevância para o bom desempenho das instituições (WAITZ; ARANTES, 2010).

O artigo 211 da CF estabelece como determinações para o ensino público: “[...] a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (BRUNO NETO, 2003, p.284) e em seu § 1º determina que a União se encarregue do sistema federal de ensino. Com base nessas determinações, a LDB, em seu artigo 8º, passa a regular o ensino brasileiro. Ainda na LDB, no artigo 9º, estão estabelecidas as atribuições da União na área da educação, conforme descreve o § 3º de que a União poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal as seguintes atribuições: “[...] autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino” (CARNEIRO, 2009, p. 62), tendo o Ministério da Educação (MEC) e todos os seus órgãos que integram o sistema federal como instância e com poder decisório sobre a regulação do ensino público e privado.

No que se refere ao ensino superior, o artigo 16º da LDB prevê que o sistema é formado por instituições de ensino mantidas pela União; por instituições de educação superior, criadas e mantidas pela iniciativa privada; e por órgãos federais de educação.

O ensino superior oferecido por essas instituições, segundo o artigo 43 da LDB, tem por finalidade estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo para formar profissionais aptos a contribuir com o desenvolvimento da sociedade brasileira. Nesse sentido, a educação superior promove os cursos e programas em quatro categorias: cursos sequenciais por campo de saber, de graduação, de pós-graduação e de extensão (CARNEIRO, 2009).

O MEC, como órgão superior de decisão sobre o ensino superior, é responsável pela sua coordenação, cabendo-lhe o controle normativo do sistema, financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a fiscalização e avaliação tanto dessas últimas quanto das Instituições de Educação Superior (IES) privadas. No entanto, o MEC possui instrumentos que fazem o controle normativo, elaborado pelo CNE ou pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) (NEVES, 2002).

Dessa forma, o MEC tem papel chave na natureza do marco regulatório da educação superior no Brasil, fazendo controle por meio de uma vasta legislação relativa à estrutura e funcionamento do sistema elaborada pelo CNE e SESu. O CNE é composto por duas câmaras representativas: a do ensino básico e a do ensino superior. No que se refere à Câmara do Ensino Superior, esta é composta por conselheiros indicados, a partir de uma lista formulada por entidades nacionais públicas e particulares “que congreguem os reitores de universidades, diretores de instituições isoladas, docentes, estudantes e segmentos representativos da sociedade civil” (NEVES, 2002, p.64), como preceitua o artigo 8º da LDB. Os demais conselheiros são indicados pelo Presidente da República, sendo que a SESu é membro nato nessa Câmara.

Como órgão praticamente independente, que possui credenciamento para criar políticas para o ensino, o CNE tem para com a universidade as atribuições de: subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE); manifestar-se sobre questões de ensino; assessorar o MEC; e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar o sistema de ensino. As atribuições da Câmara de Ensino Superior têm caráter deliberativo e de assessoramento ao MEC, deliberando sobre o reconhecimento dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como credenciamento e reconhecimento de IES, acompanhando, também, o Plano Nacional de Educação (PNE), nas deliberações sobre os estatutos das universidades e o regimento das demais instituições.

Por sua vez, a SESu subsidia o processo de formulação e implementação da política nacional para o ensino superior, além de supervisionar e avaliar as IES com a finalidade de credenciamento ou reconhecimento, entre outras funções como: apoio técnico e financeiro;

elaborar e disseminar estudos sobre a educação superior e sua relação com a sociedade; promover o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais (NEVES, 2002).

Após a promulgação da LDB, a importância da SESu se expandiu face à necessidade de normatização, ou seja, na produção de decretos e portarias, que acabaram direcionando os rumos do ensino superior, criando-se padrões de qualidade a serem atendidos pelas IES. Nesse sentido, destacam-se algumas políticas que estão ligadas mais diretamente à SESu:

[...] condução do processo de discussão e implementação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação; estabelecimento dos padrões de qualidade para os cursos de nível superior; implementação ou supervisão de programas especiais, como o Programa Especial de Treinamento (PET) e o Programa para Melhoria do Ensino Superior (recursos para as IES e financiamento de equipamentos); sistematização da Legislação, criando procedimentos para normas fixadas pela LDB (exemplo: os cursos sequenciais criadas pela LDB, estabelecendo-se parâmetros e procedimentos específicos); supervisão e fiscalização de IES, sobretudo no que tange à Avaliação das Condições de Oferta dos cursos, por meio da constituição das Comissões de Especialistas (SOARES et. al., 2002, p.130).

Outros dois órgãos importantes na condução da política de ensino superior do País são: a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), tendo esse último papel fundamental na implementação de toda a política de avaliação do ensino superior, visto que esse órgão foi criado para desenvolver pesquisas e reflexões sobre a educação e, nos últimos anos, seu papel tem sido cada vez mais diversificado e ampliado, pois, primeiro, procurou consolidar-se como um produtor de dados sobre a educação e, para isso, realiza censos nos diversos níveis educacionais; num segundo momento, mais recentemente, promove o Exame Nacional de Cursos (SOARES et. al., 2002).

Quanto ao processo de criação e credenciamento de novas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, o MEC tem normas específicas para autorização de funcionamento, reconhecimento, credenciamento e outras estabelecidas pelo Decreto nº 3.860/2001. Tal credenciamento é temporário (artigo 46 da Lei nº 9.394/1996) e o reconhecido é obtido somente depois que a IES for avaliada em processo regular realizado pelo INEP.

Quanto aos tipos de IES, conforme o Decreto nº 5.773/2006, o Sistema Federal de Ensino prevê: faculdades, centros universitários e universidades, podendo ser públicas, mantidas e administradas pelo poder público (federal, estadual ou municipal) e privado, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Porém, para cada uma das modalidades de ensino superior ofertadas correspondem normas adequadas

de reconhecimento e credenciamento para funcionamento, estabelecidas de acordo com o Decreto nº 3.860/200 (LEITE, 2002).

A Constituição de 1988 firmou, em seu art. 37, que a “administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” além de outras vinte e uma condições. E no art. 61, § 1º, inciso III, alínea “e” prevê que é privativa do Presidente da República a iniciativa por lei específica, a “criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública” (NOGUEIRA et.al., 2005). Isso significa que só quem tem a prerrogativa de criar e extinguir órgãos públicos é a União.

Assim as universidades federais, estaduais e municipais, por serem mantidas pelo poder público, não são criadas por credenciamento, dependem de lei específica a ser aprovada na Casa Legislativa. Nesse sentido, a LDB de 1996 no art. 54, em observância à CF, estabelece que as “universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal”.

Para Nogueira et. al. (2005) dada à importância histórica das instituições públicas, tais atos legais não consideram outros instrumentos jurídicos de mesmo nível hierárquico, mas que são inerentes à organização acadêmico-institucional de uma universidade. Observa ainda que deveria haver maiores cuidados nas proposições destinadas à criação de novas instituições universitárias, especialmente no caso das universidades federais. Devendo ser consideradas

[...] as disposições legais (Leis, Decretos, Portarias, Resoluções) relativas à regulação da educação superior – processos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento institucional, bem como os de avaliação e de supervisão – também deveriam ser plenamente aplicadas às instituições públicas, tal como hoje são em relação às instituições privadas. Justamente, pelo papel preeminente das instituições públicas federais, ademais do fato de estarem historicamente na raiz do próprio Sistema Federal de Ensino, não deveria haver lacunas que propiciem desencontros ou desajustes entre normas legais. Especialmente se isso implicar ruptura do princípio da isonomia, que pressupõe tratamento igual para entes de mesma natureza (NOGUEIRA et. al., 2005, p. 26).

No caso específico de credenciamento e recredenciamento, o art. 52 da LDB, estabelece os requisitos básicos para a constituição de universidades e estabelece que as universidades sejam instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e de extensão e por conter um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica

de mestrado ou doutorado e um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (NOGUEIRA, 2009).

Todo procedimento de credenciamento de universidades é temporário, diz o art.46 da LDB, no entanto o seu credenciamento é obtido somente depois que a IES for avaliada em processo regular realizado pelo INEP, dando autonomia para as universidades criarem cursos superiores a partir da decisão dos colegiados competentes. Aos cursos autorizados, quando já tiverem realizado, pelo menos, 2/3 da duração total, serão solicitados seus reconhecimentos. A cada 5 (cinco) anos, o processo de supervisão das IES passará por um processo de credenciamento pelo Estado, devendo ser renovado e constituir o credenciamento da instituição junto ao MEC (LEITE, 2002).

Segundo a Resolução CNE/CES nº 10 (28/01/2002), as IES que desejarem credenciar-se para oferecer o ensino superior deverão apresentar a documentação pertinente e incluir um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para um período de cinco anos, no qual será demonstrado como será desenvolvido seu projeto a fim de assegurar o atendimento aos critérios e padrões de qualidade previstos, inclusive, evidenciando os procedimentos de avaliação interna executados. Este será o respectivo termo de compromisso com o MEC (LEITE, 2002).

A autorização de funcionamento é um ato que permite a realização de um exame vestibular para o ingresso de alunos, sendo um ato próprio da SESu/MEC. Mesmo as instituições antigas e credenciadas, devem solicitar autorização para abrir novos cursos e apresentá-los em seus PDIs. O reconhecimento do curso é um ato indispensável que permite a validade da colação de grau e diplomação, e a renovação de reconhecimento é um ato acompanhado pelo MEC que conta com os dados oriundos dos processos de avaliação realizados pelo INEP e pela CAPES (LEITE, 2002).

Em caso de deficiências ou irregularidades que impliquem em suspensão do reconhecimento, desativação de cursos superiores e suspensão temporária de prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários, as sanções estão previstas em lei (CARNEIRO, 2009). Superadas as deficiências, as IFEs poderão solicitar credenciamento no prazo de um ano. A intervenção na instituição e/ou seu credenciamento deverão ser estudados pelo MEC e analisada pela Câmara de Educação Superior com o acompanhamento do dirigente da instituição *pro tempore*.

Devidamente autorizadas e credenciadas legalmente, especificamente as universidades, conforme previsto no art. 207 da CF, gozarão de autonomia didático-científica,

administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRUNO NETO, 2003).

O art. 53 do Decreto nº 5.773/2006, assegura às universidades autonomia e as seguintes atribuições:

[...] criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, obedecendo às normas gerais da União do respectivo sistema de ensino; fixar os currículos dos seus cursos e programas; estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do meio; elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; conferir graus, diplomas e outros títulos; firmar contratos, acordos e convênios; aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivo institucional; administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas (WAITZ; ARANTES, 2009, p. 230).

Considerando a regulação do ensino superior, Nunes et. al. (2004) faz uma análise sobre o ensino superior brasileiro constatando que a política regulatória para o ensino superior brasileiro vem atravessando mudanças desde a década de 1980, principalmente com a edição da nova LDB, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e com as revisões e alterações no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mesmo a educação superior tendo crescido economicamente, sua política continua tendo suas diretrizes voltadas para a supervisão de atividades educacionais. Nesse sentido, os autores dizem que tal direcionamento pode ser observado quando as entidades dão pouca importância às questões econômicas:

1) Nas diretrizes legais referentes à regulação da educação superior, bem como nas atribuições do principal órgãos de regulação e supervisão do MEC, o Conselho Nacional de Educação (CNE); e 2) na operacionalização dos instrumentos destinados a subsidiar as atividades regulatórias, elaborados pelo Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) (NUNES et. al., 2004, p. 18).

Os autores ainda chamam atenção para a necessidade de uma reflexão a respeito dos aspectos econômicos na educação superior, demonstrando uma espécie de microrregulação sobre as atividades acadêmicas das IES nas quais existe um vazio em relação às questões microeconômicas e de sustentabilidade do setor. A educação superior como setor econômico pode ser vista de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CONAE), que separa as unidades de produção segundo as atividades econômicas (seções, divisões,

grupos e classes). A educação está na seção de serviços prestados às famílias que se divide em: educação infantil e ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e educação profissional. Nesse sentido, as IES são unidades produtivas porque prestam serviços educacionais. Diante da relevância econômica da educação superior e do seu dinamismo político, esta se constitui em uma verdadeira arena política, caracterizando-se por ser um palco de interação estratégica de atores interessados, já que as políticas educacionais envolvem complexas relações entre atores e poderes diferenciados.

### 3.2 UNIVERSIDADE: UMA INSTITUIÇÃO BUROCRÁTICA

Para uma definição de instituição Levi (1991) parte da definição usual e não distingue instituição de normas, utilizando as instituições como um conjunto de regras que regulam comportamentos recursivos, voltando sua atenção para um modelo de instituição mais voltado para os fenômenos políticos, denominando esse modelo de instituições formais, com as seguintes características:

[...] por arranjos formais de agregação de indivíduos e de regulação comportamental, os quais, mediante o uso de regras explícitas e de processos decisórios, são implementadas por um ator ou um conjunto de atores formalmente reconhecidos como portadores deste poder. As regras podem ser escritas e tidas como lei, escritas em geral, ou representar acordos verbais ou costumeiros, pois isto é algo que varia entre as instituições. No entanto, qualquer que seja o caso, as expectativas em termos de comportamentos são relativamente claras (LEVI, 1991, p.82)

As instituições configuram e cristalizam estruturas de poder, e ao alocarem seus recursos restringem suas escolhas buscando alterações de regras nos procedimentos de implementações que acaba levando a que comportamentos alternativos passem a ser estimulados ou reprimidos. Como resultado do abandono de comportamentos de submissão por parte de pessoas ou grupos a arranjos institucionais vigentes haverá a necessidade da mudança institucional que ao ser estabelecida, implicará na distribuição de recursos de poder (LEVI, 1991).

A submissão institucional é explicada pela teoria racional, com a qual as grandes decisões resultam do conjunto de decisões tomadas por indivíduos que buscam maximizar seus interesses individualistas, logo, representa indivíduos estratégicos que tomam decisões dentro de constrangimentos para conseguir os objetivos esperados, mas dependem do que os



outros almejam fazer. Portanto esse modelo de escolhas racionais<sup>10</sup> constatam-se preferências por ações coletivas e arranjos institucionais, onde os indivíduos tomam decisões racionais em situações de incertezas e buscam também avaliar os custos e benefícios esperados.

Levi (1991) propõe então uma alternativa que é a obediência voluntária ou consenso contingente<sup>11</sup> que implica em cooperação condicional, onde cada um faz sua parte com base na reciprocidade. No caso das instituições, envolve barganha aceitável, a ação cumpre expectativas razoáveis. No que se refere a cada um ter que executar sua parte, isto é, dentro do cumprimento das expectativas há barganha e distribuição dos incentivos.

Essas instituições são corporificações de regras com aspecto legalista e possuem mecanismos para que as regras sejam obedecidas. Elas também são consideradas instituições *políticas* porque o Estado impõe as regras, *sociais* porque o cumprimento da regra se faz por meio da aprovação e da omissão, e *econômicas* porque as regras são aplicadas através de lucros e perdas.

A universidade é considerada uma instituição social no panorama político onde as relações se entrelaçam, por ser estruturada e organizada para realizar um ideal societário e por ter como papel fundamental criar e difundir cultura e conhecimento, sendo sua importância percebida pelo crescimento quantitativo e qualitativo de instituições em todo o mundo civilizado.

A universidade é uma instituição que se constitui de uma mistura de instituições: burocrática, pela valorização dos processos administrativos; política, na qual se conjuga com liberdade; social, por ter como fim a sociedade; e acadêmica, onde se dá ênfase às práticas pedagógicas. Motta e Pereira (1981) enfatizam que a universidade é, também, uma organização social com fins científicos e educacionais que assume caráter de uma organização burocrática, exigindo uma concepção de organização específica diferenciada das demais organizações públicas e privadas e um corpo de fundamentos conceituais para uma estrutura organizacional também distinta.

Considerando esse entendimento, Schuch et. al. (2005) conceituam a universidade como uma organização que tem sua especificidade decorrente de características no seu nível operacional, fazendo com que esta se diferencie de todos os outros tipos de organização. Ou

---

<sup>10</sup>Essas escolhas assinalam: que as instituições e normas constroem ou facilitam outras escolhas, por um lado e, por outro, podem aumentar ou diminuir os custos das transações; que a combinação de decisões racionais com frequência produz escolhas coletivas não racionais; e que os resultados podem ser alcançados mediante o fornecimento de incentivos seletivos (LEVI, 1991).

<sup>11</sup> Consenso contingente implica reciprocidade de comportamentos, cooperação condicional, envolve cumprir expectativas alheias (LEVI, 1991).

seja, são organizações que possuem estruturas complexas, onde as tomadas de decisões estão diluídas em todos os níveis da organização, por meio de vários colegiados e conselhos.

Para melhor entender a estrutura organizacional da universidade, Hardy e Fachim (1996, apud SCHUCH et. al., 2005) buscaram fundamentos nos seguintes modelos<sup>12</sup> weberianos: estrutura burocrática, colegialidade, modelo político e anarquia organizada, para apontar como características das organizações burocráticas, a dominação em virtude do conhecimento, a coordenação através da divisão do trabalho, as atividades padronizadas, os critérios impessoais, numa hierarquia rígida e regulamentos formais.

### 3.3 POLÍTICA E BUROCRACIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gouvêa (1994, p. 38), diz que para falar de burocracia pública, devemos considerar primeiramente, o espaço de poder e a lógica de ação da burocracia e para falar de burocracia pública, é necessário abordar o papel da burocracia no governo. Em estudos empreendidos no Brasil nessa área, verifica-se a tentativa de minimizar o papel da burocracia no governo, através de duas vertentes: a primeira considera que a burocracia é importante “como agente na definição das políticas gerais”, e a segunda considera a burocracia como importante na “definição do desenho institucional do Estado e, portanto nas propostas de reforma”. A autora ainda enfatiza que nesse contexto somam-se as características negativas como: a incompetência, os traços cartoriais e carreiristas.

A burocracia, desenvolvida por Max Weber, em sua forma moderna, está baseada na razão e no direito, originando-se no capitalismo avançado e com o surgimento do Estado moderno. Esse Estado, que é parte da sociedade, tem estrutura jurídico-institucional e organização fundamentada no direito, sobrepondo-se ao conjunto das demais partes da sociedade. Isso vem expor muito bem o nível de burocratização e tendência em gerar novas organizações burocráticas (MOTTA, 2000).

---

<sup>12</sup> Sobre esses modelos organizacionais da instituição universitária, Schuch et. al., (2005), expõe: *estrutura burocrática* – a universidade para manter a integração administrativa das subunidades precisa do apoio administrativo, pois está estruturada numa burocracia tipicamente tradicional e hierárquica de procedimentos legais extensivos, abrangentes e altamente padronizados; *colegialidade* – na universidade os departamentos são subunidades, com grande influência dos docentes cujas decisões são fundamentadas através dos colegiados, proporcionando autonomia; *grupos políticos* – exercem poder nas universidades e contribuem, também, para criar um ambiente generalista, pois a busca pelo poder gera os conflitos e negociação entre grupos de interesse, por autoridade e poder na disputa por status, prestígio acadêmico; *anarquia organizada* – as decisões são tomadas acidentalmente ou por ausência de ação, mostrando que em caso de estruturas com muitas comissões, altamente complexas, o processo decisório pode vir a ser a influência prevaiente.

Esse “fenômeno burocrático” é a manifestação da forma de dominação racional legítima, característica do estado moderno. Para Gouvêa (1994), a burocracia weberiana é a principal agente das ações racionais e de legalidade. Portanto, a burocracia deve ser vista como agente dos interesses comuns dos membros de uma sociedade capitalista de classes. Assim sendo, o estado moderno é terreno propício para desenvolvimento da burocracia, por meio da expansão qualitativa e quantitativa das funções administrativas, ocorrendo assim o desenvolvimento do sistema de racionalidade legal que acaba por estabelecer o princípio da autoridade e por definir as normas coercitivas.

As concepções weberianas mostram também, a dominação burocrático-legal na economia monetária, que ocorre a partir da remuneração dos serviços, em razão do tipo de função exercida, destacando que todo processo é balizado em um regulamento geral que traz em sua envergadura normas de relações impessoais entre governantes e governados, baseados no princípio da autoridade hierárquica, processo esse que deverá ser administrado por pessoas com qualificações e treinamento específicos (GOUVÊA, 1994).

O Estado é uma organização burocrática, e se constitui dos seguintes elementos: “uma elite política, que geralmente se confunde com a classe dominante e nela se recruta; um corpo de funcionários hierarquicamente organizado, que se ocupa da administração [...]” (MOTTA, 2000, p. 24).

Dois autores fundamentam a definição da elite política: Mosca (1975) afirma que a teoria da elite é o monopólio de poder centrado na capacidade do controle de alguma força social que é hegemônico nos grupos sociais e o grupo que conseguir incorporar a força social é sempre detentor do poder. Bobbio (1992) diz que é a elite política, enquanto extrato da sociedade, que reúne condições para exercer estrategicamente o controle do poder decisório nos campos político, ideológico e econômico, pois são estes segmentos que detêm o controle da maioria das sociedades (tradicionais ou modernas) e, pelo fato de estar institucionalmente organizada, pode recorrer à força para tornar válidas suas decisões. Portanto, o Estado é uma organização de poder, pois dispõe do privilégio exclusivo de dois poderes básicos: o poder de legislar, criando leis, e o poder de tributar, cobrando impostos sobre a população de um determinado território. Esse poder é definido por Weber, como sendo:

[...] a possibilidade de alguém ou de algum grupo impor seu arbítrio sobre o comportamento de outros. Mas ele não está interessado no poder em geral, mas num tipo particular, que é a dominação. A dominação é um estado de coisas em que o governante, ou seja, a pessoa que impõe seu arbítrio sobre os demais crê ter o direito de exercer o poder. Já o governante, por sua vez, considera como sua obrigação obedecer às ordens do governante.

Na dominação, que é um tipo de autoridade estabelecida, existem sempre princípios ou crenças que tornam legítimo aos olhos do governante e dos governados o exercício do poder [...] (apud MOTTA, 2000, p. 27).

A burocracia é, também, um grupo social que se separa do resto da sociedade e se impõe a ela, dominando-a. Essa dominação é feita através de organizações como o Estado, as empresas, as escolas, os partidos etc., que transmitem seu modo de pensar. A burocracia se caracteriza pela separação entre os que executam e os que planejam, organizam, dirigem e controlam (MOTTA, 2000).

Para analisar a burocracia e o sistema político, parte-se das ideias defendidas por Woodrow Wilson e Max Weber, no final do século XIX, por imprimirem um caráter de separação estanque entre política e burocracia, isto é, partem do princípio de que “o político governa e o burocrata apenas administra” (apud LOUREIRO; ABRUCIO, 1999, p. 70).

Tanto o político como o burocrata, nessa vertente teórica, são atores sociais ou agentes sociais, criadores de mudanças sociais, que têm a função de fazer caminhar as instituições públicas, especialmente dentro do cenário democrático contemporâneo, que de acordo com a concepção weberiana, são indivíduos levados por interesses individuais e que se configuram como *tipos ideais*<sup>13</sup>. Esses atores são aqueles que desempenham papel crucial na determinação de iniciativas e escolhas, desenvolvem ações políticas e burocráticas, ocupando posição de autoridade nas esferas de poder (executivo e legislativo), em âmbito local, estadual e federal.

Sobre esses atores que entremeiam a burocracia pública e o sistema político brasileiro, Loureiro et. al. (2010) e De Bonis e Pacheco (2010) defendem concepções comuns, porém com classificações diferenciadas. Loureiro et. al. (2010, p. 73), partem de estudos que desmontam o mito predominante no século XIX, sobre a separação dos burocratas e políticos, afirmando que “a burocracia pública participa dos processos de decisão do Poder Executivo, por um lado, e o Poder Legislativo exerce controle sobre a burocracia, por outro”.

A distinção entre os atores é meramente analítica, já que para Weber a distinção entre burocratas e políticos só valia enquanto delimitadora de tipos ideais. Na sociedade atual, o que ocorre é a confluência de papéis burocráticos e políticos, que se torna tão acentuada a ponto de sugerir um novo tipo, um modelo “híbrido”, configurado por uma mistura entre papéis e atribuições, ou seja, a burocratização da política e a politização da burocracia como afirmam Loureiro et. al. (2010, p. 74): “os políticos fundamentando tecnicamente suas

---

<sup>13</sup> *Tipo ideal* são abstrações “purificadas”, em geral de casos históricos, raramente encontrados em forma pura nos casos empíricos. Como bem se sabe, foi Marx Weber o primeiro a formular tipos ideais nos seus estudos sobre o poder e a dominação. São “ideais” no sentido de que são construídos inteiramente de acordo com as leis teóricas que os explicam e não segundo o mundo real. Ao mesmo tempo, os modelos são escolhidos de modo a corresponderem de forma mais próxima possível ao mundo atual (LAVRA, 1999).

decisões e os burocratas reforçando seu papel nas decisões políticas, seja mediando interesses de clientelas específicas seja norteando-se pelos sinais emitidos pelos políticos”. Essas são as estratégias de atuação desse novo modelo híbrido.

Esses dois grupos adotam estratégia híbrida de atuação, ou seja, os políticos se fundamentam, cada vez mais, no discurso técnico e os burocratas reforçam o aspecto político na sua área de atuação. Dessa forma, ambos seguem cada vez mais a posição de *policy-makers*<sup>14</sup>, com responsabilidade política e sem desconhecer o caráter técnico dos assuntos de Estado (LOUREIRO; ABRUCIO, 1999).

Para Loureiro et. al. (2010) a burocracia é um ator político, composta por atores individuais que ocupam cargos de alto escalão e cargos de direção dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, podendo ser funcionários públicos de carreiras ou profissionais de fora do setor público, e o ator político é o político eleito que busca se estruturar politicamente, através de movimentos calculados e estratégicos, dentro da sociedade civil, tendo como objetivo buscar apoio munido pela burocracia das instituições públicas.

Loureiro e Abrucio (1999, p.70) afirmam que os políticos, ao ocupar cargos públicos, precisam responder tecnicamente aos problemas, e se assim não agirem, correm o risco de perderem seus cargos; já os burocratas, ao ocuparem funções no alto escalão, “precisam atuar politicamente no sentido de escolher prioridades e levar em conta interesses e valores”, tanto no que se referem à lógica interna do sistema político, como operando mudanças nas relações entre burocracia e política.

Concernente à participação dos burocratas nos processos decisórios da democracia contemporânea, Loureiro et. al. (2010), assegura que sua participação é ativa, já que oferecem contribuições relevantes na implementação de políticas públicas, no seu detalhamento e especificação e nos processos decisórios, especialmente porque o Estado é convocado a atuar em diferentes áreas e em assuntos cada vez mais complexos.

Na democracia brasileira, a burocracia encontra-se presente no processo decisório, por implicações históricas e institucionais, exercendo um papel de destaque na definição e na condução das políticas públicas em qualquer regime político (autoritário e democrático), onde, “supostamente, tanto os partidos quanto os grupos organizados na sociedade

---

<sup>14</sup> *Policy-making* aplica-se ao modo de operar do Estado e se traduz no ato de fazer políticas públicas (Viana, 1996). Este processo tem sido objeto de diversos estudos (LINDBLOM, 1980, HOGWOOD ; GUNN, 1984; VIANA, 1996; PEREZ, 1999). No entanto, dada a crescente complexidade dos sistemas políticos e das sociedades modernas com repercussões no modo pelo qual as políticas são produzidas, "não se dispõe de modelos acabados ou consensuais para o estudo do processo de decisão de uma determinada política, mas de variadas correntes de pensamento ou abordagens [...]." (LABRA, 1999).

recuperariam sua capacidade de influenciar ou participar das decisões governamentais de forma plena”. O poder burocrático depende eminentemente do respaldo ou da delegação de algum ator político estratégico, o que significa afirmar que “a relevância dos burocratas nas decisões governamentais não significa ignorar sua dependência institucional em relação à autoridade política, nem tampouco negar que a responsabilidade última pelas decisões é dos políticos” (LOUREIRO et. al., 2010, p.74-75).

Nesse sentido, a presença da burocracia, como um ator central no processo decisório de políticas econômicas no Brasil, é decorrente da incapacidade histórica dos partidos políticos em assumirem suas atribuições no governo. Segundo os autores, o poder da burocracia no Brasil se apresenta sob duas vertentes:

[...] na primeira vertente, o poder da burocracia advém dos interesses socioeconômicos que ela própria representa dentro do aparelho de Estado, na segunda, seu poder deriva, sobretudo, da decisão estratégica dos chefes do Poder Executivo de tentar obter, por meio dos burocratas que ocupam cargos de confiança, alguma garantia de que sua direção e controle sobre a máquina estarão assegurados (LOUREIRO et. al., 2010, p.104).

Assim, entender o papel que a burocracia desempenha no sistema político brasileiro significa que é preciso compreender as características desse sistema, quais sejam: o presidencialismo, o multipartidarismo e o federalismo. São essas características em combinações que vão configurar o que se denominou de presidencialismo de coalizão. Esse modelo é resultado de um sistema eleitoral proporcional e do caráter fragmentado (multipartidarismo que, em geral, quando o partido do governo não consegue a maioria no Congresso, acaba exigindo que o presidente da República faça alianças com vários outros partidos para governar).

No Brasil, o presidencialismo de coalizão prevê ao presidente a utilização de recursos institucionais (medidas provisórias e controle da execução do orçamento) que lhe permitem concentrar o poder e garantir a governabilidade. Tal governabilidade, de acordo Loureiro et. al. (2010, p.105), “não se fundamenta na concentração de poder e sim nas negociações contínuas entre Executivo e Legislativo”, tendo em vista que essas negociações vão construir as coalizões, possibilitando a articulação entre burocracia e política. Dessa forma, o aparato burocrático, desempenha papel decisivo no funcionamento do sistema político, não apenas na formulação e execução das políticas públicas, mas também porque “seus cargos são usados como moeda de troca para garantir apoio do Congresso no governo”, e caso não se negocie os cargos burocráticos pode-se chegar à situação de paralisia decisória por bloqueio congressional (LOUREIRO et. al., 2010, p. 105).

A relação entre política e burocracia, no caso do poder da burocracia no Brasil, segundo Loureiro et. al. (2010) nunca foi usurpado dos políticos, mas concedido aos burocratas, mantendo, dessa forma, a burocracia dependente da autoridade política. Esse poder da burocracia na estrutura do Estado, em geral, advém das funções precípua do Executivo, do Legislativo, e da relação entre ambos e seus vínculos com os partidos e os grupos de interesse.

Cruz (2010, p. 307) faz um contraponto sobre a visão dominante referente à polarização entre políticos e burocratas, com estudos que comprovam que ao longo do século XX, o tipo ideal weberiano de burocracia, talvez não fosse tão universal quanto se imaginava. Mesmo que países como a França, Alemanha e Japão tenham formado suas carreiras burocráticas de acordo com o padrão weberiano, os Estados Unidos criou carreiras mais flexíveis baseadas na formação profissional do indivíduo, porém ainda meritocráticas. Portanto, o processo de racionalização da burocracia não foi padronizado, pois tomou formas distintas em cada país.

De Bonis e Pacheco (2010) concebem um terceiro ator, como elemento relevante da análise, na atuação daqueles que estão à frente das organizações públicas – o dirigente público, considerado um ator característico do Estado contemporâneo. Para os autores dirigentes públicos conceituados como:

[...] pessoas que ocupam cargos no alto escalão governamental, com responsabilidade significativa pelas políticas públicas e pelo desempenho das organizações públicas, respondendo diretamente aos ministros ou secretários de Estado. Sejam oriundos ou não das carreiras do funcionalismo, esses profissionais integram uma equipe de governo, e assim são corresponsáveis pela implementação de um programa de governo, tanto sob os olhos dos políticos que os nomearam como perante a sociedade. Dirigem organizações, buscando alinhá-las às políticas de governo e mobilizando recursos para maximização dos resultados (DE BONIS; PACHECO, 2010, p. 330).

Assim posto, o dirigente público possui relevante grau de responsabilidade, sendo instado por um conjunto de competências e um *ethos*<sup>15</sup> singular, distintos daqueles atribuídos a políticos ou burocratas. Portanto, a institucionalização da função passa a ser vista como condução necessária para um melhor funcionamento do Estado num regime democrático (DE BONIS; PACHECO, 2010).

---

<sup>15</sup> *Ethos* é uma espécie de síntese dos costumes de um povo. O termo indica os traços característicos de um grupo, do ponto de vista social e cultural, que o diferencia de outros. Seria assim, um valor de identidade social (THINES; LEMPEREUR, [1984]).

Para Moore (2002 apud DE BONIS; PACHECO, 2010) os dirigentes públicos, são mais estrategistas do que técnicos e criadores de valor público, capazes de transformar os recursos à sua disposição em impactos positivos que são demandados pela sociedade. Esta concepção rejeita que o dirigente público se configure apenas como um mero executor de ações definidas e projetadas pelos políticos, como também não aceita que seja apenas um mensageiro do interesse público, à revelia dos interesses demonstrados pelos eleitores.

Ainda na perspectiva de Moore (2002), De Bonis e Pacheco (2010), a atuação do dirigente público no governo contemporâneo, se dá em três dimensões: a estratégica, referindo-se à capacidade de conceber e liderar processos de mudança e inovação; a política, concernente a iniciativas que objetivem a legitimação de suas ações diante dos atores internos e externos ao governo; e, a operacional, que diz respeito à melhor gestão do conjunto de recursos à sua disposição para alcançar os objetivos planejados.

Dessa forma, De Bonis e Pacheco (2010) argumentam que o desempenho das organizações públicas na compreensão dos mecanismos de responsabilização democrática permanece incompleto se não considerar-se a presença dos três atores envolvidos, quais sejam: burocratas, dirigentes e políticos.

Para De Bonis e Pacheco (2010, p.334) definem uma descrição para o ‘burocrata’, onde o *ethos* é o “conjunto de valores e princípios que norteiam sua ação, se comparado ao do político profissional”. Esse *ethos* “se assenta na obediência à norma e à hierarquia” cujo poder se constitui na aplicação impessoal da regra, fazendo uso de seu conhecimento técnico e participando de um sistema racionalmente organizado, visto que seu papel está a serviço da aplicação da regra, permitindo assim que o sistema funcione como um todo.

Uma das características do burocrata está em relação à natureza de suas competências para o exercício de suas funções, devendo possuir o conhecimento técnico necessário para compreender os complexos sistemas de regras que regem a máquina pública (jurídico, contábil, econômico-financeiro, etc.). Para ingresso em um órgão público, o burocrata passa necessariamente, por um processo seletivo impessoal, através de critérios técnicos e de concurso público. Entre os integrantes da carreira, o acesso a funções mais elevadas na hierarquia se dá por meio de critérios meritocráticos e de senioridade previamente estabelecidos (DE BONIS; PACHECO, 2010).

Relativo ao dirigente público, De Bonis e Pacheco (2010, p. 335) definição do *ethos* tomou como ponto de partida o *ethos* burocrático, ou seja, “sua conduta se orienta, não a partir do cumprimento da regra, e sim da utilização eficiente dos recursos disponíveis com



vistas à maximização de resultados”. Por tais recursos compreendem-se todos os meios à sua disposição para o alcance de resultados (físicos, humanos, materiais, tecnológicos etc.).

As variáveis definidoras relacionadas ao dirigente público são: pressuposto de racionalidade, nível de discricionariedade da sua ação, competências essenciais, processo de seleção, permanência no cargo e responsividade. O dirigente público se utiliza do pressuposto de racionalidade, para escolher, entre as diversas alternativas de ação, a que maximiza os resultados, a partir do uso eficiente dos recursos. No nível de discricionariedade da sua ação, esse dirigente, por natureza tem sua atuação cedida e avaliada pelo político. As competências essenciais, dizem respeito à capacidade do dirigente de melhor utilizar os recursos em busca de resultados, sendo estas chamadas de competências gerenciais. No processo de seleção, normalmente, os dirigentes são selecionados por processos abertos, podendo ou não pertencer às carreiras públicas, cuja trajetória de carreira e afinidades deve estar em comum acordo com seu superior político. Concernente à permanência no cargo ocupado pelo dirigente, esta normalmente é curta, não se estendendo além da duração do mandato do chefe do Executivo que detém o poder. Ressalta-se que no caso específico do dirigente público, existe ainda a questão da responsividade, ou seja, a nomeação e a permanência no cargo se devem ao político, que espera que esse dirigente seja responsável e profissionalmente competente ao conduzir as políticas que estão sob sua responsabilidade (DE BONIS; PACHECO, 2010).

Concernente ao político, De Bonis e Pacheco (2010, p.339) partem do conceito weberiano da ética da responsabilidade, como sendo aquele que “participa do embate político consciente e que esteja preparado para assumir, quaisquer circunstâncias, pelas consequências de sua conduta”. Do político se espera disposição para defender ideias e interesses e assumir riscos na esfera pública e sua atuação deriva dos processos de representação em que está inserido. Suas propostas e ações devem refletir dimensões de interesse coletivo, pois serão sempre avaliadas pelos eleitores, conforme os mecanismos institucionais da democracia.

Aos políticos cabe como característica, a nomeação de profissionais que possuem capacidade de converter propósitos e propostas em resultados concretos. Assim sendo, a relação entre político e dirigente público é de subordinação pautada pela corresponsabilidade na implementação de um plano de governo, assim traduzido: “enquanto o político realiza a interface com os interesses da sociedade e define continuamente em função dela a direção dos negócios públicos, ao dirigente cabe fazer uso dos recursos disponíveis para transformar esses propósitos em realidade”. Desse modo, as ações e resultados do dirigente são avaliados continuamente pelo político, que dependendo do resultado, poderá substituí-lo ou não a qualquer momento (DE BONIS; PACHECO, 2010, p. 339).

Outra característica importante do político diz respeito à responsabilização que se estabelece essencialmente pelo processo eleitoral, onde as ações passadas e as propostas futuras, características e valores são submetidos ao juízo da população. Há nessa categoria múltiplos cargos e funções de caráter político, por meio dos quais o chefe do Executivo compartilha sua atuação na esfera da representação que está nas relações com outros poderes, com atores sociais, na articulação de acordos, na defesa pública de posições políticas contra a oposição etc. (DE BONIS; PACHECO, 2010).

Em suma, discutir a criação de uma instituição pública requer considerar como elementos relevantes da análise, a atuação de atores sociais, considerados neste estudo, como institucionais por estarem à frente das decisões ou responsabilização nas instituições democráticas, devido ao potencial de influência que exercem sobre as políticas públicas.

## 4 A UNIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

### 4.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Amazônia é algo singular, não existe outra região igual em todo o planeta Terra, daí a sua essencialidade. A Amazônia despertou vários olhares e chamou a atenção do mundo. Assim, falar da Amazônia é falar de uma marca registrada global, que se distingue de todas as demais regiões brasileiras a ostentar nome próprio. A sua natureza e o seu habitat ostentam essa marca singular (MENDES, 2002).

A Amazônia se caracteriza por sua configuração no espaço “que se abre em leque na direção leste-oeste circundada pelos peneplanos<sup>16</sup> das Guianas, ao norte, do Brasil-Central, ao Sul, e pela Cordilheira Andina, ao ocidente” (BENCHIMOL, 1966, p. 21). Em termos de ocupação territorial, possui uma área equivalente a cerca de 7.000.000 km<sup>2</sup> correspondentes à 1/20 da superfície terrestre, 4/10 da América do Sul e 3/5 do Brasil.

Enfatizando essa característica planetária da Amazônia, Aragón (2001) discute a importância da região, demonstrando que sua essencialidade tem despertado na mais alta esfera do mundo científico e do mundo político, interesses pelas características ambientais e do papel que exerce sobre o futuro do planeta, “colocando em relevo toda iniciativa que busque conhecer melhor os processos físicos e sociais que regem a transformação dessa região e a formulação de alternativas para alcançar seu desenvolvimento dentro dos princípios da sustentabilidade” (ARAGÓN, 2001, p.24).

O desenvolvimento da Amazônia, portanto, significa desenvolvimento econômico, social e ambiental, concernente à conservação da natureza e da cultura dos povos que nela habitam. Para isso é preciso pôr em prática o desenvolvimento de um modelo que abrace as exigências da sociedade brasileira e internacional, tendo em vista que a Amazônia é uma questão global, regional e, sobretudo, nacional. Desse modo, tem-se por desafio o compromisso de transformar o capital natural da Amazônia em ganhos econômicos e sociais de maneira ambientalmente sustentável, com o uso da ciência e da tecnologia e da força de trabalho educada e capacitada nessas áreas, o que, em essência, é papel de instituições de ensino superior (ACADEMIA..., 2008).

---

<sup>16</sup> Região geomorfologicamente madura, com topografia plana, desenvolvida de processo erosivo de longo período de estabilidade, resultando em uma superfície de aplainamento (BENCHIMOL, 1966).

Para tanto, é necessária a criação de novas universidades adequadas aos tempos atuais e capazes de transformar a Amazônia, que se juntará a outras instituições já viabilizam diversas iniciativas para o fomento da ciência e tecnologia na Amazônia por meio de programas, planos e projetos<sup>17</sup> concebidos e inseridos na agenda amazônica<sup>18</sup>. No entanto, A Academia (2008) revela que as ações, embora substanciais, foram implantadas de forma fragmentada e caracterizadas por períodos de expansão, estagnação e declínio, que derivaram da desarticulação e da falta de continuidade das políticas públicas.

Para Mendes (2002), o projeto regional para a Amazônia deve ser marcado pela ousadia de propor, ao mesmo tempo, ser integral, integrado e integrador. O autor explica que o *integral* se dá no sentido de promover o desenvolvimento humano e a valorização do homem amazônida por ser o objetivo maior do desenvolvimento, enquanto que *integrado* está no sentido de congregar, conciliar e de compatibilizar o projeto regional como um todo onde todas as necessidades da Amazônia sejam inseridas no processo de desenvolvimento que se busca para essa região, e por fim, o *integrador* no sentido de (re)integrar internamente a Amazônia e integrá-la ao país e ao mundo assumindo seu lugar em termos de igualdade com as demais regiões.

No contexto da Amazônia existem desafios que exigem inovações institucionais, a fim de minimizar as contradições regionais que dissociam o desenvolvimento econômico do desenvolvimento social (COSTA, 2005). O objetivo, então, desse modelo de desenvolvimento é possibilitar o progresso social com equidade intra e intergerações, com eficiência econômica que valorize as especificidades naturais e culturais da região, o que promoverá a sustentabilidade regional. Esse desenvolvimento deverá promover

[...] a adequação entre as necessidades inerentes a um desenvolvimento contemporâneo voltado para a emancipação e inclusão social das grandes massas com os potenciais e limites das bases naturais e culturais presentes na Amazônia. Trata-se, portanto, de construir bases institucionais para a estratégia de promover o desenvolvimento de base local, dependente e formador de capital humano e social, tecnologicamente baseado no uso denso de conhecimento técnico e codificado dos recursos naturais e regionais (COSTA, 2005, p. 185).

Em consideração a essas importantes e fundamentais discussões, Mello (2002) enfatiza que a despeito da Amazônia ser uma das regiões mais ricas do mundo em recursos

---

<sup>17</sup>Programa do Trópico Úmido – PTU; a elaboração do documento da Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia (CORPAM); o Programa Norte de Pesquisa e Pós-Graduação (PNOPG); o Programa Norte de Interiorização (PNI); o Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal – PIUAL; e o fórum das Universidades da Amazônia (UNAMAZ), Mestrado e Doutorado da Capes, entre outros (ACADEMIA..., 2008).

<sup>18</sup>Essas ações “focavam nos esforços de criação de uma base institucional mais forte, com preocupações voltadas para a identificação de prioridades em C&T, acesso aos financiamentos e qualificação de pessoal” (ACADEMIA..., 2008, p.13).

naturais, por possuir uma das mais importantes províncias minerais do planeta, a principal floresta tropical do mundo que guarda a maior reserva planetária de biodiversidade, que a credenciam como o principal laboratório natural para experimentos genéticos e químicos, por habitar na maior bacia hidrográfica da terra, apesar de toda essa riqueza disponível, ainda não se agregou à Amazônia o segundo mais importante elemento da equação: o conhecimento científico. Para esse autor, todo é qualquer plano de desenvolvimento regional para a Amazônia deveria centrar suas metas em três eixos principais de investimento:

1) *educação de qualidade* (que é a base de todo o processo de desenvolvimento, já que sem recursos humanos qualificados toda a sociedade é dependente e carece de boas ideias, empreendedorismo e soberania); 2) *conhecimento científico básico e aplicado* (sem o que não alteramos o patamar e o padrão de nossa economia, impedindo sua verticalização e diversificação produtivas); 3) *obras estratégicas de infra-estrutura* (para estimular a produção e a circulação de mercadorias, o turismo e resolver o grave problema do saneamento básico) (MELLO, 2002, p.56).

Esse autor, complementa que esses investimentos não podem ser implementados de forma fragmentada e desarticulada, para isso impõe-se a necessidade de mudança de mentalidade da sociedade, de uma nova cultura política aos líderes ou de representantes e de uma nova dinâmica de relacionamento entre Estado e sociedade civil em nível regional.

Nesse sentido, as políticas direcionadas para a região deverão contemplar a criação de novas universidades e de institutos científico-tecnológicos, pois envolvem decisões de diversos ministérios como o MEC, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério do Planejamento de Gestão Orçamentária (MPGO), de modo a garantir que pesquisadores possam se estabelecer com consciência e uma visão de mundo para enfrentar o desafio do desenvolvimento da Amazônia (ACADEMIA..., 2008).

Essas políticas, adequadas ao momento histórico contemporâneo, deverão ser capazes de levar a formação de recursos humanos ao interior da Amazônia através das universidades e dos institutos de pesquisa voltados para temas importantes para as mesorregiões. Dentre os temas de maior relevância e urgência para o teor das discussões sobre a Amazônia estão: água, mineração, saúde, recuperação de áreas degradadas, biodiversidade, antropologia e linguística, direito ambiental, logística, engenharia de transporte, biotecnologia, serviço dos ecossistemas, energias renováveis, entre outro (ACADEMIA..., 2008). As universidades e institutos deverão estar articulados em rede para produzir conhecimentos a serem difundidos por toda a Amazônia com vistas à ampliação e o fortalecimento do sistema de ciência e tecnologia que urgem para promover o desenvolvimento – esse é o grande desafio, gerar

conhecimentos que promovam o uso de recursos naturais da Amazônia, com manejo adequado das espécies e dos ecossistemas.

Assim, o desenvolvimento da Amazônia é uma questão de participação e decisão dos envolvidos com as propostas e projetos desenvolvimentistas, onde a participação da sociedade, enquanto um dos princípios das ações de desenvolvimento, viria colaborar com a elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos para o desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

A participação da sociedade teria relevância pelo fato de advir dela elementos para contribuir com uma questão que é de todos – o desenvolvimento da região Amazônica. Nesse caso, o capital social é um dos grandes elementos nessa empreitada, porque é construído a partir do capital humano, de pessoas cidadãos com qualificação e que se interagem em redes sociais para solução de seus problemas, em busca de objetivos comuns. Nesse sentido, Putnam (2002, p. 177), enfatiza que “[...] capital social diz respeito à característica da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade [...]” e aponta algumas variáveis como indicadores de existência de capital social na sociedade que pode evoluir e interferir no desenvolvimento local: confiança mútua, reciprocidade generalizada, coesão do grupo, cultura cívica e cultura política.

Corroborando com esse entendimento, Bandeira (1999, p. 22) entende que fazem parte do capital social de uma comunidade, os traços culturais, visto que contribuem para que seus membros tornem-se predispostos a colaborar, buscando soluções de problemas de interesse comum, tais como, “as redes de relações interpessoais e os sentimentos de confiança mútua entre os indivíduos”, tornando possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade.

Para Bandeira (1999), parece claro que a participação da comunidade na intermediação entre a sociedade civil e a administração pública, que tem por objetivo formular, implementar e avaliar as ações governamentais, é um instrumento importante para a consolidação de relações de confiança entre os vários atores sociais, públicos e privados, vindo contribuir para a acumulação de capital social. Esses mecanismos participativos que permitem uma interação permanente entre a sociedade civil e a administração pública possibilitam processos de capacitação e de aprendizado coletivo e constituem-se em instrumentos para a formação de consensos e de articulação entre os atores sociais envolvidos. Putnam (2002, p. 180) conclui esse entendimento, afirmando que a confiança é um componente básico do capital social e essa confiança promove a cooperação. Daí a importância da criação do capital social que tem a confiança como um dos elementos básicos

do *ethos* que sustentou o dinamismo econômico e o desempenho governamental, o que possibilita o funcionamento da democracia.

Nessa discussão, é importante realçar o papel das elites locais, porque vão colaborar na concepção e implementação das políticas públicas na região. Sobre o termo “elite”, Pareto (1996) afirma que é utilizado para classificar setores que detêm o poder político ou econômico. O autor aponta dois elementos de atuação das elites: a persuasão e a capacidade de exercer a força. A persuasão encontra-se centrada nas relações sociais, e a capacidade de exercer a força encontra-se no governo. Neste sentido, Pareto (1994, p. 79) se expressa dizendo que “as classes dirigentes sempre tentaram falar ao povo à linguagem que elas acreditavam não ser a mais verdadeira, mas a que melhor convinha ao objetivo a que elas se propunham”. Em outras palavras, as elites falam aquilo que é mais conveniente a elas, mas que ao mesmo tempo agrada a maioria do povo, tendo em vista a manutenção de seu poder político.

Silva (2001) considera que as elites têm uma ação fortemente individualista que, associada aos interesses do capital nacional e internacional, vai resultar em poder político regional, que é o canal que, na verdade, expressa os interesses particulares. Assim justifica:

Os representantes dessa elite nos governos, no legislativo, judiciário e nas universidades da região também reproduzem esse padrão de cidadania pouco virtuosa ou baixo civismo em relação aos interesses coletivos da população regional. Assim podemos inferir que as causas do atraso, da pobreza, da degradação ambiental, da exclusão social e da baixa prosperidade econômica na Amazônia brasileira, podem ser creditadas à ação predatória de empresários, banqueiros, comerciantes nacionais e internacionais e governo central, associados aos governos e as elites locais, comprometendo o desenvolvimento regional (SILVA, 2001, p. 6).

Esse autor segue argumentando que são necessárias estratégias de políticas públicas<sup>19</sup> despidas de qualquer vislumbre de interesse particular, mas tão somente aquelas que, visem fundamentalmente à formação de lideranças políticas que estejam comprometidas com a busca da justiça social e a construção da cidadania. São essas lideranças que têm competência, portanto, para imprimir ações que visem de fato ao desenvolvimento regional sustentável, visando contribuir com a melhoria das condições de vida e da construção da cidadania.

A Universidade é uma amostra da sociedade local e na sua política reflete o papel das elites locais. No caso específico da Amazônia, é evidente que as principais universidades

---

<sup>19</sup> Estratégias que atuem em duas frentes: na sociedade civil, para lançar a semente da construção ou ampliação dos laços de confiança, solidariedade e associativismo entre os habitantes da região, através da formação e capacitação de suas lideranças; e nos governos municipais para aumentar a eficiência e eficácia dos serviços públicos, visando à melhoria das condições locais de vida (SILVA, 2001, p. 8)

públicas têm produzido esse cenário, pois de seus bancos saem os principais representantes da elite local. Portanto, a Universidade deve ter uma atuação que ultrapasse a produção de conhecimento científico e tecnológico, através de formação e capacitação de lideranças, dando o devido retorno do investimento realizado à sociedade. Desse modo, a formação das elites na Universidade não pode estar vinculada tão somente à acumulação de capital social na Amazônia, mas o de formar e capacitar recursos humanos para melhorar a eficiência e eficácia da gestão governamental.

Da mesma forma, Diniz (1996) mostra que as universidades da Amazônia devem formar profissionais especializados, visando atender às demandas da sociedade as quais se encontram inseridas, produzir novos conhecimentos nas áreas fundamentais e aplicadas para criar soluções para os problemas do desenvolvimento sustentado da região, de modo a conduzir o homem para “o epicentro do planejamento”, ao invés de simples “epifenômeno”<sup>20</sup> a serviço da sustentação dos sistemas econômicos” (DINIZ, 1996, p. 11).

Complementando o pensamento, Mello (2007) argumenta que as universidades, sobretudo na Amazônia, são instrumentos estratégicos na definição das políticas regionais, pois têm duplo desafio: atingir um padrão de qualidade compatível com as exigências do mundo contemporâneo e com a evolução do conhecimento; e formular programas sociais relevantes capazes de contribuir para a solução dos problemas nacionais, afirmando que uma das missões institucionais da universidade da Amazônia é cultivar sua vocação internacional<sup>21</sup>.

Dessa forma, são as universidades, que ao produzir conhecimento, conduzem ao desenvolvimento econômico e social, pois são elas bens de utilidade pública. No caso específico de uma universidade da Amazônia, no Estado do Pará – em particular na mesorregião do Baixo Amazonas – os desafios colocados ao setor de educação demonstram carências de transmissão do conhecimento, fazendo-se necessário a introdução de programas de educação, capazes de transformar essa realidade, em médio prazo, por meio da criação de novas universidades capazes de levar a formação de recursos humanos ao interior da

---

<sup>20</sup> Fenômeno que vem juntar-se a outro, mas sem influenciá-lo (HOUAISS, 2009).

<sup>21</sup> Sim, porque a Amazônia – o ecossistema amazônico, parte do Trópico Úmido – não é uma realidade (e uma condição) exclusivamente brasileira. É pan-amazônica. Configura-se como um mosaico de paisagens e ecologias da América do Sul setentrional. Envolve países como a Venezuela, o Equador, a Bolívia, a Colômbia, o Peru e mais as Guianas e extensões do Caribe. Além do mais, a cooperação internacional – e, no âmbito desta, a cooperação amazônica como expressão da cooperação Sul-Sul – é condição fundamental ao sucesso futuro do processo de desenvolvimento regional num quadro de globalização das oportunidades de mercado e de trabalho, em que a educação não pode ser mais concebida com um viés puramente nacional ou local, mas ferramenta de um regionalismo multilateral, progressista e solidário (MELLO, 2007, p. 70).



Amazônia, a única mudança economicamente viável e efetivamente possível capaz de transformar essa realidade (MELLO, 2007).

#### 4.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA

O ensino superior na Amazônia é relativamente recente se for levado em consideração as universidades da Europa, que foram criadas a partir dos séculos IX e X (TRINDADE, 1999), difundindo-se por toda a Europa, a partir do século XVI, sobretudo dos séculos XIX e XX, por todos os continentes. As Universidades brasileiras foram criadas a partir de 1920, e na Amazônia elas se implantaram a partir dos anos 1950, quando surgiram: a Universidade Federal do Pará - UFPA (1957); a Universidade Federal do Amazonas<sup>22</sup> - UFAM (1962); a Universidade Federal do Maranhão - UFAMA (1966); a Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT (1970); a Universidade Federal do Acre - UFAC (1974); a Universidade Federal de Rondônia - UNIR (1982); a Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (1987); a Universidade Federal de Roraima - UFRR (1989); a Universidade Federal de Tocantins - UFT (2000), Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (2002) e, atualmente a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA (2009), objeto deste estudo.

Até bem pouco tempo, essas Universidades na Amazônia brasileira viviam isoladas no espaço nacional, ou, quando muito, realizavam acordos internacionais bilaterais com instituições de ensino na Região (ARAGÓN, 1988). Por exemplo, a UFPA, a partir dos anos 1970, recebia em seus cursos de pós-graduação e de graduação alunos provenientes de toda Região Amazônica, tais como: da Colômbia, do Peru e Equador oriundos dos cursos de especialização e do mestrado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA, que serviram de base para estudos eminentemente amazônicos e para cooperação interinstitucional (ARAGÓN, 1988).

Em 1986, a UFPA, com o objetivo de intensificar suas relações internacionais, criou um órgão específico para realizar essa cooperação internacional – a Assessoria Especial de Relações Nacionais e Internacionais (ARNI) –, iniciando, assim, a cooperação interuniversitária latino-americana, na qual a Amazônia é o fator principal. Essa ação permitiu avanço significativo nos planos multilaterais de cooperação, a partir das bases do Plano de Ação em Ciência e Tecnologia para a Região Amazônica. Esse documento viria a tornar

---

<sup>22</sup> A Universidade de Manaus foi à primeira Escola Universitária Livre do Brasil, criada em 1909 e desativada em 1926. Em 1962 foi criada a Universidade do Amazonas (UFAM, 1980).

possível a “identificação das áreas prioritárias para a cooperação ao nível de ensino, da pesquisa e da extensão” (ARAGÓN, 1988, p.6).

A partir daí, surge a necessidade de uma instituição que viria congregar as ações para o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia, o que deu origem a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ). Esse órgão veio representar “um esforço no sentido de buscar alternativas endógenas para a melhoria da educação superior, conforme as exigências do próprio desenvolvimento sustentável da região” (ARAGÓN, 2001a, p. 28).

Em 1987, fruto de um esforço coletivo, foi iniciado um trabalho de articulação interinstitucional que objetivou aumentar a densidade de competência instalada na Região Norte (formando mestres e doutores), principalmente nas áreas prioritárias de saúde e nosologia<sup>23</sup>, agropecuária, tecnologia, socioeconomia, populações humanas e meio ambiente, que continuam a representar desafios gigantescos para a Amazônia, dando-se início as relações entre as universidades amazônicas (DINIZ, 1996).

Para Aragón (2001) essas redes universitárias estabelecidas, frutos do trabalho então realizado, são instrumentos de integração regional que propiciam avanços da educação superior regional. Isso favoreceu às IES, a desenvolverem “programas de docência, pesquisa e extensão nos mais diversos ramos do conhecimento tomando como área de interesse a Amazônia” (2001a, p. 28). Para o autor, essa cooperação contribui para a consolidação da integração amazônica, além de servir para a promoção do desenvolvimento das populações humanas e da ecologia amazônica. Assim sendo, o avanço do ensino superior na Amazônia é, em sua essencialidade, um processo que visa o êxito do fortalecimento da cooperação interuniversitária diante das evidentes características da dimensão sociopolítica e geográfica da região (BRASIL; MARIN, 2003).

Os países que fazem parte dessa rede interinstitucional, ou seja, da UNAMAZ são formadores da Amazônia Continental, tais como: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Peru, República da Guiana, Suriname e Venezuela. No Brasil, os Estados que fazem parte dessa rede são: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parcialmente o Estado do Maranhão, componentes da Amazônia Legal, correspondendo, aproximadamente a 5.217.423 Km<sup>2</sup>, ou seja, cerca de 61% do território brasileiro, dos quais 98,17% constituído de terra e 1,83% de água (PDI, 2002).

As universidades amazônicas situam-se, principalmente no Brasil, com presenças importantes no Equador e no Peru, como demonstra o quadro a seguir:

---

<sup>23</sup> Ramo da medicina que estuda e classifica as doenças (HOUAISS, 2009).

**Quadro 3-** Instituições de Ensino Superior na Amazônia.

<b>País</b>	<b>Instituição</b>
Bolívia	Universidad Mayor de San Andrés de La Paz - UMSA
	Universidad Amazónica de Pando - UAP
	Universidad Autónoma del Beni Mariscal José Balivian - UABJB
	Universidad Autónoma Gabriel René Moreno - UAGRM
	Universidad Mayor de San Simón - UMSS
Brasil	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
	Universidade da Amazônia-UNAMA
	Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
	Universidade do Estado do Pará-UEPA
	Universidade do Tocantins - UNITINS
	Universidade Federal do Amazonas - UFAM
	Universidade Federal Rondônia - UNIR
	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
	Universidade Federal de Roraima - UFRR
	Universidade Federal do Tocantins - UFT
	Universidade Federal do Acre - UFAC
	Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
	Universidade Federal do Maranhão - UFMA
	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA
Colômbia	Universidad Nacional de Colômbia - UNAL
	Universidad de la Amazonia - UNIAMAZONIA
	Universidad de los Andes - UNIANDES
Equador	Escuela Politécnica Nacional - EPN
	Escuela Superior Politécnica Ecológica Amazónica - ESPEA
	Facultad Latino americana de Ciencia Sociales - FLACSO
	Universidad Católica de Cuenca-UCC
	Universidad de Guayaquil-UG
	Universidad Estatal Amazónica-UEA
	Universidad Estatal de Bolívar-UEB
	Universidad Nacional de Loja-UNL
Universidad Técnica Particular de Loja - UTPL	
Guiana	Institute of Applied Sciences and Technology –I AST
	University of Guyana - UG
Peru	Universidad Nacional Amazónica de Madre de Dios –U NAMAD
	Universidad Peruana Cayetano Heredia - UPCH
	Universidad Científica de Perú - UCP
	Universidad Nacional Agraria la Molina - UNALM
	Universidad Nacional Agraria de la Selva – UNAS
	Universidad Nacional Daniel Alcides Carrion - UNDAC
	Universidad Nacional de la Amazonia Peruana - UNAP
	Universidad Nacional de San Martin - UNMS
	Universidad Nacional de Ucayali - UNU
	Universidad Nacional del Centro de Perú - UNCP
	Universidad Nacional Intercultural de la Amazonia - UNIA
Universidad Nacional Toribio Rodriguez de Mendonza - UNATAMAZONAS	
Venezuela	Universidad Nacional Experimental de Guayana - UNEG
	Universidad Bolivariana de Venezuela - UBV
	Universidad Central de Venezuela - UCV
	Universidad de Oriente - UDO
Suriname	Anton de Kom University of Suriname - Adekus

Fonte: UNAMAZ (2011). Adaptado por Gomes (2011).

A Amazônia Legal, formada por nove estados federativos, conta com 182 IES, sendo 26 públicas e 152 privadas, enquanto que a Região Sudeste, centro econômico do País, apesar

de ser constituída por apenas quatro estados, conta com 1.001 IES, sendo 90 públicas e 911 privadas, conforme demonstram os quadros a seguir:

**Quadro 4** - Instituições de Ensino Superior da Amazônia Brasileira

<b>ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA</b>			
<b>Estado</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>	<b>Total</b>
ACRE	01	06	07
AMAPÁ	01	11	12
AMAZONAS	04	14	18
MATO GROSSO	05	42	47
MARANHÃO	03	18	21
PARÁ	04	21	25
RONDÔNIA	01	21	22
RORAIMA	04	08	12
TOCANTINS	03	15	18
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>26</b>	<b>156</b>	<b>182</b>

Fonte: Educação Superior Brasileira (1991-2004).

**Quadro 5** - Instituições de Ensino Superior do Sudeste Brasileiro

<b>ENSINO SUPERIOR NO SUDESTE BRASILEIRO</b>			
<b>Estado</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>	<b>Total</b>
SÃO PAULO	48	456	504
RIO DE JANEIRO	13	105	118
MINAS GERAIS	25	264	289
ESPIRITO SANTO	04	86	90
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>90</b>	<b>911</b>	<b>1.001</b>

Fonte: Educação Superior Brasileira (1991-2004).

Todos os Estados que compõem a Amazônia Legal possuem pelo menos uma IFES que apresenta o ensino e a pesquisa voltados para a realidade regional. Observa-se um quadro de profundas diferenças quanto ao número de instituições na Amazônia Legal, em termos proporcionais, equivalente a 18%, com respeito a região Sudeste, a região de maior desenvolvimento do Brasil, que se iguala a outras regiões mais desenvolvidas do mundo (MONTEIRO, 2010).

Na região Amazônica, assim como na região Sudeste, as IES privadas somam um grande número, representando-se quase dez vezes mais numerosas do que as universidades públicas (INEP/MEC, 2006). Esse indicativo vem apontar para um elevado índice de desigualdade social, visto que incentivadas pela política do governo de expansão da educação superior, essas instituições se proliferaram no cenário nacional, oferecendo oportunidades a quem não tem acesso às IFES devido ao alto grau de competitividade no setor público.

No entanto, as IES amazônicas apesar de toda a expansão, continuam enfrentando desafios quase intransponíveis, promovidos pelo avanço tecnológico que, com exigências cada vez maiores, solicitam permanente atualização tecnocientífica no quadro de pessoal e sua fixação nas universidades (DINIZ, 1996).

O papel da educação superior na região Amazônica vem estabelecer consensos em dois eixos: a necessidade de garantir desenvolvimento e a articulação científica e tecnológica na região (BRASIL, 2003). Esses dois eixos, compõem ambientes nos quais se delinea a política do conhecimento na Amazônia, pois aos se entrecruzarem, estimulam a crença na cooperação interuniversitária, orientando as ações para o alcance da pertinência científica das instituições universitárias.

#### 4.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ

O Ensino Superior no Estado do Pará não floresceu no período áureo da economia regional, ou seja, o período da borracha, quando o Pará gozava de boas condições econômicas, cuja preocupação em relação à educação era somente com o ensino primário e o profissional. Quanto ao ensino superior, a época foi marcada pela criação de faculdades e escolas isoladas. A primeira criada no Estado foi a Faculdade Livre de Direito, em 1902, com uma atuação destacada em toda a Região Norte e Nordeste, exercendo grande influência na vida cultural do Estado. A segunda foi a Faculdade de Farmácia, em 1903. Em seguida o Pará enfrentou a “maior depressão econômica até então registrada” (MOREIRA, 1977, p.14) quando a borracha amazônica perdeu o mercado. Nesse período foram criadas a Escola Livre de Odontologia, em 1914; a Escola de Agronomia e Veterinária, em 1918; e a Faculdade de Medicina, em 1919, tendo esta última um maior destaque no ensino superior do Estado do Pará, por sua atuação não só na Amazônia, mas em grande parte da Região Nordeste (MOREIRA, 1977).

A Escola Livre de Engenharia foi criada em 1931, momento em que os anseios paraenses por uma universidade estavam bastante latentes, pois, a partir da Revolução de 1930, o espírito universitário já estava presente no Brasil, daí outras faculdades surgirem no cenário paraense: em 1947 foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais; em 1948 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com objetivo de formar profissionais para o magistério por meio das licenciaturas; em 1950, a Escola de Serviço Social do Pará; e em 1956 foi recriada a Escola de Química Industrial do Pará, cuja criação tinha sido em 1920 (MOREIRA, 1977; LIMA; CHAVES, 2006).

De acordo com Moreira (1977), a ideia da criação de uma Universidade no Estado do Pará vinha sendo alimentada a partir do declínio do ciclo da borracha, tendo por base a iniciativa de alguns intelectuais que tinham projeção nos meios científicos e culturais do país e sob forte influência europeia. Em 1924 houve a tentativa de criação da “Universidade Livre

do Pará”, entretanto, não conseguiu se estruturar no Estado. Em 1931, uma nova tentativa de criação de uma universidade ganhou força, após a aprovação do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, como forma de organização do ensino superior no país. O Pará já contava com um número expressivo de instituições de ensino superior, o que propiciava a criação de uma universidade. Todavia, tal ideia não prosperou (MOREIRA, 1977).

De acordo com Lima e Chaves (2006), só após o processo de federalização das Faculdades de Medicina, Direito e Farmácia, em 1950, é que foram criadas, de fato, condições concretas para o advento de uma universidade no Estado. Assim, em 1952, foi elaborado um projeto de lei, visando à criação de uma universidade no Estado do Pará, sendo apresentado à Câmara Federal, com a justificativa da necessidade de “despertar e dotar o homem amazônida de capacidade científica, tecnológica e artística”, num contexto onde a decadência do ciclo da borracha e o início do desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil se faziam presentes. Todo esse movimento, de esforços e muitas lutas, deu suporte para a criação de universidades no Pará.

#### a) Ensino superior público

A universidade pública é uma instituição da sociedade, é um espaço institucional destinado à formação de cidadãos, com atribuição de promover a formação humana para transformar a sociedade, sendo, também, um espaço para o exercício da expressão democrática, ou seja, um lugar da crítica e do debate público, organizada por “atores sociais com legitimidade e competência técnica, ética e política institucionalmente conferidas e reconhecidas” (SOBRINHO, 2000, p.114). O caráter público e laico da educação, segundo Belloni (1992), é a garantia da democracia política e da pluralidade ideológica, cultural e religiosa, por ser um serviço acessível à população e à formação do cidadão e do profissional.

O ensino superior público no Estado do Pará possui quatro universidades e um instituto, como se demonstra a seguir:

**Quadro 6** - Instituições de Ensino Superior Público no Pará.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO PARÁ		
Município/Sede	Nome	Data da criação
Belém	Universidade Federal do Pará (UFPA)	02.07.1957
Belém	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	23.12.2002
Belém	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	18.05.1993
Belém	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)	18.01.1999
Santarém	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	05.11.2009

Fonte: INEP; MEC (2011).

Na sequência, apresenta-se o perfil institucional das IFES amazônicas:

A *Universidade Federal do Pará* (UFPA) foi criada pela Lei nº 3.191, em 1957, que criava a Universidade do Pará, 8ª no Brasil, formada pela junção das sete escolas superiores já existentes: Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará; Faculdade de Direito; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Farmácia; Faculdade de Odontologia; Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais e Escola de Engenharia. Em 1963, foram incorporadas a Escola de Serviço Social do Pará e a Escola de Química. Assim, a Universidade do Pará foi criada com o objetivo de atender promover o desenvolvimento regional, bem como formar mão de obra especializada para a indústria automobilística no Brasil. Tinha como compromisso desenvolver a educação, a ciência e a tecnologia, apropriadas ao contexto amazônico e brasileiro (LIMA; CHAVES, 2006).

A Universidade do Pará passa a se denominar de Universidade Federal do Pará, a partir da Lei nº 4.759/1965, no governo do presidente Castelo Branco, que determinava que “as Universidades e Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos estados, serão qualificadas de federais e terão denominação do respectivo Estado”, uniformizando assim as universidades e escolas técnicas federais (FÁVERO, 2000, p.101).

Ao longo de sua história, a UFPA, tem sido um instrumento de integração regional, nacional e internacional. Desde a criação do NAEA, em 1973, a Instituição tornou-se referência de grande relevância para a capacitação de recursos humanos dos países amazônicos. Contudo, foi a partir da década de 1980, com a criação da ARNI e da UNAMAZ, que a UFPA teve grande impulso à atividade internacional, privilegiando a aproximação com instituições de educação superior e de pesquisa dos países amazônicos (ARAGÓN, 2001b).

A partir de 1986, houve uma expansão da área de atuação da UFPA, estendendo-se para o interior do Estado criando *campi* universitários localizados em cidades<sup>24</sup> estratégicas das microrregiões paraenses (GOMES, 2008). Atualmente, está configurada uma universidade multicampi, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão, trabalhando com uma visão de universidade-rede e integração entre *campi* (PDI, 2003). Compõe-se de 81 unidades acadêmicas: 13 institutos, 05 núcleos, 11 *campi*, 55 pólos, 01 escola de aplicação e 02 hospitais universitários (Universidade Federal do Pará, 2010).

Na área de ensino, a UFPA, oferece 516 cursos de graduação, 119 na capital e 397 no interior. A pós-graduação oferece 45 Programas de pós-graduação *stricto sensu*, com 22 de

---

<sup>24</sup> Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém, Soure e Tucuruí.

doutorado e 44 de mestrado (42 acadêmicos e 2 profissionais); em nível *lato sensu*, são 20 residências médicas e 68 especializações. Na pesquisa, a UFPA apresentou 958 projetos de pesquisa com o envolvimento de 1.500 docentes e de 70 técnicos, e 870 bolsistas do Programa de Iniciação Científica. Na extensão, a Instituição apresenta ações direcionadas à prestação de serviços, cursos, projetos, eventos e programas. Ressalta-se o Programa de Assistência Estudantil, que oferece auxílios financeiros aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica referentes à: moradia, alimentação, transporte, material didático, apoio pedagógico, saúde e inclusão digital. Esse programa também tem subsidiado projetos de extensão, pesquisa coordenador, pesquisa discente, bem como apoio a eventos científicos com passagens e ajuda custo aos discentes (Universidade Federal do Pará, 2010).

Para atender a toda essa demanda, a UFPA conta com um contingente de 48.260 pessoas, entre servidores (docentes e técnico-administrativos) e discentes. Dentre os 4.470 servidores: 2.154 são docentes de 3º Grau (74 graduados, 176 com especialista/aperfeiçoado, 874 mestres e 1.030 Doutor/Pós-Doutor); 235 docentes da educação básica e profissional (1 com ensino básico, 34 graduados, 89 com especialista/aperfeiçoado, 80 mestres e 31 doutores); 128 docentes temporários (96 substitutos de 3º Grau, 24 substitutos de 1º e 2º Graus e 8 visitantes); 2.309 são servidores técnico-administrativos (117 ensino fundamental; 856 ensino médio; 1.113 graduados; 171 especialista/aperfeiçoado; 48 mestres e 4 doutores). A população discente soma 47.968 estudantes, dos quais: 32.169 são de graduação (18.891 na capital e 13.278 no interior); 7.102 são de pós-graduação e 8.697 são do ensino básico/profissional e tecnológica/curso livre. (Universidade Federal do Pará, 2010).

A UFPA, com toda essa dimensão geográfica e populacional, está localizada numa área geográfica de fronteira, representa um importante esforço na qualificação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento da região. “Mesmo que esse esforço seja ainda insuficiente, a UFPA é a maior instituição de educação superior da Amazônia brasileira e uma das maiores do país” (ARAGÓN, 2001-b, p. 56), suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de uma forma ou de outra, contribuem significativamente com o desenvolvimento da Amazônia e do País, a partir do momento em que se expande para o cenário nacional, atingindo o espaço internacional.

Destarte, ao formar o indivíduo e o fazê-lo ascender profissionalmente, a UFPA contribui com o crescimento da região, pois não só muda os padrões da sociedade, como promove a transformação dos patamares e das formas de integração. Daí esta instituição ser um instrumento de mobilidade social por produzir massa com conhecimento capaz de levar à



promoção do desenvolvimento da Amazônia. Sua tarefa é a formação de quadros profissionais de qualidade a serviço da sociedade.

A *Universidade Federal Rural da Amazônia* (UFRA) foi criada a partir da Lei nº 10.611/2002. Sua criação decorreu da transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), cujo papel fundamental é fomentar o desenvolvimento e a implementação de políticas que respondam à demanda da sociedade no setor agrário, com a preocupação da preservação da Região Amazônica, assim como sua exploração racional (Universidade Federal do Pará, 2011).

A ideia de criar uma universidade rural para a Amazônia advém desde 1946, quando o Senador Álvaro Adolfo da Silveira (Constituição de 1946), relator do projeto, ressaltou em seu parecer a necessidade da criação de uma universidade rural na Amazônia, com objetivo de “[...] elevar o nível cultural do meio, quanto ao exame dos problemas ligados à produção da riqueza, dar unidade de orientação ao sistema de ensino e de uniformidade aos métodos de exploração e racionalização dessa produção” (PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA, 1951, apud MOREIRA, 1977, p. 19).

A UFRA, segundo Moreira (1977) tem origem em 1918 com a criação da Escola de Agronomia e Veterinária, que foi transformada em 1945 em Escola de Agronomia da Amazônia (EAA). Em 1971, foi criado o Curso de Engenharia Florestal. Em 1972, essa escola passou a denominar-se Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), uma autarquia de regime especial, com regime jurídico de universidade, com autonomia didática, disciplinar, financeira e administrativa. Em 1973, foi aprovado o funcionamento do Curso de Medicina Veterinária (LIMA; CHAVES, 2006). De acordo com Moreira (1977) o movimento em prol de uma universidade rural amazônica continuou, sendo retomado com mais intensidade no início da década de 1990. Como parte desse processo foram criados os cursos de Engenharia de Pesca (1999) e o de Zootecnia (2001), e em 2002 a Universidade é criada.

Atualmente, a UFRA oferece os seguintes cursos de graduação: Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia de Pesca, Bacharelado em Informática Agrária e Engenharia Ambiental e os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado: Mestrado e Doutorado em Agronomia; Mestrado em Ciências Florestais; Mestrado em Botânica (UFRA/MPEG); Mestrado em Saúde e Produção Animal na Amazônia; Mestrado em Agricultura e Recursos Aquáticos Tropicais; e Doutorado em Ciências Agrárias (UFRA/EMBRAPA).

A *Universidade do Estado do Pará* (UEPA) foi criada pela Lei Estadual nº 5.747/1993, como resultado da transformação da Fundação Educacional do Estado do Pará

(FEP) que se constituía pelas seguintes instituições: Escola de Enfermagem do Estado do Pará, Faculdade de Medicina do Estado do Pará, Escola Superior de Educação Física, Faculdade de Educação e o Instituto Superior de Educação do Pará (ISEP). Atualmente a UEPA é organizada como autarquia de regime especial e estrutura multicampi e com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e gestão financeira e patrimonial, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação em Belém e também para vários municípios do interior do Estado (LIMA; CHAVES, 2006).

O *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará* (IFPA), tem seu início nos anos 1930 com a Escola de Aprendizes, transformando-se em Liceu Industrial do Pará e depois na Escola Industrial de Belém. Em 1960, passa a ser a Escola Industrial Federal do Pará, uma autarquia federal, com autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, atuando com o Ensino Profissionalizante. Em 1968 é transformada em Escola Técnica Federal do Pará (ETFFPA). A partir de 1975, com a descoberta das jazidas minerais de Carajás e Trombetas, a ETFFPA cria cursos voltados para essas áreas: Processamento de Dados, Manutenção de Aeronaves, Edificações, Eletrotécnica, Mecânica, Metalurgia, Técnico de Trânsito, Química, Radiologia Médica, Registro de Saúde, Pesca e Turismo. Esses cursos visavam à geração de emprego e renda e desenvolvimento regional. Em 1999, a Escola Técnica é elevada à categoria de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) com a finalidade de atuar nos níveis e modalidades da educação profissional, ou seja, o Básico, o Técnico e o Tecnológico equivalente à educação superior (IFPA, 2011).

A *Universidade Federal do Oeste do Pará* (UFOPA), criada pela Lei nº 12.085/2009, com natureza jurídica autárquica, vinculada ao MEC, com sede e foro no Município de Santarém, Estado do Pará. Tem por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. Será devidamente delineada no capítulo a seguir.

#### **b) Ensino superior privado**

O ensino superior brasileiro passou por grandes mudanças face ao aumento do contingente de estudantes, seguido da pressão por mais vagas e pela reforma do ensino universitário em 1967. Diante disso, o ensino superior teve que expandir de forma significativa a sua capacidade para absorver as demandas de acesso da atual conjuntura da sociedade brasileira. Surgiram centenas de novos estabelecimentos que passaram a se organizar como faculdades isoladas (MARTINS, 1989).

O Estado, ao apoiar a criação de estabelecimentos superiores particulares, estava atendendo a uma política de ampliação das chances educacionais aos setores das camadas médias urbanas, ao mesmo tempo em que não gerasse custo próprio, vindo “desafogar o orçamento público” (MARTINS, 1989, p. 35). Assim, as várias instituições de ensino superior particular se estabeleceram no cenário educacional brasileiro, respaldadas pela LDB (Lei 5.692/1971) que “[...] assegurava em matéria educacional direitos iguais entre a escola privada e a pública, no que se refere tanto à distribuição de recursos da educação, quanto à igualdade de representatividade nos órgãos de deliberação educacional, entre os quais o Conselho Federal de Educação” (MARTINS, 1989, p. 36).

A implementação dessa política no Estado do Pará teve início a partir dos anos 1970, oportunizando novas instituições privadas a desenvolverem suas atividades no campo educacional superior. Nessas bases, em 1973, são criadas as Faculdades Integradas Colégio Moderno (FICOM) e o Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (CESEP), que se juntando deram origem à União das Escolas Superiores do Pará (UNESPA) em 1987, e em 1993 foi transformada na Universidade da Amazônia (UNAMA) (LIMA; CHAVES, 2006).

Em 1986, foi criada a Associação Cultural e Educacional do Pará (ACEPA), como instituição de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, com a finalidade de manter o Centro de Ensino Superior do Pará (CESUPA) autorizado em 1989 pelo MEC, transformando-se em Centro Universitário em 2002, passando a denominar-se Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).

A expansão do ensino privado superior foi estendida, no final dos anos 1990, para o interior do Estado, quando foram criados, em Santarém, o Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém (ILES), 1996, e as Faculdades Integradas do Tapajós (ISES) em 1998 (LIMA; CHAVES, 2006).

O Estado do Pará possui 28 instituições genuinamente paraenses de ensino superior privado, localizadas em 9 municípios (Ananindeua, Belém, Capanema, Castanhal, Itaituba, Marabá, Santarém, Redenção e Tucuruí), como a seguir se apresentam:

**Quadro 7** - Instituições de Ensino Superior Privado no Pará

<b>ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO PARÁ</b>		
<b>Município/Sede</b>	<b>Nome</b>	<b>Data/criação</b>
Ananindeua	Escola Superior Madre Celeste - ESMAC	18.12.2001
Ananindeua	Faculdade da Amazônia - FAMA	03.08.2004
Belém	Universidade da Amazônia - UNAMA	20.06.1974
Belém	Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA	06.01.1989
Belém	Escola Superior da Amazônia - ESAMAZ	12.08.2004
Belém	Faculdade Estácio do Pará – FAP	19.11.2010
Belém	Faculdade de Belém - FABEL	18.03.2004
Belém	Faculdade Ideal – FACI	20.12.1999
Belém	Faculdades Integradas Ipiranga - FAINTIPI	19.12.2002
Belém	Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA	15.09.2003
Belém	Faculdade Teológica Batista Equatorial - FATEBE	16.12.2002
Belém	Faculdade de Estudos Avançados do Pará - FEAPA	27.03.2002
Belém	Faculdade Paraense de Ensino - FAPEN	22.10.2007
Belém	Faculdade Pan Amazônica - FAPAN	17.11.2003
Belém	Faculdade Metropolitana da Amazônia - FAMAZ	17.08.2007
Belém	Faculdade Ideal – FACI	17.12.1999
Belém	Faculdade de Tecnologia e Desenvolvimento de Competência - FDC	02.10.2009
Belém	Faculdade Universo - FAUNI	13.05.2011
Belém	Instituto de Estudos Superiores da Amazônia - IESAM	30.05.2000
Capanema	Faculdade Pan Americana – FPA	09.11.2004
Castanhal	Faculdade de Castanhal - FCAT	18.05.2007
Itaituba	Faculdade de Itaituba – FAI	16.09.2003
Itaituba	Faculdade do Tapajós – FAT	04.07.2005
Itaituba	Instituto de Educação Superior do Tapajós - ISET	04.07.2005
Marabá	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá - FACIMAB	03.09.2008
Marabá	Faculdade Metropolitana de Marabá - METROPOLINA	15.12.2006
Santarém	Centro Universitário Luterano de Santarém - CEULS	30.12.1996
Santarém	Faculdades Integradas do Tapajós - ISES	24.12.1998
Santarém	Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES	23.03.2001
Redenção	Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida - FESAR	27.09.2004
Tucuruí	Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamafiel – FATEFIG	27.03.2002

Fonte: INEP; MEC (2011). Adaptado por Gomes (2011).

No ensino superior privado no Estado do Pará, é importante ressaltar UNAMA, visto que dentre as IES privadas, essa é a que mais se destaca, como um braço forte junto às IES públicas para a promoção do desenvolvimento, atuando também em pesquisa e extensão. Atualmente a UNAMA oferece 47 cursos de graduação e 04 cursos de pós-graduação (Mestrado): Direito, Administração, Comunicação Linguagens e Cultura e Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (Universidade da Amazônia, 2011).

Na pesquisa a UNAMA vem atuando por meio de núcleos acadêmico-científicos de caráter institucional e interdisciplinar, articulando os programas de pós-graduação, de iniciação científica e de extensão universitária, dos quais destacam-se: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Desenvolvimento; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Socioeconomia; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Qualidade de Vida e Meio Ambiente;

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Jurídicas; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde; e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Comunicação, Linguagem e Cultura.

Na extensão, a UNAMA investe em ações através de projetos do Programa de Ação Comunitária que contam com a participação de docentes e alunos, visando articular a atividade de ensino e de pesquisa com as demandas da sociedade, com o intuito de ampliar o papel social em função da melhoria da qualidade de vida do homem da Amazônia e de seu desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Por fim, é significativa a contribuição das instituições privadas na formação e qualificação do homem amazônida, visto que elas também possuem papel importante na formação de mão de obra e empregabilidade, contribuindo com o desenvolvimento regional. Essa realidade demonstra um quadro bastante variado e promissor nas ações para difundir o ensino superior na região Amazônica.

Neste cenário, de expansão das instituições de ensino superior da Amazônia (públicas e privadas) são elas que têm o papel no delineamento e encaminhamento de melhores estratégias para reorientar o curso da história, através de novas formas de se construir a concepção sobre a produção do conhecimento através da formação profissional e do cidadão capaz de contribuir para a implementação de políticas públicas, pela negociação com o poder político e econômico regional, representando os verdadeiros anseios da população amazônica (SILVA, 2009).

Para o desenvolvimento da educação superior na Amazônia, são imprescindíveis instituições capazes de gerar e aplicar mais conhecimentos, visto que nessa região ainda há carência de desenvolvimento, como afirma a Academia (2008, p. 3): “[...] Em que pese a Amazônia possuir instituições científicas antigas e de excelente qualidade, elas são em número insuficiente para a execução desta estratégia”. Mas isso só acontecerá quando houver, de fato, uma mudança nos procedimentos em relação à ciência e à tecnologia existentes na Amazônia, pois o rompimento com os antigos paradigmas e o alcance de novos indica a possibilidade de transformação do conhecimento, pois haverá sempre e cada vez mais necessidade de conhecimento sistemático que possibilite efetivamente a sustentabilidade da região.

As instituições para o desenvolvimento regional deverão ser aquelas capazes de propor bases conceituais para a revolução da ciência e da tecnologia, propondo inovação para a Amazônia se desenvolver. Em função disso, essas instituições deverão buscar políticas e estratégias articuladas aos planos e programas governamentais que possam minimizar as desigualdades sociais e ambientais da Amazônia. Esses são os grandes desafios às instituições

que se propõem a assumir o compromisso do desenvolvimento dessa imensa região. Para o enfrentamento desses desafios na extensa Amazônia, é mister a criação de novas universidades públicas e de institutos científicos associados ao ensino e à pesquisa tecnológica (ACADEMIA..., 2008). Nesse sentido, a criação de mais uma universidade pública no interior da Amazônia vem encontrar bases para se efetivar, a partir do momento em que estabelece como fundamentais esses objetivos que servirão para sua consolidação. É assim que deve ser pensada a nova universidade da Amazônia, no caso da Região Oeste do Pará.

## 5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DA UFOPA

### 5.1 ANTECEDENTES

A ideia da criação de uma universidade em Santarém não é nova. Ela vem sendo alimentada desde a década de 1970, com a interiorização das ações universitárias, sob o modelo renovado das ações extensionistas dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias (CRUTAC's), promovido pela UFPA por meio de cursos especiais de licenciatura curta destinada à preparação de docentes de 1º e 2º graus e de cursos de licenciatura plena para formação de administradores e supervisores escolares (PNI, 1986-1989). A partir dessas ações nasce a primeira iniciativa em criar uma universidade em Santarém, vindo a se materializar em 1980 com a apresentação do Projeto de Lei nº 3.884, de autoria da Deputada Lúcia Viveiros<sup>25</sup>, cujo projeto não frutificou (BRASIL..., 1980).

Nesse período o Estado do Pará necessitava de novas políticas educacionais, principalmente para o interior, pois se acentuava a demanda por cursos superiores que formassem profissionais para atuar nos ensinos de 1º e 2º graus, tendo em vista o crescimento populacional na região. Era necessário que a UFPA se estendesse por toda essa área, para que a educação no Pará saísse daquela situação caótica em que se encontrava. De acordo com o Projeto Norte de Interiorização (PNI) - 1986-1989, eram raros os professores das redes municipais e estaduais que possuíam licenciatura curta, e raríssimos os que possuem licenciatura plena. Portanto, o investimento seria muito maior, pois,urgia uma questão político-educacional para implementação do ensino superior da Amazônia.

Em nível nacional, as políticas de desenvolvimento estabelecidas buscavam em sua essência o crescimento econômico, visto que o Brasil estava passando por mudanças estruturais no mercado de trabalho e nas classes trabalhistas, o que afetava a economia brasileira. Sobre a questão, Ribeiro e Scalon (2001), apontam como principais mudanças na estrutura de classes do mercado de trabalho: a expansão das relações de trabalho capitalistas e a expansão de vagas intermediárias que aumentam o processo de burocratização do trabalho. Diante dessas mudanças e da expansão no mercado de trabalho, que o País começa a pensar a intensificação do investimento nas políticas públicas para a educação superior, o que favoreceu em todas as regiões o novo processo de interiorização<sup>26</sup> do ensino superior, como a melhor estratégia de desenvolvimento em cada região e no País como um todo.

---

<sup>25</sup> Lúcia Viveiro, professora, política paraense, deputada federal nos mandatos 1979-1983 e 1983-1987.

<sup>26</sup> A intensificação do processo de interiorização no Brasil ocorreu a partir de 1970.

Dessa forma, as universidades da Amazônia<sup>27</sup> se unem no desejo de ampliar e consolidar as ações existentes na região. Passam a entender que é necessário alargar seus horizontes, com objetivo de alcançar todos os contextos da Amazônia, para viabilizarem a interiorização com a implantação de diversos planos e projetos como: Projeto Norte de Interiorização<sup>28</sup> (PNI)(1986-1989); II PNI (1994-1997) e III PNI (1998-2001). Todos esses projetos visavam alcançar o desenvolvimento regional através da interação direta com o conjunto da sociedade amazônica, com o apoio inicial do governo federal<sup>29</sup>, que deu suporte às Universidades da Amazônia, a enfrentarem um grande desafio, ou seja, possibilitar conhecimento ao homem amazônico para que assumisse papel de destaque no contexto de desenvolvimento socioeconômico da região, no sentido de promover mudanças a partir da transformação da realidade, com base nas competências existentes nos diversos municípios.

A partir de 1986, a UFPA, percebendo sua importância e compromisso de formação para contribuir com o desenvolvimento do Estado do Pará (UFPA, 2002), estende suas ações de forma sistemática em direção ao interior do Estado, numa tentativa de democratizar o acesso ao ensino superior, ampliando seu raio de ação a diversos municípios, a milhares de pessoas que estavam excluídas do ambiente universitário em decorrência das distâncias e das dificuldades de trânsito entre os diversos municípios e entre esses e a capital, no sentido de formar e fixar profissionais especializados no interior do Pará e fazer crescer a imensa região Amazônica. Esse processo se deu a partir de Belém para o interior.

A implementação da interiorização da UFPA foi realizada de modo gradual, em etapas sucessivas, com a construção dos *campi*, mapeamento e agregando de recursos humanos qualificados em sua área de influência para formar o núcleo das unidades universitárias. Para tanto, a UFPA fez parcerias com os governos do Estado e de diversos municípios, dando vida a uma das maiores propostas já existentes na vida interiorana da Amazônia.

Para criação dos *Campi* universitários, inicialmente, a UFPA selecionou oito (8) municípios-sede (Abaetetuba, Altamira, Bragança, Castanhal, Cametá, Marabá, Santarém e Soure) para funcionarem como polos regionais onde os *Campi* foram instalados, visando à realização das atividades acadêmicas para além do espaço geográfico das municipalidades centrais, conforme expressa a imagem a seguir:

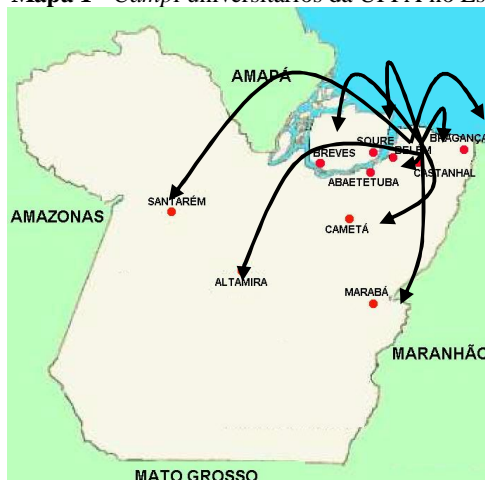
---

<sup>27</sup>Fundação Universidade Federal do Acre (FUFAC), Fundação Universidade do Amazonas (FUA), Fundação Universidade do Mato Grosso (UFMT), Fundação Universidade do Maranhão (FUMA), Fundação Universidade de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Roraima (UFRR); e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) (PNI, 1986-1989).

<sup>28</sup>No interstício entre 1990-1993, não foi elaborado um projeto, portanto as metas previstas para o PNI (1986-1989) foram mantidas (III PNI, 1998).

<sup>29</sup>MEC e do Ministério do Interior (MINTER), hoje Ministério da Integração Nacional (PNI, 1986-1989).



**Mapa 1** - Campi universitários da UFPA no Estado do Pará

Fonte: UFPA/PROPLAN (2004).

Assim, juntamente com o governo do Estado e municípios, a UFPA deu vida a uma das mais importantes propostas para o desenvolvimento do interior da Amazônia, com seguinte área de abrangência:

**Quadro 8** - Campi da UFPA e área de abrangência no Estado do Pará.

<b>Campus da UFPA</b>	<b>Área de abrangência/Municípios do Estado do Pará</b>
Abaetetuba	Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju, Bujaru, Tomé-Açu e Acará.
Altamira	Altamira, São Felix do Xingu e Senador José Porfírio.
Bragança	Bragança, Capanema, Augusto Corrêa, Nova Timboteua, Ourém, Primavera, Irituia, Peixe-Boi, Vizeu e Capitão Poço.
Castanhal	Castanhal, Colares, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, Inhangapi, Paragominas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Santarém Novo, Bonito, Salinópolis, Magalhães Barata, Marapanim, Curuçá, São Caetano de Odivelas, Vigia, Maracanã, Igarapé-Açu, São Francisco do Pará e Santa Maria do Pará.
Cametá	Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará.
Marabá	Marabá, São João do Araguaia, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Tucuruí, Itupiranga, Jacundá, Xinguara, Rio Maria, Redenção e Rondon do Pará.
Santarém	Santarém, Almerim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Faro, Juriti, Itaituba e Aveiro.
Soure	Municípios de Soure, Santa Cruz do Arari, Porto de Moz, Chaves, Afuá, Gurupá, Melgaço, Portel, Breves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Anajás e Bagre.

Fonte: PNI (1986-1989).

Todos os Campi iniciaram suas atividades com os cursos de licenciatura em Geografia, História, Letras (Português e Literatura da Língua Portuguesa), Matemática, Pedagogia, bem como ações de extensão como: cursos de reciclagem, cursos de capacitação, projetos artístico-culturais, de pesquisas aplicadas e de trabalho comunitários, que foram postos em prática em sua totalidade, no que se refere aos cursos de graduação (PNI, 1986-1989). Em 1990, atendendo a um forte apelo das comunidades marajoaras, em razão das

grandes distâncias e dificuldade de acesso para se chegar ao Núcleo de Soure, a UFPA criou o Núcleo de Breves, com a oferta de uma turma de Licenciatura em História. Em 1998, esse Núcleo foi elevado à categoria de campus.

No Campus Universitário de Santarém, os cursos foram ofertados a partir de 1987, na modalidade intervalar, para que os docentes das redes estadual e municipal de Santarém e dos municípios da área de abrangência, atuantes nos ensinos de 1º e 2º graus, tivessem a oportunidade de se qualificar. Neste sentido, tabela 3 apresenta o quantitativo de alunos graduados no período de 1988 a 1993:

**Tabela 3** - Graduados do Campus de Santarém, 1988-1993.

<b>Cursos</b>	<b>Nº de Alunos graduados</b>
Ciências Sociais	19
Geografia	37
História	54
Letras	29
Matemática	10
Pedagogia	104
<b>TOTAL</b>	<b>253</b>

Fonte: Relatórios Anuais do Campus de Santarém de (1989-1993).

Dessas atividades, de acordo com os Relatórios Anuais do Campus de Santarém (1989 a 1993), as metas propostas no I PNI foram postas em prática em sua totalidade no que se refere aos cursos de graduação no período de 1988 a 1993 foram graduados 253 profissionais, havendo uma ampliação dessas propostas em 1991 com o curso de Ciências Sociais.

Relativo às ações de extensão, as metas foram cumpridas, sendo que as atividades mais relevantes foram os cursos de capacitação docente, com o Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico (NPADC)<sup>30</sup> em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC). Foram realizados também cursos nas áreas da saúde, esporte, artístico-cultural e ambiental, bem como projetos de trabalhos comunitários.

Com base no II PNI (1994-1997), a UFPA inseriu novos cursos de graduação em seus *Campi*. Em Santarém, a partir de 1994, foram criados os cursos de Biologia, Direito, Tecnólogo em Processamento de Dados (TPD), na modalidade regular, além de Pedagogia em Óbidos, Letras em Monte Alegre e Itaituba, na modalidade intervalar. Em 1997, foram ofertados em Santarém, os cursos de Física e Química, Letras (Língua Inglesa) e Letras (língua Inglesa) em Itaituba, na modalidade intervalar, bem como os cursos de Pedagogia, Letras e Matemática de Santarém, passam a ser ofertados na modalidade regular. Nesse período o nº de graduados pela UFPA no Campus de Santarém foi:

<sup>30</sup>Atualmente, Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI).

**Tabela 4** - Graduados do Campus de Santarém, 1994-1997.

<b>Cursos</b>	<b>Nº de Alunos graduados</b>
Ciências	14
Ciências Sociais	17
Geografia	02
História	15
Letras	56
Matemática	81
Pedagogia	170
<b>TOTAL</b>	<b>369</b>

Fonte: Relatórios Anuais do Campus de Santarém (1994-1997).

Notadamente, a partir daí, o Campus Universitário de Santarém expandiu-se, contando com docentes e técnico-administrativo efetivos, funcionários cedidos pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Santarém; com uma boa infraestrutura, onde havia dois espaços fundamentais para o seu desenvolvimento acadêmico e administrativo: o Campus I, onde funcionavam as salas de aula e os setores da administração, e o Campus II onde funcionava o alojamento dos professores e estudantes que desenvolviam atividades no Campus. Com o avançar dos anos, o Campus de Santarém foi galgando maior ampliação, tanto na oferta de novos cursos e vagas discentes, como no quadro de servidores.

No período de 1998-2001, os concluintes do Campus Santarém foram:

**Tabela 5** - Graduados no Campus de Santarém, 1998-2001.

<b>Cursos</b>	<b>Nº de Alunos graduados</b>
Ciências Biológicas	81
Ciências Sociais	04
Direito	74
Física	09
Geografia	29
Letras	121
Letras (Monte Alegre)	39
Letras (Itaituba)	19
Matemática	112
Pedagogia	182
Pedagogia (Óbidos)	43
Química	08
TPD	44
<b>TOTAL</b>	<b>765</b>

Fonte: Relatórios Anuais do Campus de Santarém (1998-2001).

No período de 1998-2001 (III PNI), foram instalados os laboratórios de Química e de Neurociências (1998) e o Núcleo de Práticas Jurídicas (1999) para dar sustentação às práticas de alguns cursos de graduação, houve a ampliação da abrangência do Campus de Santarém para os municípios de Monte Alegre, Itaituba, Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Belterra.

Em 2001, a UFPA elabora o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que na realidade é um plano estratégico institucional de desenvolvimento, pois envolve estudo de tendências e o desenho de cenários socioeconômico para a Amazônia e o Estado do Pará, para o período de 2001 a 2010. Nesse processo, referente à interiorização, a UFPA resolve investir em um novo modelo denominado de Universidade *Multicampi*, configurada como um sistema solidário e cooperativo entre os *campi* (UFPA, 2003).

Para o Campus de Santarém, o novo PDI (2001-2010) traz como investimento a implantação do Curso de Física Ambiental, dos Cursos de Mestrado Interinstitucional em Direito, Engenharia Aplicada em Computação, Letras, Biologia e Recursos Naturais, a construção do Laboratório de Física Ambiental, a elaboração do Plano de Gestão do Campus (2007-2011) e do Projeto de Criação da UFOPA, construção de dois prédios de salas de aulas no Campus II, revitalização da Biblioteca do Campus I reformas de auditórios e construção do Tribunal de Júri. No período 2002 a 2008, os concluintes do Campus Santarém foram:

**Tabela 6-** Graduados no Campus de Santarém, 2002-2008.

<b>Cursos</b>	<b>Nº de Alunos Graduados</b>
Ciências	49
Ciências Biológicas	164
Ciências Sociais	21
Direito	274
Física	28
Geografia	76
História	47
Letras	446
Letras (Belterra)	49
Letras (Monte Alegre)	48
Letras (Itaituba)	46
Letras (Oriximiná)	48
Matemática	328
Matemática (Itaituba)	05
Pedagogia	365
Pedagogia (Alenquer)	45
Pedagogia (Almeirim)	43
Pedagogia (Curuá)	47
Pedagogia (Itaituba)	46
Pedagogia (Óbidos)	88
Pedagogia (Oriximiná)	48
Química	12
TPD	120
<b>TOTAL</b>	<b>2.443</b>

Fonte: Relatórios Anuais do Campus de Santarém (1998-2001).

Verifica-se nos resultados referentes ao período de 1988 a 2008, um crescimento significativo em relação à oferta de novas turmas dos cursos já existentes, de novos cursos de

graduação, bem como a ampliação de municípios atendidos na área de abrangência do Campus de Santarém, o que configurava a necessidade imperiosa de uma estrutura acadêmica e administrativa mais arrojada para atender as demandas da mesorregião do Baixo Amazonas.

## 5.2 INDICADORES POLÍTICOS

Em 2003, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva adota uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público no País, sendo a implantação do Programa de Desenvolvimento de Expansão da Educação Superior para o Interior (2003/2006) uma das grandes políticas estratégicas educacionais para o Brasil crescer. Nesse sentido, possibilitou a criação de dez universidades federais e a criação e consolidação de 49 *campi* universitários. Essas duas iniciativas criaram e ampliaram oferta de novas oportunidades locais e regionais, com a finalidade de combater as desigualdades regionais e espaciais. Esse programa multidimensional veio atender, ao mesmo tempo, o acadêmico, o político e o estratégico.

Pela força da política de expansão do Governo Lula, a UFRA implantou em 2003 no Município de Santarém, a Unidade Descentralizada/Pólo Tapajós, ofertando uma turma do curso de Engenharia Florestal, que visava habilitar profissionais para interagir com as questões socioeconômicas e ambientais da região Amazônica (PROJETO..., 2007).

Estimulado por essa mesma política de expansão educacional, surge a segunda iniciativa de criação de uma universidade em Santarém de autoria do Deputado João Batista de Oliveira Araújo<sup>31</sup> (Babá) do PT-PA, que apresentou o Projeto de Lei nº 657/2003, solicitando a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede em Santarém. Esse PL argumentava que a proposta representava a interiorização do ensino público superior na Amazônia e a realização de um antigo desejo daqueles que moram no oeste paraense, principalmente dos jovens que estão em idade de frequentar uma faculdade. Após a PL tramitar nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Educação e Cultura; e de Finanças e Tributação, esta última concluiu pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto, tendo seu arquivamento ocorrido em outubro de 2004 (BRASIL, 2003).

Em 2006, uma terceira iniciativa tem início com o Senador Fernando Flexa Ribeiro, através do PL 213/2006, na proposição originária, transformada no PL 881/2007, que

---

<sup>31</sup> João Batista de Oliveira Araújo, político paraense, eleito deputado federal para os mandatos 1999-2003 e 2003-2007.

solicitava ao Poder Executivo a criação da UNIOESPA, com sede no Município de Santarém, por desmembramento da UFPA. Esse PL iniciou sua tramitação nas Comissões Permanentes do Senado de Educação e Cultura, sendo posteriormente encaminhado para Câmara Federal tramitando nas Comissões Permanentes de Trabalho e Administração do Serviço Público; de Educação e Cultura; e de Finanças e Tributação, recebendo desta última o parecer de incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira, com pedido de arquivamento em maio de 2008 (BRASIL, 2006).

Em 2007 o Presidente Luís Inácio Lula da Silva inicia seu segundo mandato, com apoio dos partidos PT, PSB, PCB, PCdoB, PL, PP, PTB e parcela do PMDB, e o Estado do Pará, passa a ser governado por Ana Júlia Carepa<sup>32</sup> do PT, formando-se a coligação com PCdoB, PTN, PSB e PRB, cabendo a esse último partido indicar a vaga de vice-governador para Odair Correia<sup>33</sup>. Essa grande articulação política quebrou uma hegemonia política de três governos consecutivos de políticos do PSDB, ou seja, oito anos de Almir Gabriel<sup>34</sup> (1994-2002) e quatro de Simão Jatene<sup>35</sup> (2002-2006).

Por conseguinte, a eleição de 2006 para o governo do Estado do Pará complementou um cenário de alinhamento político partidário nas três esferas de poder, isto é, a Presidência da República, o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Santarém, sendo todos os eleitos filiados ao PT. Esse alinhamento político favoreceu não só os projetos políticos dos três governos, mas também incrementou os projetos propostos para o desenvolvimento da economia do Estado, baseados em ações articuladas e integradas como: infraestrutura, energia, saneamento e habitação, cujo centro foi a indução de um novo modelo desenvolvimento<sup>36</sup>, bem como a polarização de três centros regionais (Belém, Marabá e Santarém), produzindo sinergia entre si e as demais cidades do Estado.

No bojo desse projeto de desenvolvimento para o país, o governo federal dá prosseguimento ao Programa de Expansão da Educação Superior, iniciado em 2003, lançando o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), para fortalecer o ensino superior no Brasil, a ser implantado em duas

---

<sup>32</sup> Ana Júlia de Vasconcelos Carepa – política paraense, filiada ao PT. Em 2006, foi eleita governadora do Estado do Pará (2007-2010).

<sup>33</sup> Odair Correia - político da região de Santarém, no Oeste do Pará que exercia liderança no movimento de separação do Estado do Tapajós.

<sup>34</sup> Almir José de Almeida Gabriel – político paraense e cofundador do PSDB. Governou o Estado do Pará no período de 1994-1998, reeleito para período 1999-2002.

<sup>35</sup> Simão Robson Oliveira Jatene – político paraense, filiado ao PSDB. Governou o Estado do Pará no período de 2002-2006, e atualmente cumpre outro mandato de Governador do Pará (2011-2014).

<sup>36</sup> Modelo que priorizou impulsionar as atividades, cujos ganhos de produtividade estão assentados na capacidade de acessar e trocar informações nos avanços da ciência, tecnologia e inovação, um dos motores do desenvolvimento. Ou seja: o conhecimento, a ciência e a tecnologia permitem que a diversidade (PARÁ, 2010).

fases: na primeira, houve a expansão com reestruturação (2007-2012), através da adesão de 54 instituições federais de ensino superior, com a consolidação e implantação de 95 campi universitários, trazendo consigo o aumento do número de vagas na educação superior, especialmente no período noturno; na segunda fase, houve a expansão com ênfase nas interfaces internacionais (2008), quando da criação de universidades federais em regiões territoriais estratégicas, com objetivo de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da integração e da cooperação internacional sob a liderança brasileira.

Essa nova política de expansão do ensino superior ensejou a quarta iniciativa para criação de uma universidade na Amazônia, como fruto da plataforma de Governo do Presidente Lula que, com intenção de implantar mais quatro universidades federais no País, induz lutas políticas para que uma dessas universidades propostas pelo governo federal viesse para a Amazônia, instalando-se, assim, uma disputa entre os governos dos estados do Amazonas e do Pará em relação à sede dessa nova universidade, saindo vencedor o estado do Pará, cuja principal justificativa foi o fato de que o Pará não tem sua população concentrada na capital, diferentemente do que ocorre no estado do Amazonas. Nesse sentido, o governo federal, opta pelo estado do Pará, diante das dimensões territoriais e das diversidades do estado justificando, assim, a implantação de uma universidade federal autônoma fora de uma capital.

A partir daí ficou a cargo do governo estadual a decisão aonde iria se sediar a nova universidade. Junto a isso, houve um grande processo articulatório de vários atores sociais da região, bem como a constituição de um documento denominado “Subsídios sobre a futura Universidade Federal do Oeste do Pará”, com assinatura de várias entidades que apoiavam que Santarém fosse a sede da nova universidade. Entre essas entidades estavam: a Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Região Oeste do Pará (AMUT), Associação dos Municípios da Calha Norte (AMUCAN), Prefeituras e Câmaras de Vereadores da região. Toda essa articulação política e de interesses convergiu-se em um apoio inestimável e convincente de que a universidade fosse realmente criada em Santarém.

Surgiram novas ideias que deram sustentação ao projeto de criação da nova universidade para a região Oeste do Pará. Tais aspirações tiveram como justificativa: 1) todo o processo histórico e de crescimento universitário da UFPA em Santarém; 2) o fato de o Município expandir-se no cenário econômico paraense com grande desenvolvimento da indústria e da tecnologia; 3) a sua distância à capital; e, 4) o anseio da população que aspirava por uma universidade própria, diversificada, ampla e sólida (PROJETO..., 2007).

Diante de todos os argumentos apresentados sobre a importância a expansão do ensino superior na Amazônia e da contribuição para o desenvolvimento do Pará, e em especial da região Oeste do Pará, o Governo do Estado, optou pelo município de Santarém para ser a cidade sede da nova universidade (BARBOSA, 2007).

### 5.3 A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO

Neste contexto de sede da nova Universidade na Amazônia, Santarém é identificada, no contexto do Estado do Pará, como o segundo município mais importante, tendo em vista a sua estratégica localização geográfica, sua crescente economia pela atuação como entreposto comercial da Região Oeste do Pará, como pólo de desenvolvimento em educação superior e pesquisas da região, por oferecer melhor infraestrutura econômica e social, ter um setor de serviços mais desenvolvido da região, serve como porta de entrada do turismo da região, da distância em relação à Belém que é de 1.526 km, além de ter um campus universitário da UFPA.

Neste sentido, coube a UFPA a elaboração do projeto de criação da UFOPA, que designou uma comissão de servidores docentes e técnico-administrativos da UFPA (ANEXO A), que teve apoio de um grupo de trabalho constituído no Campus de Santarém. A Comissão de elaboração tinha por objetivo fazer a caracterização da área de influência da nova IFES, elencando os principais cenários e tendências da região e dos municípios a serem atendidos pela nova universidade.

O projeto de criação foi delineado a partir da caracterização sociopolítica e econômica da região influência da UFOPA, cujo desenvolvimento científico e tecnológico foi impulsionado pela UFPA, através do seu Programa de Interiorização, como uma política de inclusão social, atendendo aos municípios das mesorregiões do Estado. A UFPA formou e qualificou profissionais na região Oeste do Pará, com o propósito de formar massa crítica de profissionais para a região e propiciar condições para o desenvolvimento socioeconômico local.

Em suas ações acadêmicas a UFPA, no período de 1988 a 2008, formou 3.830 (três mil oitocentos e trinta) profissionais na Região Oeste do Pará, conforme demonstra a Tabela:



**Tabela 7** – Número de concluintes por curso do Campus de Santarém/UFPA – 1988 – 2008.

Anos/Cursos	I PNI	II PNI	III PNI	Multicampi	TOTAL
	1988-1993	1994-1997	1997-2001	2002-2008	
Ciências Biológicas/Santarém	-	14	81	164	<b>259</b>
Direito/Santarém	-	-	74	274	<b>348</b>
Letras/Santarém	29	56	121	446	<b>652</b>
Matemática/Santarém	10	81	112	232	<b>435</b>
Pedagogia/Santarém	104	170	182	365	<b>821</b>
Tecnólogo Proc. Dados/BSI/Santarém	-	-	44	120	<b>164</b>
Ciências/Santarém	19	14	-	-	<b>33</b>
Ciências Sociais/Santarém	-	17	4	21	<b>42</b>
História/Santarém	54	15	-	-	<b>69</b>
Geografia/Santarém	37	02	29	30	<b>98</b>
Química/Santarém	-	-	8	12	<b>20</b>
Física/Santarém	-	-	9	28	<b>37</b>
Letras/Oriximiná	-	-	-	48	<b>48</b>
Letras/Monte Alegre	-	-	39	48	<b>87</b>
Letras/Itaituba	-	-	19	46	<b>65</b>
Matemática/Itaituba	-	-	-	5	<b>5</b>
Pedagogia/Itaituba	-	-	-	46	<b>46</b>
Pedagogia/Óbidos	-	-	43	39	<b>82</b>
<b>CURSOS DE CONTRATO (SEDUC/FUNDEF)</b>					
Matemática/Santarém	-	-	-	96	<b>96</b>
História /Santarém	-	-	-	47	<b>47</b>
Geografia/Santarém	-	-	-	46	<b>46</b>
Ciências /Santarém	-	-	-	49	<b>49</b>
Pedagogia/Óbidos	-	-	-	49	<b>49</b>
Pedagogia/Alenquer	-	-	-	45	<b>45</b>
Letras/Belterra	-	-	-	49	<b>49</b>
Pedagogia/Oriximiná	-	-	-	48	<b>48</b>
Pedagogia/Curuá	-	-	-	47	<b>47</b>
Pedagogia/Almerim	-	-	-	43	<b>43</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	253	369	765	2.443	<b>3.830</b>

Fonte: Construída pela autora a partir dos dados dos Relatórios Anuais do Campus de Santarém (1998-2008).

Dessa trajetória são inestimáveis os resultados da interiorização das ações universitárias, quer pela sua contribuição a elevação dos patamares da qualificação docente das redes de ensino do interior do Estado, quer pela inserção no mercado de trabalho de profissionais com outras qualificações técnicas de nível superior, que ainda, pelos resultados já contabilizados de investigação e pesquisas de natureza científica, notadamente a respeito de objetos e situações de interesse regional (Universidade Federal do Pará, 2004). Entretanto, apesar dos esforços empreendidos, os resultados são ainda muito poucos se comparados à grandeza das demandas, aos índices de carência de qualificação técnica-científica e, especialmente, às especificidades das mesorregiões Oeste e Sudoeste Paraense.

A UFOPA, segundo o projeto de criação tem por objetivo prestar serviços à sociedade, promover o desenvolvimento regional, a preservação ambiental, a sustentabilidade da região, o respeito à diversidade ética, cultural e biológica, atendendo às populações e categorias mais marginalizadas, associados aos objetivos de ensino, pesquisa e extensão, além da excelência

acadêmica e autonomia universitária amazônica para promover a relevância social, através de suas ações e atuação multicâmpica, o projeto se estrutura como mais uma universidade da Amazônia que investigará a ciência, bem como produzirá o conhecimento científico a ser utilizado para o desenvolvimento da região (PROJETO..., 2007).

Definida sua concepção de universidade para a Amazônia, a UFOPA se criará a partir da junção das estruturas do Campus Universitário de Santarém e dos Núcleos de Itaituba, Juruti, Oriximiná e Óbidos da UFPA e da Unidade Descentralizada/Tapajós da UFRA, para desenvolver suas atividades numa vasta área que compreende todos os municípios da Mesorregião do Baixo Amazonas e também dos municípios da Mesorregião do Sudoeste do Pará pertencentes à área de influência da rodovia BR-163.

Em sua justificativa, o projeto traça um panorama da região, onde destaca as características de toda a área de influência da UFOPA, enfatizando, para melhor compreensão os aspectos físicos, geográficos, históricos, econômicos e sociais, assim como os principais fatores de formação dos municípios: a população composta de 931.731 habitantes distribuídos em uma área de 532.395,5 Km<sup>2</sup>, tendo Santarém, como o maior centro urbano do Baixo Amazonas; o baixo IDH no período de 1991 a 2000 se apresenta na média de 0,676; a economia baseada na agricultura, mineração, pecuária, extrativismo vegetal; infraestrutura precária e com pouca conexão entre si, o que resulta em graves problemas sociais e atraso econômico, além da rede de transportes que se dá através de rodovias (especialmente a BR-163, BR-230 e a PA-254), hidrovias (Amazonas-Solimões, Tapajós-Teles Pires) e aéreas através da aviação regional, bem como a energia elétrica, sistema bastante precário, cujas hidrelétricas são Tucuruí e Curuá-Una.

Nesse contexto foram considerados também os aspectos sociais onde a educação básica se efetiva através de um deficiente sistema educacional (estadual e municipal), reflexo de um passivo histórico de dificuldades, bem como a saúde, onde há carência de hospitais/leitos/médicos (SEPOF, 2003), e cujos índices revelam a área como uma das mais carentes do Estado e do País, onde a expectativa de vida está na média de 67,78 anos (PNUD, 2001).

Apesar dessas carências, o projeto também apresenta os cenários e tendências favoráveis ao desenvolvimento da região, como: grande potencial de recursos hídricos que possibilitam a construção de uma matriz energética; alternativas para o escoamento da produção regional; abundância e diversificação de insumos através da cadeia produtiva que possibilitará um polo da indústria pesqueira; moderado impacto ambiental em razão da

difusão de tecnologias sustentáveis, a riqueza da biodiversidade que atrairá investimentos em pesquisas nas áreas genéticas e farmacológicas (PROJETO ..., 2007).

Esses fatores favoráveis ao desenvolvimento, aliados à implementação de outros como o crescimento econômico moderado, o crescimento demográfico acima da média nacional, universalização do Ensino Fundamental e Médio e ampliação da oferta de cursos universitários para qualificação de profissionais para atender à nova demanda do mercado face à reordenação do modelo de desenvolvimento regional, o leve declínio do desemprego em função dos investimentos na qualificação de mão de obra, a pavimentação de parte da BR-163 e da Transamazônica, favorecerão o fortalecimento de formas organizativas da sociedade civil e propiciarão a criação da UFOPA (PROJETO..., 2007).

Nesse cenário de carências e recursos potenciais, o projeto enfatiza os principais desafios institucionais no setor educação, no que se refere à geração e divulgação do conhecimento, tais como: mudanças nos antigos métodos tradicionais de formação de profissionais, em nível de ensino superior, visto que atualmente o cenário educacional do estado do Pará ainda conta com um déficit de professores sem formação acadêmica; necessidade de formação profissional para fornecer recursos humanos altamente qualificados para colaborar com a transformação do grande potencial econômico da região, mas principalmente, a introdução de um programa vigoroso de educação que seja capaz de mudar economicamente, em médio prazo, a realidade regional, contribuindo para as transformações necessárias à sociedade mundial (PROJETO, 2007).

Esses são os desafios ensejados no projeto de criação da UFOPA, que propõem, para responder às demandas e às vocações locais, a implantação de mais 41 novos cursos de graduação, nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências da Saúde, Biológicas, Humanas, Sociais Aplicadas, Agrárias, Exatas e da Terra, Tecnologia, Letras e Artes, que em seu conjunto irão ofertar mais 1.620 novas vagas, agregando-as às 320 já existentes e ofertadas anualmente em Santarém (PROJETO..., 2007).

Para pôr em prática tal projeto, é necessário a implementação de uma infraestrutura devidamente capaz de dar suporte à realização de forma satisfatória a todas as ações. Desse modo, a UFOPA herdou, em plenas condições, toda a infraestrutura do Campus Universitário de Santarém e seus Núcleos, bem como a infraestrutura da Unidade Descentralizada/ Tapajós da UFRA. Assim, a nova IFES terá sua estrutura organizada em *campi*, núcleos, institutos, faculdades e programas de pós-graduação, regendo-se pelo princípio da colegialidade institucional, de acordo com seu estatuto e seu regimento geral, além dos órgãos

suplementares compostos pela Coordenadoria de Comunicação, Coordenadoria do Sistema de Bibliotecas e Auditoria Interna que complementam o quadro estrutural.

O projeto foi concluído, em junho de 2007, e em 02 de julho de 2007, durante Comemorações dos 50 Anos da UFPA, tal projeto foi entregue ao Ministro da Educação. A proposta recebeu de imediato, a adesão da comunidade científica nacional, por meio das duas mais representativas entidades: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em sua Reunião Anual (realizada em Belém, em julho de 2007) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) que enfatizaram a criação de uma universidade pública como um dos grandes e urgentes desafios para desenvolver a Amazônia (PROJETO..., 2007).

Em dezembro de 2007, em Exposição de Motivos Interministerial n. 332/MP/MEC encaminhada ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com parecer do Ministro Paulo Bernardo Silva, do MPOG e de Fernando Haddad, do MEC, que manifestaram e ressaltaram a importância da nova universidade para a Amazônia, com os seguintes dizeres:

A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia, promovendo a inclusão social, são objetivos centrais do Governo Federal e foco do debate sobre a reforma universitária. O desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, com a criação de uma Universidade Pública, localizada no Oeste do Estado, atenderá não só a esses propósitos, como também à demanda de uma região com economia e cultura peculiares.

Acreditamos Senhor Presidente, que a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará trará efetivos benefícios para a região Amazônica, ampliará a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de aproximadamente um milhão de habitantes da região, além de contribuir de forma estratégica em defesa dos nossos recursos naturais, gerando um desenvolvimento sustentável, como fator preponderante na manutenção da soberania nacional na região amazônica, repercutindo positivamente para o resto do mundo (EM INTERMINISTERIAL nº 00332/2007/MP/MEC, em 11.12.2007).

A Presidência da República acolhe a Exposição de Motivos Interministerial e envia para deliberação dos membros do Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) nº 2879/2008 (ANEXO B), propondo a criação da UFOPA. A partir daí, o PL inicia sua tramitação.

## 5.4 TRÂMITES DO PROJETO DE LEI

O PL 2879/2008, de autoria do Poder Executivo, tramitou nas Comissões Parlamentares<sup>37</sup> das duas Casas Legislativas do Congresso Nacional, Câmara e Senado Federal. Na Câmara Federal. O PL inicia sua tramitação em 25.02.2008, com a apresentação na plenária Câmara, com posterior encaminhamento à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, tendo como relatora a Deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA); seguindo da Comissão de Educação e Cultura, cujo relator foi o Deputado Lira Maia (DEM/PA); seguindo para a Comissão de Finanças e Tributação, tendo como relator o Deputado Pedro Eugênio (PT/PE); e, por último, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, cujo relator foi o Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB/PA). Após aprovação por unanimidade em todas as comissões, o PL retornou para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sendo encaminhado ao Senado Federal, em 27.08.2009.

No Senado Federal, o PL inicia sua tramitação em 1º. 09.2009, sendo analisado pela Comissão de Educação e Cultura, cujo relator designado foi o Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), que teve a proposição aprovada por unanimidade em 06.10.2009. Em 10.10.2009, o Senado Federal encaminha o PL para a sanção da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

## 5.5 A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO

Paralelamente a todo esse trabalho das Comissões Parlamentares, o MEC instalou a Comissão de Implantação da UFOPA (ANEXO C), com o objetivo de realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, previstos no PL 2.879/2008. Essa comissão recebeu apoio da UFPA, da UFRA, do Governo do Estado do Pará, da Prefeitura de Santarém, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (PROJETO, 2009). Recebeu também apoio de vários dirigentes de universidades do país, assim como do MEC/SESU, da CAPES e do CNPq.

A Comissão de implantação da UFOPA, nesse período, apresentou a proposta de troca de nome de Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) para Universidade Federal de

---

<sup>37</sup>As comissões parlamentares têm por incumbência preparar os trabalhos das sessões plenárias, sua missão consiste em elaborar relatórios sobre propostas legislativas relativamente às quais o parlamento tenha sido consultado. Em sua composição tenta-se garantir, a representação de partidos e blocos políticos (Disponível em: [www.camara.org.br](http://www.camara.org.br)).

Integração Amazônica (UNIAM) que foi bem acolhida pela comunidade acadêmica, visto que a nova Universidade viria atender grande parte da Região Amazônica, integrando as mesorregiões do Sudoeste e Oeste do Pará. Em função dessa solicitação, o Deputado Federal Lira Maia, respaldado na mesma justificativa proposta pela comunidade acadêmica, apresentou o PL 4.344/2008, reivindicando que a primeira universidade do interior da Amazônia passe a se chamar de UNIAM, cujo processo ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Esse projeto inicia referindo-se ao grande desafio das instituições existentes na Amazônia, que lutam pelo desenvolvimento da região para transformar o capital natural em rendimentos econômicos e sociais, de modo a manter o equilíbrio ambiental de forma inovadora, pois o projeto entende que na região Amazônica ainda é possível um novo modelo de produção e de consumo sustentável dos recursos naturais, que permita além do desenvolvimento socioeconômico, a conservação da natureza e da cultura dos povos que nela habitam. Portanto, para vencer esse grande desafio, ou seja, desenvolver sustentavelmente a Amazônia, o projeto aponta que antes, é preciso promover o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia, visto que essas áreas têm um papel fundamental e imprescindível no processo de transformação.

Segundo o Projeto de Implantação da UFOPA (2009), a educação, ciência e tecnologia na Amazônia, só são possíveis de serem desenvolvidas por meio de instituições de ensino superior, e de modo fundamental, as públicas, pois respondem pelo desenvolvimento regional, quando da formação de profissionais especializados nessas áreas de desenvolvimento. Isso porque há carência no quadro de recursos humanos e de infraestrutura de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, o que é um entrave básico ao crescimento, que precisa ser superado, e somente uma política pública de interiorização qualificada do ensino superior poderá vir a contribuir para a superação dessas deficiências.

Na Amazônia, as instituições de ensino superior, em grande parte, são restritas às capitais, e a implantação da UFOPA, como uma instituição a ser criada para o interior, vem responder aos anseios regionais, enfrentando o desafio de formar o homem nessa região da Amazônia. O projeto também ressalta que apesar da Amazônia possuir antigas instituições científicas e de excelente qualidade, estas necessitam de parcerias para alcançar uma distribuição espacial para a execução de uma estratégia que objetive estabelecer um novo paradigma de ciência, tecnologia e inovação para a região, e que seja capaz de impactar decisivamente o seu desenvolvimento (PROJETO..., 2009).

É desse modo que poderá ser vencido o grande desafio de promover o desenvolvimento da Amazônia, ou seja, com um efetivo investimento em educação, ciência e tecnologia, para contribuir estrategicamente para a defesa do seu patrimônio natural e cultural e favorecer a geração do desenvolvimento sustentável, fator preponderante na manutenção da soberania nacional da Amazônia, o que repercutirá positivamente para o país e para a comunidade internacional (PROJETO, 2009, p. 9).

Ainda justificando a necessidade de uma IFES no interior da Amazônia, fora das capitais, o projeto enfatiza que há universidades federais e estaduais em todas as capitais, porém há carência dessas instituições no restante da região, havendo, assim, deficiências de pessoal qualificado, o que potencializa os problemas locais, deixando as comunidades em um ciclo perverso de pobreza e abandono milenar, porque uma educação mais acessível e de melhor qualidade não chega a elas. Daí a importância da criação da UFOPA, uma universidade regional integradora que, para atender a seu amplo e isolado interior, terá que desenvolver inovações no ensino, no acesso e na comunicação aos seus bens educacionais.

O projeto também faz alusão aos aspectos físicos da Região Amazônica, enfatizando-a como a maior extensão de floresta tropical do mundo, em cuja bacia hidrográfica está a quinta parte das reservas mundiais de água doce, numa imensa rede de rios, compartilhada por oito países que se interligam em seus elementos naturais. Outros aspectos da região ressaltados são: 1) no campo do desenvolvimento ao longo dos períodos de ocupação, existiu uma falta de conectividade entre os processos produtivo, educativo e sustentabilidade, que possibilitou crescimentos estanques na região com repercussões pontuais e sem continuidade, muitas vezes com resultados negativos, principalmente de caráter social; 2) existe um mosaico de cultura, etnias e valores, que precisam ser preservados, cujas discussões acerca da diversidade têm tomado espaço significativo nos debates de políticas públicas que propiciam a importância de discussões sobre alternativas de desenvolvimento para o futuro da Amazônia; 3) qualquer direcionamento de políticas para a integração amazônica impõe não só o fortalecimento dos setores públicos e orientações precisas para o setor privado, mas, especialmente, o descompasso extremamente mais acentuado entre as áreas rurais e urbanas; 4) o crescimento acelerado da população urbana, vazios demográficos e distância dos centros de decisões de políticas e de circulação econômica, proporcionando uma elevação acelerada na região da taxa populacional urbana (60% da população) e um conseqüente desordenamento territorial, além da expansão agropecuária e da migração de famílias de outras regiões, sem contar que há um *déficit* de escolarização de ensino superior, favorecendo a desigualdade regional (PROJETO..., 2009).

Tudo isso gera problemas de ajustes ambientais e sociais que merecem atenção desdobrada dos governos, especialmente o federal, pois esses problemas não se restringem às fronteiras políticas dos estados. Em função dessa problemática toda, alguns fatores são preponderantes para o desenvolvimento regional: a superação da pobreza e a viabilidade de geração de riqueza e renda, que deve levar em consideração o *locus* e os valores dos habitantes, especialmente nativos; o rompimento com modelos de crescimento econômico desequilibrado entre classes sociais; degradação da natureza e o desrespeito à cultura dos povos.

Sua missão, segundo o Projeto (2009), depende de uma política de produção de conhecimento endógeno e formação adequada de recursos humanos que uma universidade pública de qualidade poderá propiciar, pois num cenário como o da Amazônia, com grandes carências e graves problemas impedem o desenvolvimento da região. Portanto, a educação se apresenta como alavanca para melhorar o IDH, não só em termos de qualificação, mas, principalmente, como possibilidade para o desenvolvimento regional e nacional, visto que qualificará pessoas para o fortalecimento e inserção de novas alternativas nos deslocamentos dos eixos produtivos, originando novas atitudes científicas que refletiram nos processos de pesquisa e desenvolvimento, condições essenciais para a geração de produtos, processos e serviços que favorecem vantagens competitivas nacionais. Esses são os benefícios que só boas instituições de ensino superior públicas podem trazer.

O projeto de implantação da nova universidade faz ainda referência ao baixo índice de matrículas tanto na educação básica como na educação superior na Região Norte, portanto na Amazônia, em que apenas 13,27% do público jovem têm acesso à universidade (INEP, 2006), fato ocasionado pelos problemas e carências regionais, gerados pela falta de um maior número de instituições de ensino superior, que deverá proporcionar um universo de pessoas mais qualificadas, reduzindo uma injustiça social ainda muito acentuada.

A migração acadêmica se apresenta como um importante desafio a ser enfrentado, tendo em vista fixação do homem na região, principalmente no que se refere ao quadro de docentes doutores, que abandonam suas instituições após obterem melhor qualificação. Outro desafio está relacionado à necessidade de formação de profissionais para a ciência, voltados à produção do conhecimento científico local, organizado coerente e significativo para a viabilização do desenvolvimento sustentável da região.

Diante do cenário amazônida de grandes riquezas naturais, de infinitas situações e desafios, o governo federal acena para a criação de uma universidade que será um passo decisivo para o desenvolvimento tanto regional como nacional, pois se trata de sua maior e



mais importante fronteira física, social e de desenvolvimento. Assim sendo, o projeto de implantação considera relevante a criação da UFOPA, pelo fato de seus objetivos atenderem às reais necessidades dos setores econômico social e cultural que se efetivarão via educação universitária, enfatizando as metas e a criação de um centro geográfico da Amazônia brasileira.

Finalmente, o Projeto faz alusão à região Oeste do Pará, onde será implantada a UFOPA, ou seja, de onde a BR-163 conecta-se ao Planalto Central do Brasil até a confluência dos rios Amazonas e Tapajós, interligando a região central do Brasil à Amazônia Central e aos mercados mundiais, pela localização estratégica do porto da cidade Santarém-PA, que por essas características foi escolhida como matriz de expansão dessa política de interiorização do ensino superior público na região. O porto de Santarém, devido a sua localização estratégica tem a vantagem de reduzir os custos de transporte da produção do Centro-Oeste para os portos europeus e dos Estados Unidos, bem como àqueles custos associados aos produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para o Centro-Sul do país (PROJETO..., 2009).

Por ser uma região de grande interesse dos movimentos ambientalistas, sociedade civil organizada, setores empresariais e autoridades governamentais, a UFOPA, implantada diretamente no coração da Amazônia, exercerá uma influência considerável sobre a área de domínio da BR-163 sustentável, mas que, por outro lado, tem-se “a ocupação desordenada das terras públicas, conflitos socioambientais, expansão da pecuária e cultivos extensivos de grãos na Amazônia Central”. Esse é o espírito e a realidade conflitantes da região em que será implantada essa nova universidade (PROJETO..., 2009, p. 12).

Para o Projeto, a missão da UFOPA é formar profissionais em cursos superiores que possibilitem novos conhecimentos sobre a Amazônia, com base em uma estrutura acadêmica pedagógica inovadora, constituindo-se em um sistema integral que conceberá um currículo modular e flexível para todos os cursos e habilitações, dispondo de três ciclos de estudo: ciclo básico de estudos amazônicos, ciclo de graduação profissional e ciclo de formação continuada – pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

A formação profissional promovida pela UFOPA terá por objetivo geral a produção de conhecimentos identificados com os princípios de uma efetiva e integral sustentabilidade da Amazônia e Formação de Recursos, numa concepção de educação continuada, cuja formação e capacitação propiciarão qualificação multidimensional, integradas às diversas áreas do conhecimento, com caráter cumulativo na história de vida dos estudantes. Essa formação será orientada pelos seguintes princípios: a identificação com os valores éticos fundamentais da humanidade; o respeito à diversidade cultural em nossa sociedade; a preservação do meio

ambiente, especialmente o amazônico; a garantia desses valores para a produção do conhecimento e a formação especial de toda expressão amazônica, cultural, econômica e ecológica; perseguição dos parâmetros de sustentabilidade integral do ambiente global; contribuição para a soberania do país, o compromisso social e o desenvolvimento dos povos da Amazônia, em uma atitude institucional compatível com os tempos contemporâneos da Humanidade (PROJETO..., 2009).

A partir daí, o Projeto desenha considerações sobre as diretrizes para a formação profissional no ciclo de graduação (ciclos de estudos, sistema de matrícula, índice de desempenho acadêmico e mediação tecnológica), discutirá sobre o funcionamento em três turnos e detalha sobre: o modelo acadêmico (ciclo básico que terá natureza formativa geral e multidisciplinar para todos os cursos, com duração de dois semestres e com 400 horas de estudos, totalizando com 800 horas de o Ciclo Básico de Estudos Amazônicos); as disciplinas dos cursos e módulos disciplinares: sociedade, natureza e desenvolvimento; origem e evolução do conhecimento; lógica, linguagem e comunicação; formação profissional; seminários integradores, seminários gerais; atividades extraclasse; e disciplinas optativas dos institutos em qualquer dessas modalidades (APENDICE B).

No que se refere às pesquisas, estas serão distribuídas em grupos e linhas de pesquisas, orientadas para a problemática regional em função da abordagem multidisciplinar, cuja perspectiva estratégica é a pesquisa no ecossistema regional, mas com perspectiva global, observando a importância e papel para a economia do país e para a redução das assimetrias regionais, voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais, para as políticas públicas no contexto da Amazônia e para o desenvolvimento regional.

Quanto à pós-graduação, o Projeto a concebe, dentro de uma perspectiva de educação permanente e continuada, de maneira cumulativa, onde o processo de ensino/aprendizagem estará sob padrões de competência e qualidade, através de dois grandes programas: Programa Interiorano de Qualificação e Programa de Demanda Externa (PROJETO..., 2009).

Tanto o ensino de graduação como a pesquisa e a pós-graduação estão distribuídos por institutos<sup>38</sup>. Cada instituto (APENDICE C) organiza-se de acordo com as disciplinas afins, em termos de grupos e linhas de pesquisa, priorizando temas de maior relevância para a Amazônia. Todas as pesquisas realizadas na UFOPA fornecerão subsídios acadêmico-científicos para os cursos de pós-graduação.

---

<sup>38</sup> Institutos de: Ciência da Sociedade (ICS); Ciência da Educação (ICED); Biodiversidade e Florestas (IBEF); Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA); e Engenharia e Geociências (IEG).

A nova Universidade terá formato multicampi, integrando o ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa, buscando fortalecer os laços culturais e o compromisso com a sociedade. Serão desenvolvidos programas de ação contínua, projetos e eventos como: Projeto Agenda Cidadã, Escola de Extensão, Núcleo de Inovação Tecnológica, Assistência Estudantil. O Projeto ainda prevê: Programas de Cooperação Internacional (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça), Sistema de Informática para Gestão Acadêmica e Administrativa.

Para abrigar toda essa estrutura acadêmica, a UFOPA possui um patrimônio físico composto por dois *campi* localizados na área urbana: o Campus I, com área de 60.000 m<sup>2</sup> onde funcionava o Campus Universitário da UFPA em Santarém, que será destinado para a instalação do Instituto de Ciências da Educação; e o Campus II, com área de 16 hectares, onde funcionava a Unidade Descentralizada da UFRA e o alojamento da UFPA e que abrigará os Institutos de Biodiversidade e Florestas, de Ciência e Tecnologia das Águas, de Engenharia e Geociências e de Ciências da Sociedade. Nos Campi de Itaituba e Oriximiná serão utilizadas as instalações dos antigos Núcleos da UFPA e nos demais campi as instalações estão sendo negociadas com as Prefeituras. E, assim, em agosto de 2009, o projeto de implantação, já com a proposta da nova denominação (UNIAM), foi entregue ao MEC.

## 5.6 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

O crescimento do Estado do Pará, em praticamente todos os aspectos, supera a média nacional, conforme dados do IBGE (2010), IDESP (2008 e 2010) e INEP/MEC (2006). Dentre os aspectos relacionados ao crescimento encontra-se a ocupação do espaço territorial para abrigar novos empreendimentos econômicos e as correntes migratórias que se dirigem ao Estado. Uma das consequências foram também os projetos de desenvolvimento propostos pelo governo estadual, a descoberta e a exploração de recursos primários, com ênfase nos recursos minerais tem sido um fator determinante nesse contexto. E é de fundamental importância que a UFOPA tenha a partir de agora uma leitura aprofundada e abrangente da conjuntura regional para que possam realizar os objetivos constantes em sua missão institucional.

Para tanto a nova universidade amazônica tem uma área de abrangência que cobre toda a mesorregião do Baixo Amazonas e seis municípios da mesorregião Sudoeste paraense, correspondendo a quatro microrregiões: Almerim, Óbidos, Santarém e Itaituba. Abrangetambém, toda a área de influência da rodovia BR-163, conhecida como Rodovia

Santarém-Cuiabá, cujas ações da nova universidade devem repercutir, conseqüentemente, nos países que compõem a Pan-Amazônia<sup>39</sup>.

Os municípios paraenses que potencialmente serão influenciados pela UFOPA e que deram a base de sustentação econômica e política para a criação da instituição se configuram em termos de extensão e população:

**Tabela 8** - Dimensão institucional (população e área territorial por Municípios).

Mesorregião	Microrregião	Municípios	População 2009	Área-Km <sup>2</sup>
Baixo Amazonas	Almerim	Almerim	33,61	73.287,8
		Porto de Moz	33,96	17.500,8
	Óbidos	Faro	8,18	11.820,3
		Juruti	47,09	8.342,8
		Óbidos	49,33	26.825,5
		Oriximiná	62,79	108.086,0
	Santarém	Alenquer	52,63	24.496,8
		Belterra	16,32	2.640,6
		Curuá	12,25	1.480,2
		Monte Alegre	55,46	20.066,3
		Placas	23,93	7.194,1
		Prainha	29,35	13.895,7
		Santarém	294,58	24.422,5
		Terra Santa	16,95	1.909,0
Sudoeste Paraense	Itaituba	Aveiro	15,85	17.157,9
		Itaituba	97,49	62.380,8
		Jacareacanga	14,10	53.531,5
		Novo progresso	25,12	38.322,0
		Rurópolis	40,09	6.991,3
		Trairão	16,88	12.043,6
<b>Total da área de abrangência</b>			<b>945,96</b>	<b>532.395,5</b>
<b>Total do Estado do Pará</b>			<b>7.581,05</b>	<b>1.247.689,5</b>

Fonte: IBGE; IDES (2010). Adaptado por GOMES (2011).

Considerando que do Estado do Pará possui 1.247.689,5 Km<sup>2</sup> de área territorial, a Tabela 8 mostra que a área de abrangência da UFOPA, de 532.395,5 Km<sup>2</sup>, representa 42,67% da área do Estado, o que significa dizer que quase metade do território paraense está sob jurisdição da nova Universidade, que é constituída por 20 municípios arrolados.

Nessa relação, o município de maior destaque em termos de área territorial é Oriximiná, com 108.086,0 Km<sup>2</sup>. Porém, no que se refere à concentração populacional, destacam-se os municípios de Santarém com 294,58 habitantes e Itaituba com 97,49 habitantes, sendo que a área de abrangência da UFOPA atenderá 945,96 habitantes, ou seja, apenas 12,47% da população do Estado do Pará.

<sup>39</sup>Pan-Amazônia (Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname).

Frente aos aspectos econômicos da área de implantação da UFOPA, o IDESP (2010) e UFPA (2005), as atividades predominantes são: agrícola, extração vegetal, agropecuária e mineral.

A atividade agrícola volta-se principalmente para as lavouras alimentícias, tipicamente amazônicas, cujas principais culturas são: os grãos e fruticulturas. Referente ao cultivo de grãos<sup>40</sup>, a soja ganha escala com o avanço da frente de produção a partir dos municípios de Santarém e Belterra, sendo que a exportação desse produto é realizada pelo porto de Santarém. A fruticultura da região desenvolve-se, principalmente a partir do cultivo de abacaxi, banana, laranja e cana-de-açúcar.

Compondo a economia local está o extrativismo vegetal com predomínio da coleta de madeira e produção de lenha, carvão vegetal, madeira em tora, açaí e sementes de cumaru que sustenta o artesanato local. O reflorestamento de espécies exóticas como o eucalipto, gmelínia e pinus americano, dentre outras, também atende às necessidades de matéria-prima para a fabricação de celulose, além de espécies nativas como o ipê, jacarandá, ucuuba; e as lavouras comerciais: o cacau, a pimenta-do-reino, a juta, o café e a malva e, também, a castanha-do-pará.

A agropecuária regional também se destaca pela criação de gado, que é uma atividade tradicional em pastos naturais e nas várzeas, seguindo a criação de bubalino, suíno, frangos e a produção mel de abelha e leite. Ela é precedida pela exploração madeireira, acompanhada por expressiva taxa de desmatamento, o que conjuntamente traz sérios riscos ambientais.

Outra atividade regional importante que merece destaque é a mineração. Em Oriximiná e por toda a franja norte do Amazonas, a exploração da bauxita e do caulim constitui importantes atividades econômicas. O calcário também é abundante nessa área, particularmente na região de Monte Alegre. O calcário encontrado na região de Itaituba está sendo hoje destinado à produção de cimento e agricultura. A primeira, dominada por um dos poucos grupos empresariais produtoras de cimento no Brasil, tem baixo impacto na geração e empregos. A segunda é atividade complementar na agricultura e, embora importante para a melhoria de solos agriculturáveis, não muito contribuirá para a expansão laboral.

Face aos aspectos econômicos, os índices do Produto Interno Bruto (PIB) e a Renda per Capita dos municípios da área de abrangência da UFOPA são:

---

<sup>40</sup>A região produz também: feijão, arroz, milho, pimenta-do-reino.

**Tabela 9** - Indicadores do PIB e renda per capita da área de abrangência da UFOPA.

Municípios da área de abrangência da UFOPA	PRODUTO INTERNO BRUTO	
	Valores / PIB	Per capita
Alenquer	10,73	3.017
Almerim	16,11	15.325
Belterra	3,66	4.568
Curuá	27,12	3.503
Faro	13,98	1.928
Juruti	61,67	6.005
Monte Alegre	22,15	4.235
Óbidos	10,09	3.905
Oriximiná	49,94	16.982
Placas	13,07	2.864
Porto de Moz	4,72	2.714
Prainha	3,68	3.462
Santarém	8,12	6.004
Terra Santa	13,73	3.035
Aveiro	25,71	2.478
Itaituba	7,71	4.650
Jacareacanga	19,44	1.721
Novo progresso	-10,54	6.577
Rurópolis	9,15	2.807
Trairão	10,17	3.618
<b>Média da área</b>	<b>16,02</b>	<b>4.970</b>
<b>Média do Estado do Pará</b>	<b>18,20</b>	<b>7.993</b>

Fonte: IDESP. SEPOF, 2008. Adaptado por GOMES (2011).

De acordo com a Tabela 9, verifica-se que média total do PIB da área de abrangência da UFOPA corresponde ao índice médio de 16,02, representando em termos percentuais 88% do PIB do Pará que em média é de 18,20. Essa variação também se verifica na renda per capita, onde a média da região, de 4.970, corresponde a 62% em relação à média estadual, que é de 7.993. Dentre os 20 (vinte) municípios da área analisada, 14 (quatorze), ou seja, 70% possuem o PIB abaixo da média estadual e 18 (dezoito) municípios, ou seja, 90% têm renda per capita abaixo da média do Estado.

Referente ao PIB local, Juruti aparece na liderança dos municípios (61,67), seguido por Oriximiná (49,94) e Curuá (27,12). Os que apresentam os menores índices do PIB são: Novo Progresso (-10,54), Belterra (3,66) e Prainha (3,68). Quanto à renda per capita os municípios que apresentam os maiores índices são Oriximiná (16, 982), Almerim (15.325) Novo Progresso (6.677). Jacareacanga (1.721), Faro (1.928) e Aveiro (2.478 apresentam menores índices de renda per capita da região).

Esses dados demonstram que nem sempre as médias do PIB e da renda per capita refletem o crescimento econômico e uma melhor distribuição de renda de uma região, como é o caso dos municípios paraenses da região analisada. Embora a região apresente média

significativa em relação ao PIB e a renda per capita estadual, 14 (quatorze) municípios estão abaixo da média do PIB e 18 (dezoito) estão abaixo da renda per capita, ficando somente o município de Oriximiná acima da média estadual dos dois índices. Esse cenário sinaliza problemas nas economias dos municípios da região, bem como problemas na distribuição de renda.

Com respeito aos indicadores educacionais do Estado do Pará, as características consideradas por ATLAS (2010)<sup>41</sup> foram: extensão territorial, população, densidade demográfica, localização geográfica e a falta de planejamento para a rede escolar. Segundo esse documento, tais características representam os obstáculos para a implantação de políticas públicas em educação no Pará, onde as escolas de ensino pré-escolar são predominantemente de gestão pública municipal e as escolas do ensino médio têm a participação significativa do poder estadual.

Na área de abrangência da UFOPA, essa problemática é observada a partir da análise dos dados educacionais, onde se percebe uma disparidade entre a quantidade de escolas públicas e de alunos matriculados, em comparação ao total do Estado, conforme demonstra o quadro a seguir:

**Tabela 10** - Indicadores do Ensino Fundamental e Médio da área de abrangência da UFOPA.

Município	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Escola	Docentes	Matrícula	Escola	Docentes	Matrícula
Alenquer	173	611	14.334	3	66	2.550
Almerim	81	402	8.179	5	89	1.911
Belterra	59	210	4.034	1	21	710
Curuá	39	203	3.376	1	9	722
Faro	19	78	1.767	1	14	250
Juruti	141	514	12.190	4	67	2.579
Monte Alegre	143	550	15.217	4	93	2.873
Óbidos	118	475	10.471	2	69	2.452
Oriximiná	87	675	15.462	3	101	3.090
Placas	75	163	3.517	2	24	672
Porto de Moz	141	379	12.223	1	18	1.098
Prainha	120	378	8.664	1	28	1.009
Santarém	498	2.909	64.584	35	795	19.991
Terra Santa	22	157	3.599	1	17	926
Aveiro	64	189	4.134	1	14	674
Itaituba	141	774	22.102	10	172	4.271
Jacareacanga	52	186	4.137	1	9	348
Novo progresso	27	210	4.735	2	31	880
Rurópolis	85	282	6.073	1	24	948

<sup>41</sup> ATLAS de Integração do Estado do Pará (2010) é um documento de representação dos indicadores de desenvolvimento do estado do Pará.

Trairão	34	116	2.830	1	9	453
<b>Total da área</b>	<b>2.119</b>	<b>9.461</b>	<b>221.628</b>	<b>80</b>	<b>1.670</b>	<b>48.407</b>
<b>Total do Pará</b>	<b>10.873</b>	<b>59.943</b>	<b>1.550.781</b>	<b>691</b>	<b>13.908</b>	<b>356.866</b>

Fonte: INEP;MEC;IDESP – Censo Escolar 2010. Adaptado por GOMES (2011).

Analisando os dados da Tabela 9, observa-se que o número de matrículas efetuadas no Ensino Médio (48.407) corresponde a 21,84% dos alunos no Ensino Fundamental (221.628), o que sugere que a maioria dos jovens matriculados nesse nível de ensino não ingressa no Ensino Médio, revelando um baixo investimento do governo estadual, tendo em vista que em relação ao número de escolas de todo o estado (691), apenas 11,57% (80) correspondem às existentes na área de abrangência da UFOPA. O município de Santarém se destaca por possuir o maior número de alunos matriculados entre crianças e jovens, na educação básica em toda a área de abrangência, ou seja, 64.584 (29,14%) de estudantes no Ensino Fundamental, 19.991 (41,29%) no Ensino Médio.

Os dados demonstram, ainda, que potencialmente existe na área de abrangência da UFOPA, uma demanda reprimida regional de 13,56% (48.407) de estudantes somente da rede pública em relação ao total de todo o Pará.

Focalizando especificamente os dados referentes à situação da rede pública de ensino estadual no estado do Pará, observa-se que muito há que ser feito para que o número de matrículas no Ensino Fundamental (1.550.781) seja efetivamente acompanhado pelo aumento de vagas no Ensino Médio (356.866), a começar pela melhoria das condições de infraestrutura das escolas de ensino médio e seus resultados, para atender os alunos que egressos do Ensino Fundamental e se matriculam no Ensino Médio, demonstrando que o sistema educacional paraense, como a maioria do país, ainda é deficiente, reflexo de um processo de desenvolvimento desequilibrado.

O quadro a seguir demonstra a realidade do nível de formação docente dos municípios da área de abrangência da UFOPA:



**Tabela 11** - Nível de formação docente da Educação Básica da região de influência da UFOPA

Municípios	Nível de Formação		
	Fundamental	Médio	Superior
Alenquer	-	784	203
Almeirim	07	525	177
Belterra	-	161	103
Curuá	03	230	19
Faro	-	117	71
Juruti	03	530	295
Monte Alegre	-	719	311
Óbidos	06	667	179
Oriximiná	56	860	257
Placas	-	236	23
Porto de Moz	-	195	221
Prainha	04	455	38
Santarém	32	2.105	3.146
Terra Santa	01	168	24
Aveiro	48	230	30
Itaituba	02	749	830
Jacareacanga	38	98	081
Novo Progresso	08	131	151
Rurópolis	01	556	51
Trairão	05	123	24
<b>Total da área</b>	<b>214</b>	<b>9.639</b>	<b>6.234</b>
<b>Total do Pará</b>	<b>955</b>	<b>49.335</b>	<b>54.706</b>
<b>Total do Norte</b>	<b>2.921</b>	<b>99.925</b>	<b>133.745</b>

Fonte: EDUDATABRASIL<sup>42</sup>, 2011 (dados do INEP/MEC, 2006). Adaptado por GOMES (2011).

A Tabela 11, expressa que em relação ao total de docentes do estado do Pará, que atuam na área de abrangência da UFOPA, 22,4% (214) possuem Ensino Fundamental; 19,53% (9.639) concluíram o Ensino Médio; e, 11,39% (6.234) formação de Ensino Superior, constando assim as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da educação básica nesses municípios. Dentre os municípios, Santarém é destaque com o maior número de docentes, ou seja, 5.283. Dentre essa quantidade de docentes, 59% possuem a formação de ensino superior, 39% com formação de Ensino Médio e 2% com Ensino Fundamental.

Esses resultados demonstram que na área de abrangência da UFOPA existe uma demanda 9.853 professores que atuam no ensino básico com formação de nível médio, ou seja, um grande *déficit* de professores sem formação de ensino superior, o que significa dizer, que a formação de professores deve ser uma das grandes prioridades da nova Universidade.

<sup>42</sup> Sistema de Estatísticas Educacional (EDUDATABRASIL) – sistema de consulta para que a sociedade possa acompanhar melhor a evolução dos indicadores educacionais do País (MEC/INEP, 2011).

Na análise do desenvolvimento humano na região da área de abrangência da UFOPA, procurou-se observar os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando que este é resultado das variáveis como: renda, educação, longevidade entre outros fatores. A média aritmética desse conjunto de indicadores resulta no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)<sup>43</sup>, que é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população (ATLAS..., 2010). A tabela a seguir apresenta o comportamento do IDHM da área em estudo:

**Tabela 12** - Índices de Desenvolvimento Humano Municipal da área de abrangência da UFOPA.

Município	IDHM	IDH-Renda	IDH-Longevidade	IDH-Educação
Alenquer	0,67	0,52	0,71	0,79
Almerim	0,75	0,70	0,73	0,81
Belterra	0,65	0,47	0,67	0,80
Curuá	0,67	0,47	0,74	0,80
Faro	0,62	0,47	0,60	0,80
Juruti	0,63	0,44	0,64	0,81
Monte Alegre	0,69	0,52	0,77	0,78
Óbidos	0,68	0,51	0,73	0,80
Oriximiná	0,72	0,59	0,73	0,83
Placas	0,69	0,60	0,75	0,73
Porto de Moz	0,65	0,56	0,70	0,69
Praíha	0,62	0,46	0,67	0,73
Santarém	0,75	0,60	0,76	0,88
Terra Santa	0,69	0,50	0,73	0,83
Aveiro	0,64	0,45	0,74	0,72
Itaituba	0,70	0,62	0,69	0,80
Jacareacanga	0,65	0,60	0,74	0,62
Novo progresso	0,76	0,68	0,81	0,80
Rurópolis	0,65	0,57	0,66	0,72
Trairão	0,65	0,55	0,69	0,72
<b>Média da área</b>	<b>0, 67</b>	<b>0, 54</b>	<b>0, 71</b>	<b>0, 77</b>
<b>Média do Pará</b>	<b>0, 72</b>	<b>0, 63</b>	<b>0, 72</b>	<b>0, 81</b>
<b>Média do Brasil</b>	<b>0, 77</b>	<b>0, 72</b>	<b>0, 73</b>	<b>0, 85</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010. (dados PNUD, 2000). Adaptado por GOMES, (2011).

Referente ao IDH-Renda<sup>44</sup> expostos na Tabela 12, 18 (dezoito) municípios estão abaixo da média estadual e nacional e 2 (dois) municípios (Almeirim e Novo Progresso) estão acima da média estadual, mas se encontram abaixo da média nacional. Nesse sentido o governo do Pará, deve repensar o modelo de desenvolvimento adotado e apontar saídas que elevem o IDHM-Renda dos municípios em questão.

<sup>43</sup> IDHM – índice que considera a média dos IDH-Renda, IDH-Longevidade e IDH-Educação (ATLAS, 2010).

<sup>44</sup> IDH-Renda - índice calculado sobre a renda familiar per capita, ou seja, a razão entre a soma da renda pessoal de todos os familiares e o número total de indivíduos na unidade familiar (ATLAS, 2010).

Concernente ao IDH-Longevidade<sup>45</sup> dos municípios descritos na Tabela 10, 9 (nove) municípios encontram-se com índice abaixo da média estadual e nacional; 4 (quatro) municípios estão posicionados acima da média estadual e nacional; e 7 (sete) municípios localizam-se acima da média estadual e nacional.

Considerando o IDH-Educação<sup>46</sup> dos municípios analisados na Tabela 11, 18 (dezoito) estão abaixo da média estadual e nacional, 1(um) está acima da média estadual e abaixo da média nacional; e 1(um) encontra-se acima da média estadual e nacional. De acordo com Atlas (2010), o IDH-Educação desses municípios apresentou melhorias, face à redução do analfabetismo e do aumento do número de matrículas escolares, fatores que fizeram com que a escolaridade regional média aumentasse.

Nessa política para a transformação, a educação é um dos indicadores que possibilitará o desenvolvimento da região, promovendo o crescimento do IDH, elucidando lacunas que não serão preenchidas por outras políticas que somente favorecerão setores já desenvolvidos. A política pública para a educação é condição básica para o alcance do desenvolvimento, pois há consenso quanto à premissa de que a educação é um fator determinante das condições de saúde pública, pois a expansão das oportunidades educacionais ajuda as famílias a adotarem estilos de vida mais saudáveis e facilita o acesso à informação e à capacidade de fazer bom uso dela (ATLAS, 2010).

Referente ao IDHM dos municípios da área de abrangência da UFOPA, 16 (dezesesseis), localizam-se abaixo da média estadual nacional; 1 (um) encontra-se na média estadual, mas abaixo da média nacional; e 3 (três) estão posicionados na média estadual, porém, abaixo da média nacional.

Embora tenha havido crescimento econômico nos municípios do estado do Pará (ATLAS..., 2010), as condições de vida continuam deficientes. Em que pese certa melhora no padrão de vida de parte da população, o crescimento não foi ainda suficiente para elevar o padrão geral em níveis aceitáveis. No que se refere aos municípios da região de abrangência da UFOPA, todos (20) encontram-se abaixo do padrão brasileiro médio de desenvolvimento humano municipal. Esses dados demonstram a precariedade das condições de existência da população dos municípios e reforça a necessidade de uma intervenção governamental para viabilizar uma profunda transformação nas estruturas socioeconômicas da região, com a implementação de políticas públicas capazes de corrigir essas distorções, sob pena de se comprometer o crescimento da região.

---

<sup>45</sup> IDH-Longevidade – índice que leva em conta a expectativa de vida (ATLAS, 2010).

<sup>46</sup> IDH-Educação – índice que mede todos os níveis de ensino (ATLAS, 2010).

Esses indicadores econômico e sociais anunciam os imensos desafios a serem superados pelos municípios da área de influência da UFOPA, no sentido de proporcionar a melhoria de qualidade de vida de suas populações. Cada um desses municípios possui enorme potencial e vocação que são expressos por meio da diversidade de seus recursos naturais, sejam eles, minerais, hídricos ou florestais, permitindo a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável como forma de corrigir o modelo equivocado e predatório adotado para a região desde a segunda metade do século passado (SILVA, 1999).

### 5.7 A CRIAÇÃO DA UFOPA

O REUNI (2007) na tentativa de reduzir as desigualdades regionais e assegurar a democratização do acesso ao ensino superior possibilitou a criação de quatro novas universidades federais<sup>47</sup> em regiões territoriais estratégicas, com objetivo de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da integração e da cooperação internacional sob liderança brasileira.

Nesse cenário de criação, a UFOPA, além de atender aos anseios da sociedade local e regional, nasce com uma estrutura patrimonial herdada da UFPA e UFRA (espaço físico, corpo administrativo, docente e discente), resultado de forças endógenas oriundas de demandas de grupos sociais e regionais por melhoria de qualidade de vida na região. Diferente da criação da Universidade Federal do ABC (UFABC), criada em 2005, resultado da primeira fase do Programa de Expansão da Educação Superior (2003), que não foi concebida com base em instituições existentes, isto é, não se instituiu por transformação, foi, portanto resultado de uma ação exógena de indução do governo federal.

O projeto de criação da UFOPA se beneficiou também do contexto político de alinhamento das esferas públicas que ocorria à época, pela política nacional de educação superior e pelos projetos de desenvolvimento propostos pelo governo estadual, que compunham um cenário favorável à articulação e à negociação junto ao governo federal, para criação de mais uma universidade para Amazônia.

A UFOPA foi criada pela Lei nº 12.085, em 05 de novembro de 2009 (ANEXO D), tendo como objetivo maior a construção da cidadania por meio de produção de conhecimento, inovação tecnológica, soluções sociais inovadoras, fomento de ideias e formação de recursos humanos qualificados, e cujo princípio é a relevância social traduzida, por um lado, em

---

<sup>47</sup> Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada em Foz do Iguaçu (PR); Universidade Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) sediada em Redenção (CE); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sediada em Chapecó (SC); e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sediada em Santarém (PA).

formar em nível superior, para estar comprometida, de fato, com o desenvolvimento regional, e por outro lado, em pesquisar por meio do engajamento social do trabalho acadêmico (JORNAL BEIRA DO RIO, 2011).

A partir da sua implantação, a administração superior da UFOPA elegeu como prioridades: a criação do Conselho Consultivo da UFOPA<sup>48</sup>; a consolidação da estrutura acadêmica; a formação de servidores; a elaboração do estatuto da Universidade; e a ampliação da infraestrutura da UFOPA.

A criação do Conselho Consultivo visa manter um canal de comunicação entre a universidade e a sociedade, mediante seus órgãos, instituições, organismos e personalidades mais consolidados e representantes públicos e privados, com a finalidade de discutir tendências, problemas, oportunidades e perspectivas da educação e do ensino superior na região de abrangência da universidade (Universidade Federal do Oeste do Pará, 2011).

Referente à consolidação da nova estrutura acadêmica, esta já se encontra consolidada desde 2000, porém ainda se encontra em processo de avaliação administração superior da UFOPA. Contudo, tal proposta ainda é alvo de acaloradas discussões internas e junto à comunidade local (JORNAL BEIRA DO RIO, 2011). Nesse bojo, a UFOPA inicia suas atividades acadêmicas em 2011, com a oferta de 1.200 (mil e duzentas) vagas para os cursos de graduação no Campus Santarém, das quais 1.050 (mil e cinquenta) foram ocupadas via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as 50 (cinquenta) restantes foram destinadas aos indígenas através do processo seletivo tradicional. Além desses novos alunos a UFOPA conta com 2.161 (dois mil cento e sessenta e um) remanescentes da UFPA e UFRA. Para iniciar as atividades acadêmicas dos *Campi* universitários de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém, foi adotada como principal ação a formação de 1.300 (mil e trezentos) docentes leigos do Oeste do Pará, através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), iniciativa promovida pelo MEC através da CAPES.

Concernente à formação do seu quadro de servidores (docentes e técnico-administrativos), a UFOPA está concentrando esforços para qualificar o já existente a ampliá-lo por meio da realização de concurso público. Atualmente o quadro de pessoal da UFOPA conta com apoio de 451 (quatrocentos e cinquenta e um) servidores efetivos, sendo: 238 (duzentos e trinta e oito) docentes e 224 (duzentos e vinte e quatro) técnico-administrativos, e

---

<sup>48</sup>Instalado em 5 de dezembro de 2009, com base no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, e no art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 9.394/1996 (UFOPA, 2011). Esse Conselho recebeu apoio da SEDEC, FAPESPA, SEDUC, SEPAC, IDEFLOR e CIDS.

com a colaboração de 2(dois) professores substitutos e 11 (onze) técnicos cedidos de órgãos federais e municipais (Universidade Federal do Oeste do Pará, 2011).

Outra prioridade dessa Universidade está na ampliação de sua infraestrutura para melhor acomodação de alunos e servidores. Atualmente a universidade conta com três obras licitadas em andamento e uma já concluída: 1) ampliação da Biblioteca Rui Barata, orçada no valor de R\$ 323.349,00, concluída em março de 2011; 2) a construção da futura sede do ICED, antigo Campus da UFPA em Santarém, orçado em R\$ 3.924.950,00, localizada no Bairro Caranazal; 3) a construção de dois pavimentos com dois andares, no Campus Tapajós, localizados no Bairro do Salé, antiga Unidade da UFRA, orçada em R\$ 4.887.820,00 para salas especiais de ensino (dez salas de aula, salas de professores, salas de reuniões, laboratórios, lanchonetes, espaço de convivência e dois auditórios); e 4) a construção do prédio da Reitoria, orçada em R\$ 343.968,05, que abrigará a administração superior (JORNAL DA UFOPA, 2010).

Outra prioridade foi à designação, em abril de 2011, da Comissão de Elaboração do Estatuto da UFOPA para acolher e examinar as contribuições da comunidade universitária e das entidades da sociedade, especificamente das entidades legítimas (docente, técnico-administrativo e discente), de forma a ampliar, com base nos mecanismos legais, as discussões acerca do futuro Estatuto da Universidade que, depois de aprovado no Conselho Universitário *pro-tempore* da UFOPA, será encaminhado ao MEC para aprovação e publicação oficial.

Toda essa infraestrutura configura a UFOPA como mais uma realidade na educação superior da Amazônia, onde o Pará acena como grande cooperador do processo de desenvolvimento regional, tendo a UFPA como vanguarda nessa empreitada para transformar a sociedade amazônica, postando-se como tutora dessa nova universidade no início do seu caminhar e que junto com as demais universidades públicas, faz a “vida marchar” na maior região de nosso País.

## 6 ANÁLISE DA AÇÃO DOS ATORES-CHAVES

Este capítulo objetiva descrever e interpretar os dados e informações coletados das notas taquigráficas<sup>49</sup> e entrevistas. Inicia pelo perfil dos sujeitos envolvidos, agrupando-os por categoria e identificando-os conforme sua atuação, seguido da análise dos dados obtidos na nota taquigráfica e entrevistas.

### 6.1 PERFIL DOS ATORES INSTITUCIONAIS

O perfil dos atores institucionais foi definido a partir da sua atuação política, institucional, com base em informações coletadas nas notas taquigráficas, entrevistas, sites da Câmara Federal e Senado Federal<sup>50</sup> e Curriculum Lattes. Por meio desse perfil, examinou-se a participação de cada um dos atores, bem como sua trajetória no decorrer do processo.

#### 6.1.1 Dos atores políticos

Os atores políticos abaixo discriminados no Quadro 9, são políticos atuantes em nível estadual e municipal no momento da criação da UFOPA.

**Quadro 9** - Perfil atores políticos no processo de criação da UFOPA

Político	Formação	Cargo/Mandato	Mandato	Área que mais atua
Elcione Barbalho	Superior	Deputado Federal (PMDB/PA)	1999-2003 2007-2010 2011-2014	Trabalho, administração e serviço público; seguridade social; família; gênero; indústria em saúde; e saúde do trabalhador.
Joaquim de Lira Maia	Superior	Deputado federal (DEM/PA)	2007-2010 2011-2014	Integração nacional e desenvolvimento regional da Amazônia; educação e cultura; agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural.
Pedro Eugênio de Castro Cabral	Superior	Deputado Federal (PT/PE)	1999-2002 2007-2010 2011-2014	Finanças e tributação; micro e pequenas empresas; constituição e justiça e de cidadania; medidas preventivas diante de catástrofes.
Zenaldo Coutinho	Superior	Deputado Federal (PSDB/PA)	1999-2002 2003-2006 2007-2010 2011-2014	Constituição e justiça e cidadania, Amazônia; Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

<sup>49</sup>É o registro completo, na íntegra, das manifestações ocorridas durante as Sessões Plenárias. Com muito cuidado na percepção das palavras a fim de manter o verdadeiro sentido daquilo que falam, em uma elaboração de texto dentro das normas da língua portuguesa, guardando a fidelidade na parte jurídica, utilizando a ética e a discrição no assunto trabalhado.

<sup>50</sup> <<http://www.camara.gov.br> e [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>.

Fernando Flexa Ribeiro	Superior	Senador Federal (PSDB/PA)	2005-2010 2011-2019	Constituição e justiça e cidadania; Educação, Cultura e Esportes; e assuntos econômicos.
Carlos Martins	Superior	Deputado Estadual (PT/PA)	2007-2010	Educação, Cultura e Saúde, Relações do Trabalho, Previdência e Assistência Social, Constituição e Justiça, Direitos humanos.
Maria do Carmo Martins Lima	Superior	Prefeita de Santarém (PT/PA)	2004-2008 2009-2012-	Gestão (participação popular)

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

O Quadro 9 demonstra o perfil dos atores políticos em relação a escolaridade, todos possuem formação de nível superior, quanto à natureza partidária 3 (três) são do PT e 1 (um) do PMDB, pertencentes à base aliada do governo federal, à época; 2 (dois) são do PSDB e 1 (um) do DEM, partidos de oposição ao governo federal, à época. Quanto a naturalidade 6 (seis) são paraenses e 1(um) pernambucano. Quanto ao mandato no cargo 1 (um) foi eleito para quatro mandatos, 2 (dois) foram eleitos para três mandatos, 3 (três) foram eleitos para dois mandatos e 1 (um) foi eleito para um mandato apenas. Quanto à área de atuação, apesar de os parlamentares atuarem em diversas áreas, tais como: administração, serviço público, gênero, família, educação, cultura, esporte, trabalho, desenvolvimento regional, finanças, tributação, constituição e justiça, integração nacional etc., sobressai a atuação dos Deputados Federais Lira Maia, na área de desenvolvimento regional da Amazônia e educação e de Zenaldo Coutinho, em assuntos ligados à Amazônia, bem como o Senador Flexa Ribeiro, pela atuação na área de educação, cultura e esporte.

Verificam-se nos dados dos perfis dos atores políticos que participaram do processo de criação e implantação da UFOPA, não somente o fato de ocuparem cargos políticos estratégicos, mas por fazer a ponte entre as decisões burocráticas e os interesses por eles representados (LOUREIRO e ABRUCIO, 1999).

#### 6.1.2 Dos atores burocratas

Os atores burocratas são servidores públicos, docentes e técnico-administrativos da UFPA, no período de criação da UFOPA, a maioria deles ocupava cargos estratégicos na gestão superior.



**Quadro 10** - Perfil dos atores burocratas e sua participação no processo de criação da UFOPA

Atores	Formação	Cargo /Função De Direção	Função desempenhada na criação da UFOPA	Área que mais atua
Alex Bolonha Fiúza de Mello	Doutor	Reitor da Universidade Federal do Pará (2001-2005 e 2005-2009)	Liderança e coordenação de todo processo de criação.	Amazônia: modernização e conflitos sociais; desenvolvimento regional; capitalismo e globalização; pensamento social clássico; educação superior e universidade.
Regina Fátima Feio Barroso	Doutora	Vice-Reitora da UFPA e coordenadora da Universidade Multicampi (2005-2009)	Presidente da Comissão de Elaboração do Projeto de Criação da UFOPA	Desenvolvimento sustentável; clínica integrada; odontologia legal; diabetes mellitus; cárie dentária e saúde bucal coletiva.
Maria Marlene Escher Furtado	Mestre	Coordenadora do Campus Universitário de Santarém/UFPA (2006-2009)	Membro das Comissões de Elaboração da Criação e Implantação da UFOPA	Direito, com ênfase em Direito Civil, Direito Internacional e Direito Ambiental.
Iracy de Almeida Gallo Ritzmann	Mestre	Secretária Geral (2001-2005) e Pró-Reitora de Administração da UFPA (2005-2007)	Membro da Comissão de Elaboração da Criação da UFOPA e representante do Governo do Estado na implantação da universidade.	Possui experiência na área de educação e gestão.
Madeleine Mônica Athanázio	Mestre	Diretora de Planejamento da PROPLAN/UFPA (2001-2009)	Membro da Comissão de Criação da UFOPA.	Administração pública, planejamento, estratégico, reestruturação organizacional, universidades e educação superior.
José Seixas Lourenço	Doutor	Aposentado	Presidente da Comissão de Implantação da UFOPA.	Geologia e Geofísica
Carlos Edilson de Almeida Maneschy	Doutor	Diretor de Pesquisa da ROPESP/UFPA e atual Reitor da UFPA	Tutor no processo de implantação da UFOPA.	Mecânica, com ênfase em análise de tensões, mecânica de sólidos e mecânicos não lineares.

Fonte: dados da pesquisa (2011).

O Quadro 10 demonstra o perfil dos atores burocratas. Quanto à escolaridade 3 (três) tem pós-doutorado, 1 (um) tem doutorado e 3 (três), mestrado. Quanto aos cargos que ocupavam, 6 (seis) eram ocupantes de cargos de direção na administração superior da UFPA: Quanto às funções que desempenharam durante o processo de criação e implantação da UFOPA, 3 (três) foram membros da comissão de criação, 1 (um) da comissão de implantação,

1 (um) foi membro das duas comissões, 1 (um) foi responsável pela condução e coordenação do processo de criação e 1 (um) foi o responsável pela tutoria da nova Universidade.

Verificam-se nos dados dos perfis atores burocratas, que estes foram designados para participar do processo de criação e implantação da UFOPA, não somente por ocuparem cargos de direção na UFPA, mas, principalmente, por ocuparem funções estratégicas necessárias para favorecer a ação política e por deterem o conhecimento técnico para a elaboração e articulação do projeto, como defendem Loureiro e Abrucio (1999), que os burocratas, quando ocupam funções de alto escalão, atuam, politicamente no sentido de escolher prioridades e levar em conta interesses e valores, sejam eles referentes à lógica interna do sistema político, sejam vinculados a determinadas orientações técnicas com maior aceitação na sociedade.

## 6.2 A CRIAÇÃO DA UFOPA NA PERCEPÇÃO DOS ATORES POLÍTICOS

Para análise dos dados obtidos nas notas taquigráficas dos atores políticos relatores de comissões parlamentares, foram selecionados três eixos de argumentação na defesa do PL de criação da UFOPA. Sendo, portanto, selecionados como os mais importantes: 1) o desenvolvimento regional; 2) a educação superior; 3) viabilidade do projeto.

No eixo de argumentação relativo ao *desenvolvimento regional* os políticos assim se pronunciaram:

A *Deputada Elcione Barbalho* (PMDB/PA), enfatizou que a região Oeste do Pará é carente de ensino superior público. Chamou atenção sobre a importância da universidade para o desenvolvimento da Amazônia, justificando a iniciativa do poder executivo, na implantação da nova universidade que alavancará o desenvolvimento da região, contribuindo para gerar o bem-estar da sociedade, além de colaborar na defesa da exploração nacional e sustentável da biodiversidade da Amazônia Legal.

O *Deputado Lira Maia* (DEM/PA) se refere à criação da UFOPA como um instrumento poderoso para o interior da Amazônia, pois ajudará a construir bases sólidas para o desenvolvimento regional sustentável, diante do crescimento populacional e da degradação dos recursos naturais na região. Observou que com a implantação da universidade haverá aumento dos investimentos federais, gerando empregos diretos e indiretos, o que impulsionará a economia e, conseqüentemente, refletirá no desenvolvimento econômico, social e cultural

de toda a Região Oeste do Pará, historicamente marcada pelo extrativismo vegetal e mineral e pelo baixo índice de desenvolvimento humano.

O *Senador Flexa Ribeiro* (PSDB/PA) considera que a UFOPA é relevante para o desenvolvimento regional, pois se apresenta como um modelo estratégico para o desenvolvimento sustentável, adequado às necessidades locais e à preservação do patrimônio ambiental, configurando-se em um grande potencial que deverá gerar repercussões positivas para o país no cenário internacional.

No discurso dos atores políticos observa-se a defesa da criação da nova universidade no interior da Amazônia, justificada por ser uma via de enorme relevância para o desenvolvimento da região, para melhorar a qualidade de vida da população, e também, para a defesa dos recursos ambientais contra a exploração predatória. Esses argumentos vêm ao encontro do que afirma Mendes (2002) de que para se alcançar o desenvolvimento da Amazônia, é necessária a promoção do desenvolvimento humano e a valorização do homem amazônida aliado a um projeto que esteja associado à ciência e à tecnologia, liderados pelas universidades (ACADEMIA..., 2008).

Esses discursos também ressaltam o papel da universidade na Amazônia, que é de contribuir com o desenvolvimento regional, para reduzir os problemas da sociedade, principalmente, das suas áreas de influência, como no caso da UFOPA, que atenderá diretamente as mesorregiões do Oeste e Sudoeste paraense, áreas carentes de conhecimento, de educação superior. Por conseguinte, as transformações necessárias à região, só serão possíveis por meio de universidades capazes de formar recursos humanos para o interior da Amazônia (SILVA, 2004; MELLO, 2007), visando a atender as demandas da sociedade, produzir novos conhecimentos nas áreas fundamentais e aplicadas para criar soluções para os problemas do desenvolvimento regional (DINIZ, 1996).

No geral, os pronunciamentos dos políticos sobre desenvolvimento regional, foram direcionados em defesa da instalação da universidade no interior Amazônia, onde há carência de ensino superior público e instituições de pesquisa, que venham contribuir com o desenvolvimento da região amazônica, em especial do interior do Pará.

No eixo de argumentação sobre a *educação superior*, as manifestações dos atores políticos foram os que se seguem:

A *Deputada Elcione Barbalho* (PMDB/PA) observou que a UFOPA terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. Adotará como modelo acadêmico/institucional o caráter multicâmpico, que permitirá a exploração do potencial socioambiental de cada subespaço da

região Oeste do Pará, servindo de polo integrador para promover a inclusão social. Destaca que a implantação da UFOPA faz parte da expansão da rede de ensino superior e da ampliação do investimento em ciência e tecnologia pelo governo federal.

Para o *Deputado Lira Maia* (DEM/PA) a criação da UFOPA, objetiva ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária na região Oeste do Pará. Vem para atender a demanda reprimida de ensino superior do interior do Estado; para promover uma revolução na educação básica, a partir da qualificação do profissional da educação; para criar e ampliar oportunidades para a juventude; ajudar a produzir e acumular conhecimentos científicos, contribuindo efetivamente na construção de uma sociedade mais justa e mais competitiva, formando assim a base intelectual para a região e do futuro estado do Tapajós.

Para o *Senador Flexa Ribeiro* (PSDB/PA), a criação da UFOPA atende a emergência das necessidades locais, apresentando-se em consonância com a legislação em vigor nos termos do art. 43 da LDB, que estabelece como finalidade do ensino superior, a formação de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, o incentivo à pesquisa e à investigação científica, para compreensão sobre o homem e do meio em que vive, bem como a prestação de serviços especializados. Apontou a carência de ações efetivas na região Amazônica relativo a instituições de pesquisa, de cursos de pós-graduação e de pesquisadores, declarando que as transformações dependem da educação em todos os níveis e que a criação da UFOPA beneficiará mais de um milhão de pessoas em diversos municípios da região.

Observa-se nos discursos dos atores políticos, que defendem a implantação da UFOPA, a ênfase às condições legais estabelecidas pelo artigo 52 da LDB, cujo objetivo da nova universidade será o de desenvolver o tripé ensino-pesquisa-extensão, ou seja, como uma instituição pluridisciplinar como afirma Nogueira (2009).

O papel a ser desempenhado pela UFOPA no contexto da região como promotora de mudanças em todos os níveis educacionais, especialmente, na educação básica, com a qualificação de professores e demandas reprimidas em outras áreas profissionais, foi outro pronunciamento de relevância, encontrando fundamentação em Chauí (2003). Essa autora afirma que o grande papel da universidade é de transformar a realidade, moldando seus conceitos de acordo com os níveis de desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade ao qual pertence daí ser a universidade uma instituição social, com ideia de democratização do saber, de formadora do cidadão e do profissional, que irá contribuir para as mudanças na estrutura e no modo de funcionamento da sociedade.

Outro pronunciamento político interessante a ser citado em defesa do PL da UFOPA, foi o argumento em favor da carência de instituições de pesquisa na região. Nesse sentido, a ação do governo federal de criar a nova universidade, busca minimizar essa carência, com a instalação da IFES no interior da Amazônia. Essa argumentação encontra respaldo no entendimento da Academia (2008) de que embora na Amazônia existam antigas instituições científicas de qualidade, são insuficientes para promover as estratégias desenvolvimento. Isso só será possível, quando os procedimentos em relação à ciência e tecnologia existentes na Amazônia forem mudados, por meio do rompimento de velhos paradigmas, no sentido de que os novos possibilitem a transformação do conhecimento. O que se percebe nesse cenário acadêmico é de que mesmo que os programas de pesquisa existentes na região sejam substanciais, são fragmentados e desarticulados (ACADEMIA..., 2008). Nesse sentido, compreende-se a carência da pesquisa para o desenvolvimento científico na região.

Percebe-se na fala dos atores político os seus objetivos, principalmente, os eleitorais, no sentido de alimentar os interesses de uma elite regional, melhor dizendo, das bases de sustentação dos seus partidos políticos, na manutenção do *status quo*. Na última campanha eleitoral, em 2010, o Deputado Lira Maia e o Senador Flexa Ribeiro, se utilizaram do fato da criação da UFOPA, como um dos principais recursos de suas campanhas eleitorais para mais um mandato parlamentar.

Referente ao Deputado Lira Maia, chamou atenção sobre sua fala no que se refere a UFOPA ser a formadora da base intelectual da região e do futuro estado do Tapajós<sup>51</sup>. Esta fala ratifica um dos atuais papéis desempenhados por esse político da região, que é o de ser o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criação do Estado Tapajós (BRASIL, 2011). Neste sentido, confirma-se seu interesse em perpetuar-se na sua posição ou galgar outras posições mais elevadas na pirâmide do poder local. Esse mesmo entendimento se aplica a os atores políticos, sujeitos desta pesquisa, que foram reeleitos no pleito eleitoral de 2010.

Outra observação importante na atuação desses atores políticos analisados foi a “perfeita” conexão das forças políticas do DEM-PSDB, de oposição ao governo federal e estadual, com as forças políticas do PMDB-PT, partidos da base governista, em prol da criação da nova universidade. Sobre isso, entende-se, que se a causa em questão gerar votos em suas ou outras bases eleitorais ou benefícios, independente das ideologias, são incessantes as buscas para atender os interesses sejam atendidos, o que os caracteriza como estrategistas manutenção do poder (BOBBIO, 192; PARETO, 1996).

---

<sup>51</sup> Grifo nosso.

Observou-se ainda que os discursos dos atores políticos se apresentam alinhados ao teor do projeto que constitui o PL e a legislação vigente, levando a confirmar, que de fato, os atores políticos fundamentam seus discursos em documentos técnicos elaborado pelos atores burocratas (LOUREIRO et. al.,2010), no caso específico, no PL 2879/2008.

Por fim, embora não esteja expressa nos pronunciamentos a concepção de educação dos atores políticos dos partidos de oposição ao governo federal (DEM e PSDB), na época, nas três esferas de poder, sabe-se que são partidos de visão neoliberal, portanto, defendem que a educação superior deva priorizar o mercado de trabalho.

Sobre o DEM, essa visão é corroborada por Gracindo (1994), que o considera como um partido invariante, afirmando que sua postura apresenta-se quase sempre de forma antidemocrática em que o tradicionalismo pedagógico se perpetua para manter a elitização do processo educativo, transformando o objetivo educacional numa simples formação de mão de obra. Nas suas diretrizes sociais<sup>52</sup> percebe-se prioridade ao ensino básico e ao profissionalizante, fortalecimento da escola pública, maior autonomia às universidades como instituições dedicadas ao ensino e à pesquisa e apoio aos programas de desenvolvimento científicos e tecnológicos.

No caso do PSDB, Gracindo (1994), o classifica como um partido mudancista que apesar de conceber a educação como um direito “social”, contribui para a manutenção do sistema econômico vigente e para o crescimento do capitalismo. No programa do PSDB<sup>53</sup> percebe-se a priorização do mercado de trabalho, quando se enfatiza que a formação profissional deve estar permanentemente atualizada para acompanhar as mudanças tecnológicas do mercado de trabalho.

Essas concepções de educação contrariam o pensamento de Nunes (2001) e Chaui (2003), para quem a educação superior é uma formação mais abrangente, humanística e social, e a universidade deve formar cidadãos e profissionais transformadores de realidade, o que a faz cumprir seu caráter público de educação.

No caso dos atores políticos pertencentes ao PMDB e PT, da base de coalizão do governo federal e estadual, à época, à concepção de educação se apresentavam divergentes, segundo Gracindo (1994). A concepção de educação proposta pelo PMDB assemelha-se a do PSDB, pois é também considerado pela autora como um partido de propostas *mudancistas*, que tem insistido em projetos educacionais voltados para manutenção do *status quo* e a

---

<sup>52</sup> Diretrizes do Democrata. Disponível em: <<http://www.dem.org.br>>.

<sup>53</sup> Programa PSDB 2007. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br>>.

formação de mão de obra qualificada. No que se refere ao PT, a autora o classifica como um partido de propostas *transformadoras*, que parece dar grande ênfase à efetividade política do processo educativo, cujo objetivo é a formação dos indivíduos que os possibilitem atuar nas transformações sociais desejadas, daí preconizarem uma educação libertadora, autoemancipadora em que o social parecer ser uma meta, e o indivíduo, o objetivo (GRACINDO, 1994).

Verifica-se assim, que embora o PT e o PMDB, concebam a educação de maneira diferenciada, seguiram as mesmas diretrizes do governo<sup>54</sup>. Nesse sentido, seria natural esperar desses dois atores políticos que tivessem o mesmo posicionamento, seguindo a orientação partidária, prevalecendo às diretrizes do governo federal. Coube-lhes, ainda, como representantes do governo, estabelecer a mediação entre as decisões burocráticas e os interesses do governo federal (LOUREIRO; ABRUCIO, 1999) em relação à política educacional.

A *viabilidade do projeto* da UFOPA, último eixo de argumentação dos pronunciamentos, se além aos seguintes dos atores políticos:

O *Deputado Zenaldo Coutinho* (PSDB/PA), referente ao PL da UFOPA, argumentou que sob o ponto de vista da constitucionalidade, o projeto tem validade, pois, somente ao chefe do poder executivo compete dispor sobre tal matéria. Do ponto de vista da juridicidade, o ator político ensejou que o PL apresenta boa técnica legislativa, não apresentando problemas em seu trâmite, cumprindo todos os prazos legais.

O *Senador Flexa Ribeiro* (PSDB/PA), em seu pronunciamento de defesa em favor do PL 2879/2008, alega que o projeto não apresenta quaisquer falhas que mitiguem a sua constitucionalidade, considerando que o art. 61, § 1º, inciso III, alínea “e” da CF que atribui ao Presidente da República a iniciativa privativa de criação de órgãos da administração pública, bem como a criação de cargos e funções na administração autárquica, exigindo assim, lei específica para a criação de autarquia, foi respeitado. Quanto à juridicidade, ressaltou o ator político que o PL apresenta boa técnica legislativa e com relação ao mérito ressalta que a matéria é conveniente e oportuna para a região amazônica. Observou também que o patrimônio da UFOPA será constituído pelos bens das unidades acadêmicas que lhe deram origem, e da transferência do quadro de pessoal e do corpo discente das unidades absorvidas pela UFOPA. Enfatizou que o financiamento da UFOPA será viabilizado por meio

---

<sup>54</sup> Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) concebe a educação como elemento para estabelecer a socialização e a individualização da pessoa, e como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo.

de recursos provenientes de dotações consignadas no orçamento geral da União e que na circunstância da implantação, o Poder Executivo é autorizado a transferir os saldos orçamentários da UFPA e da UFRA. Concluiu, lembrando que o PL 2879/2008, de autoria do Executivo, apresenta consenso com o PL 213/2006 de sua autoria, pois, em 2006 já tinha a noção exata de que a região Oeste do Pará exigia a criação de uma universidade.

O *Deputado Pedro Eugênio* (PT/PE) afirmou em seu pronunciamento que para implantação da UFOPA, os recursos financeiros para custear as despesas de pessoal, custeio e investimento, já se encontravam previstos pelo MEC, cujos recursos provirão da transferência de saldos orçamentários da UFPA e da UFRA, e da inclusão da UFOPA, como unidade orçamentária na LOA/2009. Nesse sentido, apresentou sua defesa em favor PL 2879/2008, tendo em vista a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, confirmando a viabilidade do projeto para a Amazônia.

Os pronunciamentos dos atores políticos sobre a viabilidade do PL da UFOPA confirmam que o projeto atendia às condicionalidades exigidas pela CF e pela legislação vigente, cumprindo todos os trâmites necessários para a criação de órgãos públicos para aprovação no Congresso Nacional.

Referente à dotação orçamentária e financeira para atender às demandas da nova universidade, a União já dispunha dos recursos, demonstrando seu interesse em criar e prover a nova autarquia, mesmo implicando em aumento a burocracia estatal. Nesse caso, justifica-se a criação dessa instituição burocrática educacional, tendo em vista ser fruto de uma ação coletiva para atender interesses econômicos, políticos e sociais da população amazônica.

Dentre os pronunciamentos, é importante ressaltar a fala do Senador Flexa Ribeiro quando afirma que há consenso entre o PL 213/2006, de sua autoria, quando propôs a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UNIOESPA), com o PL 2879/2008, de criação de UFOPA, de iniciativa do governo federal. Não obstante, esse ator político entende que PL 2879/2008 é uma continuidade do PL de sua autoria, portanto, os parlamentares por parte do DEM e do PSDB, não apresentaram ações conflitantes ou contrárias na aprovação do PL no Congresso Nacional.

Esse pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro revela uma incoerência sobre seu próprio entendimento, tendo em vista que o PL de sua autoria foi arquivado por incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira, em maio de 2008, na Câmara Federal. Ademais, o PL 213/2006 constitucionalmente é ilegal, porque a criação de autarquias federais é prerrogativa exclusiva do Presidente da República. No entanto, é preciso desmistificar posturas que afirmam ser o Projeto da UFOPA oriundo do poder legislativo e de



autoria do Senador Flexa Ribeiro, embora a aspiração fosse a mesma. Na verdade, o projeto de criação da UFOPA, que consubstanciou o PL 2879/2008, nasceu de outra maneira, ou seja, a ideia nasceu na UFPA e teve apoio do governo federal, portanto é um projeto originado na UFPA, que se transformou num projeto de governo.

A importância do Senador Flexa Ribeiro nesse processo de aprovação do PL de criação da UFOPA se deu pelo exercício de sua liderança na aprovação do PL no Senado Federal. Essa é a sua importante contribuição.

Enfim, é importante sinalizar que o PL 2879/2008 foi aprovado por unanimidade em todas as comissões parlamentares que tramitou, considerando o entendimento de todos os políticos que votaram em favor do PL, pela importância do projeto para o desenvolvimento da região amazônica, para o estado do Pará e, em especial, para a Região Oeste do Pará, que vai ter a sua própria universidade pública federal, desejada há mais de três décadas. Essa postura permite aferir ainda, que essa “união” é também fruto da luta pela manutenção da hegemonia política na região.

### 6.3 A CRIAÇÃO DA UFOPA SOB A PERSPECTIVA DOS ATORES ENTREVISTADOS

Para a discussão e análise dos dados obtidos por meio da fala dos atores burocratas e políticos entrevistados, foram selecionados cinco eixos temáticos referentes às respostas relacionadas à criação da UFOPA, que são: 1) O papel dos atores; 2) Fatores determinantes; 3) Contribuições sociais e políticas; 4) Nível de participação dos governos; e, 5) Nível de participação da UFPA.

No que tange ao *papel dos atores na criação da UFOPA*, coube-lhes relatar o seu nível de participação no processo, em decorrência das funções que ocupavam naquele momento especial, em que todos buscavam uma unidade nos trabalhos para que o projeto acontecesse. Nesse sentido, os atores, expressam a sua participação e contribuição no processo:

*Alex Bolonha Fiúza de Mello* relata que sua participação no processo de criação da UFOPA se inicia quando Fernando Haddad, Ministro da Educação, o requisitou para juntar-se ao grupo de reitores que concebeu o REUNI. Dentre as ações dessa política educacional, estava prevista a criação de algumas universidades federais. Sabedor dessa informação e de seu papel na luta por mais uma universidade para a Amazônia, propôs ao Ministro, que uma das universidades fosse criada no interior da Amazônia. Nesse bojo, justificou ainda, que deveria ser no Pará e não no Amazonas (havia uma disputa entre os Estados), mediante ao

crescimento demográfico e a industrialização que se está concentrado no interior do Pará, diferente do Amazonas que concentra sua população na capital que já tem duas universidades públicas.

Diante desses argumentos, o Ministro acatou sua sugestão de que a nova universidade fosse instalada no interior do Pará, no entanto, ainda faltava decidir qual a seria a cidade-sede da nova universidade. Dentre os municípios possíveis estavam Santarém e Marabá. Apesar de Marabá possuir grande peso político em função da indústria mineral, e Santarém não, a escolha recaiu sobre Santarém, porque, segundo o Reitor, dificilmente, haveria outra oportunidade para a região Oeste do Pará, enquanto que Marabá, em curto prazo de tempo, teria sua universidade, ou seja, o Pará ganharia duas universidades. Para tanto, o passo seguinte, sob orientação do Ministro, foi juntar a governadora Ana Júlia para participar de audiência com o Presidente Lula apresentar a ideia de levar um projeto de criação de uma universidade no Pará e em Santarém, tendo em vista ser o Presidente quem decide em última instância, sobre onde seriam as quatro universidades. Considerando que havia a promessa do Ministro em defender junto ao Presidente Lula a universidade para o Pará. Nessa audiência, a Governadora Ana Júlia apresentou a ideia para o Presidente Lula, que acatou a solicitação, após o apoio do Ministro Haddad, aprovando a criação da nova universidade no Pará.

Visto dessa forma, identifica-se o Prof. Alex Bolonha Fiúza de Mello como o líder condutor do projeto de criação da UFOPA, cabendo-lhe liderar todo o processo de criação, tendo em vista que nessa época exercia a função de Reitor da UFPA.

*Regina Fátima Feio Barroso* narrou em sua entrevista que, à época da criação da UFOPA, era Vice-Reitora da UFPA, responsável pelas ações da universidade multicampi e pelo projeto de reestruturação da UFPA. Sua participação esteve relacionada ao fato de que ela exercia o cargo de Presidente da Comissão de elaboração do projeto de criação da UFOPA. Tendo em vista sua relação com o governo do Estado, à época, e sua relação com os Pró-Reitores, fatores relevantes para que tivesse participação no processo, exerceu liderança em todo o processo de elaboração do projeto. Relacionado à comissão, conduziu todo o trabalho político, agregando as diversas áreas, órgãos e instâncias no interior da UFPA, objetivando viabilizar a elaboração do projeto e acompanhar a integração geral, dando agilidade ao processo decisório.

*Iracly Gallo Ritzmann* expôs em seu relato que sua participação no processo de criação da UFOPA, ocorreu em dois momentos: o primeiro, em 2007 quando ocupava o cargo de direção de Pró-Reitora de Administração da UFPA que participava do Fórum de Planejamento e Administração, Financiamento das Universidades Públicas Brasileiras, sendo

importante estar na Comissão de elaboração do projeto de criação UFOPA, pelos seus conhecimentos técnicos para definir os custos de orçamentários e financeiros da nova universidade. No segundo momento, em 2008, já exercendo o cargo de Secretária de Estado de Educação do Pará, participou na comissão de implantação da UFOPA, como representante do governo do estado, nas tratativas do governo do estado com o governo municipal, com a UFPA e com governo federal, no sentido de estabelecer pactuações políticas.

*Maria Marlene Escher Furtado* relatou em sua entrevista ter participado como membro da comissão de elaboração do projeto de criação e da comissão de Implantação da UFOPA, tendo em vista estar ocupando o cargo de Coordenadora do Campus de Santarém da UFPA. Coordenou também a elaboração de um documento denominado “Subsídios sobre a futura Universidade Federal do Oeste do Pará”, coletando assinaturas de várias entidades como a: Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Região Oeste do Pará (AMUT), Associação dos Municípios da Calha Norte (AMUCAN), Prefeituras e Câmaras de Vereadores da região em prol de que a nova universidade fosse sediada em Santarém. Toda essa articulação política convergiu em um apoio inestimável para os objetivos do documento. Nesse período, ocupava o cargo de direção de Coordenadora do Campus Universitário em Santarém.

*Madeleine Mônica Athanázio*, em sua entrevista declarou ter participado no processo de criação da UFOPA, como membro da comissão de elaboração do projeto, exercendo a função de coordenadora executiva do projeto, por ser a diretora do Departamento de Planejamento da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da UFPA. Além do cargo de direção, sua atuação se deu em razão de sua formação e experiência na natureza do trabalho, bem como no envolvimento da equipe da PROPLAN, qualificada para o desenvolvimento dos diversos estudos necessários à fundamentação do projeto e ao cumprimento dos prazos.

*José Seixas Lourenço* contou em sua entrevista que sua participação em todo o processo vem desde que assumiu a reitoria da UFPA, quando iniciou as ações de interiorização da UFPA, em 1986. Relacionado à UFOPA, foi convidado pelo Ministro da Educação para assumir a presidência da comissão de implantação com recomendação e apoio do Prof. Alex Fiúza de Mello, pela sua experiência de interiorização da UFPA e conhecimento sobre a Amazônia. Assim que a UFOPA foi criada, o Ministro o convidou para ser o primeiro reitor *pro-tempore* da nova universidade, cargo que exerce até os dias de hoje.

*Carlos Edilson de Almeida Maneschy*, narrou em entrevista que quando se tornou Reitor da UFPA, o processo da criação da UFOPA, já se encontrava nos momentos finais. A partir daí sua participação se ateve mais no processo de tutela da nova universidade, pois

atualmente, exerce o cargo de presidente do Conselho Consultivo da UFOPA. Todos os passos da implantação foram processados por dentro da UFPA, cabendo a ele, particularmente, como Reitor, providenciar todas as alegações iniciais para que o processo de implantação ocorresse da forma mais rápida possível.

*Maria do Carmo Martins Lima* relatou em entrevista que sua participação ocorreu como cidadã e como prefeita municipal. Entende que pelo fato de ser prefeita, não poderia se furtar de discutir o novo modelo de universidade, considerando ter a mesma concepção política do governo federal, à época. Como cidadã, participou opinando a respeito do modelo que gostaria a UFOPA tivesse, ou seja, um modelo pensado a partir da região. Como prefeita de Santarém, representou o município nas articulações junto ao governo federal e estadual para que a Universidade fosse sediada em Santarém.

*Carlos Martins* descreve sua participação no processo de criação da UFOPA, estando naquele momento exercendo o mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa do estado do Pará. Que foi visitado pela Profa. Marlene Escher, coordenadora do Campus Universitário de Santarém, solicitando seu apoio para apresentá-la aos demais deputados estaduais, ao gabinete da Casa Civil, junto à governadora Ana Júlia, para demandar os apoios, tanto do poder legislativo estadual quanto do governo do Estado, que estava iniciando em 2007, para que estivessem presente na luta pela criação da UFOPA.

Em todos os relatos acima descritos sobressaem os esclarecimentos de cada ator no que se refere a sua participação e seu potencial de influência no processo de criação da UFOPA, considerando que, à época, ocupavam cargos estratégicos com grau relevante de responsabilidades burocráticas e políticas. Burocráticas quando fazem uso do seu conhecimento técnico para a elaboração do projeto, e políticas, quando articulam junto a instituições, entidades científicas e órgão de governos, buscando suporte para consolidar o projeto de criação da UFOPA, bem como quando agem em defesa das ideias e interesses. Frente a essa argumentação, De Bonis e Pacheco (2010) e Loureiro et. al. (2010) confirmam que o papel dos atores burocratas que participam de um sistema racionalmente organizado é o de fazer uso de seu conhecimento técnico a serviço da devida aplicação da regra, permitindo que o sistema como um todo funcione; e o papel do político é de participar do embate político, dele se esperando a disposição para defender as ideias e interesses e assumir riscos na esfera pública.

No entanto, não pode esquecer que os atores (burocratas e políticos) entrevistados fazem parte de uma elite política, portanto com interesses, principalmente, no sentido de manutenção do *status quo*. De acordo com Pareto (2006), a elite política se articula, tendo em

vista a manutenção de seu poder político. Nesses relatos, se identifica que ocorreram articulações anteriores no MEC, na Presidência da República, nos governos estadual e municipal, orquestrado pelo Reitor da UFPA, confirmando, assim, que nos bastidores se desenrolaram os principais arranjos para o processo de criação da UFOPA. Seu poder institucional é tamanho que lhe coube a recomendação, junto ao Ministro, do nome da Prof. José Seixas Lourenço para ser o Presidente da Comissão da Comissão da UFOPA, e que hoje é o Reitor *pro-tempore* dessa Universidade.

Relativo aos *fatores determinantes para a criação da UFOPA*, identificou-se que na maioria dos atores entrevistados os fatores mais significativos foram: a política de expansão das IFES do governo federal, em 2007, que levou à decisão da escolha do estado do Pará para ser a sede da nova universidade na Amazônia; seguidos da articulação política entre as principais esferas de decisão (UFPA, Governo do Estado, MEC e Presidência da República) cujo principal articulador foi o Prof. Alex Fiúza de Mello, Reitor da UFPA, à época; e o anseio da comunidade local por uma universidade pública que atendesse a necessidade de formação de capital humano para contribuir com o desenvolvimento da região, uma aspiração antiga que se tornou mais forte a partir do processo de interiorização da UFPA.

Dentre os fatores citados, a decisão do governo federal em criar uma nova universidade na Amazônia, com sede no Pará, foi o fator mais importante referente à criação da UFOPA, tendo em vista a política educacional do REUNI somente se referia a criação de mais 04 (quatro) universidades públicas.

Neste sentido, compreende-se a política de expansão do ensino superior público para a criação de universidades, como vetor de desenvolvimento regional por meio da educação, ciência e tecnologia (MELLO, 2007; ACADEMIA..., 2008). Porém, uma nova universidade também vem ao encontro de interesses de elites regionais.

Na UFPA, referente à UFOPA, a burocracia reuniu-se em comissão institucional para elaborar o projeto de criação, respaldada por conhecimentos técnicos sobre a região. Todo esse empenho da UFPA visava atender diretamente ao governo federal, com um projeto tecnicamente bem elaborado e viável para a Região Amazônica, bem como as elites regionais, dentre as quais a da própria UFPA, que tinham interesse de se manter no poder e de também indicar os integrantes do grupo de poder da nova universidade, aumentando o raio de influência dessa elite.

No entanto, ressalta-se a importância do empenho pugnado pelo grupo de elite da UFPA que construiu um projeto de universidade estruturado para investigar e produzir conhecimento científico a ser utilizado em prol do desenvolvimento da Amazônia, que de

certa forma também vem atender aos interesses políticos e de desenvolvimento das elites locais.

Outro fator observado pelos entrevistados referiu-se a atuação do Reitor da UFPA, à época, como grande articulador e responsável pela elaboração da proposta de criação da UFOPA. Segundo De Bonis e Pacheco (2010), esse gestor teve uma postura de dirigente público, pois agiu nas três dimensões: na *estratégica*, quando concebeu e liderou o processo de criação da Universidade; na *política*, quando articulou os vários níveis do governo; e na *operacional*, quando elaborou e apresentou o projeto de criação para o governo federal.

O envolvimento (burocrático e político) desse gestor se deu em função do seu conhecimento, do cargo que ocupava e da liderança que exercia, sendo esses fatores essenciais para a condução da proposta de criação da UFOPA. Outra característica importante do Reitor da UFPA em relação ao processo se além a sua estratégia híbrida de atuação, que segundo Loureiro et. al. (2010) é uma característica de burocratas quando ocupam funções de alto escalão, que atuam também politicamente, pois detêm o conhecimento técnico especializado e o domínio sobre o conteúdo das decisões, o que os capacita a operar como agente principal nas alianças entre grupos de interesses e articulações interburocráticas.

É importante enfatizar que esse gestor era elite no poder e continua elite no poder, o que enseja haver interesse político nesse processo de criação da universidade, ou seja, a permanência em grupo político de poder, pois a elite política reúne condições para exercer estrategicamente o controle do poder decisório nos campos político, ideológico e econômico para sua permanência no poder (BOBBIO, 1992). No entanto, deve-se lembrar de que dentre seus trabalhos que refletem sobre a universidade, em 2006, o Prof. Alex Fiúza de Mello, em seu livro *Para construir uma universidade na Amazônia*, preconizou que a única saída para o desenvolvimento da região Amazônica, seria através da educação, ciência e tecnologia. Nesse sentido, identifica-se um forte interesse de sua parte em contribuir com um legado para o desenvolvimento da Amazônia, não só na dimensão política, mas, principalmente na dimensão social, com a criação de uma universidade voltada para os interesses amazônicos.

No que concerne ao anseio da comunidade local por uma universidade é importante reconhecer a atuação UFPA que, ao longo de um tempo contribuiu para fertilizar essa ansiedade, a partir da implantação da interiorização que levou as comunidades do interior a conscientizar-se de sua presença e importância no cenário amazônico. Visto dessa forma, foi a UFPA com seus recursos de poder disponíveis que reuniu e maximizou os interesses da sociedade local para consolidar o projeto de criação da UFOPA, numa ação autônoma,

criativa e articulada, substituindo uma das funções dos partidos políticos, ou seja, o de proposição e elaboração de política pública (LOUREIRO et. al., 2010).

No entanto, apesar dos demais fatores terem sido significativos no contexto de criação da nova universidade, remete-se a uma percepção sobre a confluência de determinações que numa análise geral tem explicação e respaldo na concepção weberiana que afirma que quem tem o exercício do poder é o Estado (MOTTA, 1994), ou seja, o fator determinante para a criação da UFOPA foi a decisão do governo federal.

Concernente às *contribuições sociais e políticas a partir da criação da UFOPA*, os atores entrevistados, em sua maioria, afirmam que a criação da universidade virá contribuir no desenvolvimento regional, em decorrência da formação acadêmica em áreas voltadas para a vocação regional, fixação de recursos humanos em nível local, acesso e ampliação de vagas no ensino superior, principalmente na formação de professores do ensino básico, condição imprescindível para o desenvolvimento, disseminação do conhecimento científico e tecnológico. Na sequência, os atores também afirmam ser a UFOPA um investimento para a região que vai movimentar a economia local, fomentar serviços, gerar empregos diretos e indiretos e estimular a melhoria da infraestrutura da cidade. Por último, os entrevistados apontam como também relevante a mobilização, a articulação e a pressão exercidas pelas lideranças políticas locais e adjacências, para que a sede da nova universidade fosse em Santarém/PA, bem como do apoio dos políticos federais na aprovação do Projeto de Lei.

Pontua-se nessa análise que os aspectos sociais relevantes referenciados para a criação da UFOPA demonstram a dimensão do papel social dessa instituição e o impacto sobre a Amazônia. A UFOPA nasce nesse cenário para contribuir com as demais instituições existentes na região com o desafio de transformar a realidade amazônica. Esse argumento crítico encontra respaldo em Mello (2007), quando destaca a importância da criação de novas universidades na Amazônia, afirmando que são elas que conduzirão, de forma mais concreta, ao desenvolvimento econômico e social na região. Essa ideia é reiterada pela Academia (2008) quando afirma que a Amazônia possui instituições científicas de excelente qualidade, porém insuficientes em quantidade para assumir o compromisso estratégico de desenvolver a Amazônia através da revolução da ciência e da tecnologia.

Todo esse cenário de realizações, emanadas a partir da UFOPA, prospecta uma ascendência na mobilidade social dos amazônidas que vivem naquela região na expectativa de melhoria de vida. No entanto, para que ocorram mudanças nos cenários econômicos e sociais é exigida uma qualificação mais elevada, que somente é adquirida em instituições de nível

superior (IMEDIATO, 1978), que também favorece ao trabalhador perceber as nuances do jogo do sistema capitalista (JANNUZZI, 2004).

Essa visão que se apreende na fala dos entrevistados a respeito da mobilidade social, leva a inferir que a mobilidade é fruto da educação e, conseqüentemente, leva ao desenvolvimento social, como asseguram Pastore e Vale Silva (2000) e Jannuzzi (2004), quando dizem que só a educação, de fato, qualifica o profissional para o mercado de trabalho.

No que concerne ao aspecto político relevante para a criação da UFOPA, os entrevistados apontaram a atuação das lideranças políticas paraenses para que o projeto fosse concretizado. O seu apoio e articulação foram importantes na escolha da cidade-sede e no trâmite do projeto, pois cabia a eles o compromisso e a responsabilidade de aprovação no Congresso Nacional. Esse projeto juntou as pessoas, demonstrando que houve uma ação coletiva dos partidos políticos e grupos de interesses, em razão da relevância do pleito. Não houve obstáculos na tramitação do PL, pois em todas as comissões foi aprovado por unanimidade. Essa unanimidade entre os políticos em apoio ao PL de criação da nova universidade mostra um consenso contingente, que implica reciprocidade de comportamento, onde cada político faz a sua parte, podendo desencadear incentivos e a concretização de interesses futuros, utilizando a criação da UFOPA como bandeira de campanha (LEVI, 1991).

Relacionado à *participação dos governos no processo de criação da UFOPA*, a maioria dos atores entrevistados avaliaram que o governo federal foi determinante para que a nova universidade fosse sediada no Pará, não só em razão da política de expansão das IFES e da conjuntura política favorável, mas principalmente, para atender a Amazônia, sendo ela pouco contemplada com universidades em comparação as regiões Sul e Sudeste. Sobre o governo estadual, avaliaram que foi fundamental, primeiramente, pela articulação junto ao governo federal para que a nova IFES fosse sediada no Pará; em segundo lugar, a decisão na escolha do município de Santarém para sediar a nova universidade, em função dos fatores econômicos, fluxo demográfico, distância existente entre a capital e a região e demais necessidades regionais; do governo municipal, os entrevistados avaliaram que foi significativo o apoio político do município de Santarém e circunvizinhos.

Ainda na dimensão política, os atores entrevistados enfatizaram o alinhamento político naquele período, entre as três esferas de governo, o que facilitou a integração e negociação entre as partes interessadas, pois, cada uma das esferas de governo articulou caminhos e tomaram decisões, em seu âmbito de atuação, o que foi fundamental sobre a ação de criação da Universidade se concretizasse. Nesse sentido percebe-se o poder do Estado em fazer intermediações de interesses, selecionar, se organizar politicamente e, sobretudo, na decisão



de gerar novas organizações burocráticas, como destacam Motta (1994) e Gouvêa (1994). Percebe-se aí o reconhecimento e a importância do papel do Executivo no planejamento das políticas públicas e no protagonismo da ação política.

Levi (1991) e De Bonis e Pacheco (2010) analisam essa ação conjunta dos governos como resultado de uma ação coletiva que, articuladamente, vem demonstrar a responsabilização democrática das instituições envolvidas, ou seja, cada uma das esferas políticas utilizou seus recursos, no seu nível discricionário, favorecendo a criação da UFOPA.

Assim, a participação alinhada do governo nas três esferas foi fundamental no sentido de atender aos interesses públicos e de priorizar uma região do País, carente de ensino superior público, como a Amazônia, onde o desenvolvimento poderá vir por essa via para que a região possa crescer econômica e socialmente.

Sobre o *nível de participação da UFPA no processo de criação da UFOPA*, os atores entrevistados indicam a UFPA como a matriz de todo esse processo, com início nas ações de interiorização do ensino superior na região, tornando-se base para que novas universidades, a partir de seus *campi*, sejam criadas; foi decisiva por transformar em realidade o anseio da sociedade local por uma universidade pública; foi líder ao dar apoio integral e irrestrito na elaboração do projeto de criação da UFOPA; foi articuladora nos vários níveis de governo com diversas instituições e entidades científicas (UFRA, Governo do Estado do Pará, Prefeitura de Santarém, Assembleia Legislativa, SBPC e ABC), pelo importante papel político e social dessas instituições no Pará; foi a tutora na implantação; e parceira nesse atual momento de estruturação da UFOPA.

Esses relatos confirmam à UFPA o papel de grande ator na elaboração do projeto de criação da UFOPA, tendo como pano de fundo sua expertise sobre o conhecimento da região e sua política de interiorização do ensino superior instalada, reconhecida em nível nacional, como promotora de mudanças na sociedade das cidades polos onde os campi encontram-se instalados, juntamente em áreas de abrangência. Logo, por ocupar posição fundamental no cenário nacional e exercer um papel estratégico no processo de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico na Amazônia, conseguiu reunir e fazer a intermediação de interesses, selecionando-os e organizando-os politicamente nos níveis de governo, como o propósito de elaborar o projeto de criação de uma nova universidade para o interior da Amazônia.

Desse modo, pode-se afirmar que a UFPA, instituição detentora de conhecimento técnico e de força frente à sociedade amazônica, ao propor a criação de uma nova universidade, desempenhou o papel de ponte entre a sociedade e o Estado, influenciando os rumos da região Oeste do Pará, confirmando os dizeres de Loureiro et. al. (2010) que se

referem à força da burocracia na proposição de políticas públicas e a influência do burocratas nas decisões governamentais. Sobre essa força burocrática atribuída a uma instituição, Gouveia (1994) argumenta que é fruto da ação de grupos de poder com a característica weberiana de dominação burocrático-legal.

Por fim, além de elaborar o projeto de criação da nova universidade, ter unido instituições e entidades científicas e ter articulado e acompanhado toda a ação política dessa ação, a UFPA abriu mão de seu patrimônio físico e área de atuação, em favor do desenvolvimento da Amazônia, pois, como uma instituição pioneira na região, cabe-lhe originar e propor as mudanças econômicas, políticas e sociais em prol da melhoria da qualidade de vida da população. Segundo Levi (1991), no entanto, essas mudanças também dependem da ação estatal, do debate e embate político, de conflitos e interesses sociais, e principalmente das pressões das forças sociais.

Em suma, identificou-se nos relatos dos quatro eixos temáticos, a importância da ação governamental nas três esferas de poder diante de uma política pública, bem como a atuação dos atores institucionais (burocratas) no papel de elaboradores e articuladores políticos, frente às arenas de decisões, confirmando que a ação desses atores, no uso do poder e de tomada de decisões, foi decisiva na viabilidade de um projeto de investimento educacional como a UFOPA para a região amazônica.

## 7 CONCLUSÃO

Este é um estudo relevante sobre o papel dos atores institucionais na criação de uma universidade pública no interior da região amazônica, isto é, da UFOPA. Considera-se que foi compensador realizar a pesquisa tendo em vista o conhecimento alcançado, a vivência de novas experiências em âmbito político e burocrático, e, sobretudo da satisfação de ter atingido os objetivos almejados, e conseqüentemente, alcançado as respostas à indagação orientadora do trabalho.

A UFOPA, como a primeira universidade pública, criada sob uma perspectiva de integração regional, instalada no interior da Amazônia, nasceu como uma universidade de médio porte formada pela junção das estruturas do Campus Universitário de Santarém da UFPA e seus 3 (três) núcleos e mais a Unidade Descentralizada do Tapajós da UFRA. Atenderá uma vasta área de mais de 500.000km<sup>2</sup> envolvendo 14 (quatorze) municípios da mesorregião do Oeste do Pará e 6 (seis) da mesorregião do Sudoeste Paraense, com uma população estimada em um milhão de pessoas.

Os resultados aqui apresentados retratam a atuação dos principais atores institucionais que trabalharam tanto na elaboração do projeto de criação, quanto na ação de política em defesa da criação da nova universidade. Todo esse processo revelou significativos achados e percepções que favoreceram uma melhor compreensão acerca de como a articulação dos fatos aconteceram nos bastidores.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a pesquisa permitiu identificar os principais atores (políticos e burocratas) institucionais que participaram do processo de criação da UFOPA. Referente à participação dos atores políticos, foi importante no sentido de apoiar a escolha do município-sede para a instalação da nova universidade e no papel desempenhado frente ao trâmite e a defesa para aprovação no PL 2879/2008 no Congresso Nacional.

No que tange ao papel desempenhado pelos atores burocratas, identificou-se que foram fundamentais, relativo ao trabalho técnico, isto é, na elaboração do projeto de criação da UFOPA, bem como na desenvoltura de articulações junto às arenas de decisão (governos federal, estadual e municipal), o que os tornou importante canal de mediação entre os interesses da sociedade, dos atores políticos e do Estado.

A pesquisa mostra ainda que as participações dos governos na criação da UFOPA, o alinhamento das três esferas de poder, foi decisivo, pois facilitou a integração e a negociação entre as partes interessadas, de modo que cada uma das esferas articulou caminhos e tomou decisões em seu âmbito de atuação. Além do mais, constatou-se que a política de Expansão

das Universidades Federais (REUNI) muito favoreceu a criação de uma nova universidade para Amazônia, tendo em vista, que no âmbito dessa política já havia a intenção do governo federal de criar mais quatro novas universidades.

A pesquisa também mostra que a UFPA se revelou como o grande ator no processo de criação da UFOPA, representada do Prof. Alex Fiúza de Mello, Reitor da UFPA, à época, como o grande protagonista do projeto de criação junto aos níveis de governo. Sua atuação se pautou pela articulação com várias instituições e entidades científicas em prol do investimento educacional e da equipe técnica da UFPA, que colocou à disposição para elaboração do projeto, se apresentou tecnicamente e politicamente consistente e viável, pois se fundamentou principalmente nos resultados do trabalho de interiorização da UFPA no Pará, de referência no Brasil (iniciado em 1986, na gestão do Prof. José Seixas Lourenço, atualmente Reitor *pro-tempore* da UFOPA), que após ser apresentado ao governo federal, transformou-se em um projeto de autoria do Poder Executivo para criação da nova universidade para a Amazônia. Portanto, entende-se que a UFPA conseguiu transformar a aspiração da sociedade do Oeste do Pará em realidade.

À guisa dos resultados alcançados é possível concluir que a criação da UFOPA foi fruto de uma ação coletiva e estratégica dos atores institucionais, resultado do efeito de afinidades de interesses, articulações e ajustes entre a burocracia estatal, partidos políticos e elites regionais, tendo como nobre consequência uma ação política governamental favorável ao pleito do PL 2879/2008. Portanto, pode-se afirmar que sem a participação e a contribuição dos atores políticos e burocratas, em razão de suas posições estratégicas nas esferas de poder, de seu conhecimento técnico, por desempenharem papel crucial na proposição de políticas públicas indutoras de mudanças sociais, não teria sido possível a criação dessa nova universidade.

Outra importante conclusão obtida nesta pesquisa, diz respeito à compreensão da ação política referente ao alinhamento dos partidos políticos, apesar de opositores, quando o projeto de lei vem ao encontro de seus interesses. Apesar dos partidos DEM, PSDB e PMDB, este último da base do governo federal, conceber diferentemente a educação em relação ao PT, partido governista, percebeu-se que na defesa e na aprovação do PL de criação da UFOPA, uniram-se, sem criar obstáculos nos trâmites, ultrapassando as “ideologias”. Isso mostra que mesmo contra as suas concepções de raiz, o PL, mesmo sendo de autoria do governo federal, traria benefícios a seus partidos políticos, podendo garantir-lhes prestígio juntos às bases eleitorais.

Como dificuldade para a realização deste estudo, destacou-se o fato de não decorrer da coleta de dados, mais especificamente nas entrevistas, ter sido necessário refazer o planejamento inicial da coleta, considerando a impossibilidade de realizar as entrevistas de dois importantes atores selecionados, quais sejam: Ana Júlia Carepa, governadora do Pará à época, e de Fernando Haddad, Ministro de Educação. Esses dois atores poderiam ter contribuído mais com a pesquisa, no sentido, de trazer informações sobre a visão macro do momento da tomada de decisão da criação da UFOPA, retratando uma visão do político máximo e dos gestores do primeiro escalão do país, bem como do político máximo do governo do Estado.

Em suma, por mais que haja qualquer investimento em prol da Amazônia, há de se considerar, primeiramente, o homem amazônico, daí compreender-se a importância da educação superior voltada para o desenvolvimento desse homem, como a saída para o desenvolvimento regional, não só na capital, mas também para o interior, que carece de universidades públicas para melhorar a condição da vida da população.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS - ABC. **Amazônia**: desafio brasileiro do século XXI. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.
- ARAGÓN, Luis E; IMBIRIBA, Maria de Nazaré O. (Org.). **Universidade e desenvolvimento amazônico**. Belém: UFPA; ARNI; CELA, 1988.
- ARAGÓN, Luis E. A cooperação internacional como instrumento de desenvolvimento e integração na América Latina. In: \_\_\_\_\_. **Ciência e educação superior na Amazônia**: desafios e oportunidades de cooperação internacional. Belém: UNAMAZ; NAEA, 2001-A. p.21 – 32.
- ARAGÓN, Luis E; MACHADO, José Alberto da Costa. Iniciativas Interdisciplinares na Universidade Federal do Pará, Brasil: desafios e oportunidades de cooperação internacional. In: ARAGÓN, Luis E. **Ciência e educação superior na Amazônia**: desafios e oportunidades de cooperação internacional. Belém: UNAMAZ; NAEA, 2001-B. p. 33 – 69.
- ASSOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES AMAZÓNICAS - UNAMAZ. Disponível em: <http://www.unamaz.org/miembros>. Acesso em: 16 fev.2011.
- ATLAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional. Diretoria de Integração Territorial. Belém: SIER, 2010.
- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. (Texto). In: **Projeto novas formas de atuação no desenvolvimento regional**. Brasília, DF: IPEA, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. In: BRANDÃO, Zaia, et al. **Universidade e educação**. Campinas: SP: papirus; Cedes; São Paulo: Ande: Amped, 1992. p. 71 – 78.
- BENCHIMOL, Samuel. **Estrutura Geo-social e econômica da Amazônia**. Manaus: 1966. v.1 (Série Euclides da Cunha).
- BRASIL, Walderlina. **Ciência e educação superior na Amazônia**. Porto Velho: EDUFRO, 2007.
- BRASIL, Walderlina. **Pertinência científica das IFES universitárias e desenvolvimento regional**: pressupostos, razões e alternativas na Amazônia. 2003. 358 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.
- BRASIL, Walderlina; MARIN, Rosa Acevedo. Ensino Superior na Amazônia Brasileira: Bases para a cooperação interuniversitária. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (Org.). **UNAMAZ: um projeto de cooperação pan-amazônica**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003, p. 159-177.

BRASIL. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Reuni**. Disponível em: <[www.naobataeduque.org.br/.../](http://www.naobataeduque.org.br/.../)>. Acesso em: 18 maio 2011.

\_\_\_\_\_. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 2.879/2008**. Brasília-DF. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=384521](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=384521)>. Acesso em: 10 ago.2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Projeto de Lei n. 881/2007**. Brasília-DF. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=349521](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=349521)>. Acesso em: 10 out.2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Projeto de lei nº 3.884/1980**. Disponível: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216813>>. Acesso em: 10 fev.2011.

\_\_\_\_\_. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei nº 657/2003**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=109825>>. Acesso em: 10 fev.2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Notícias**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/200644-FRENTES-PARLAMENTARES-DEFENDEM-DIVISAO-DO-PARA-E-CRIACAO-DE-CARAJAS-E-TAPAJOS.html>>. Acesso em: 10 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Casa Civil. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília-DF, 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei n. 12.085, de 15 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Brasília-DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria do Ensino Superior. II PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO: PNI (1994–1997). Manaus, Universidades Federais da Região Norte 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria do Ensino Superior. III PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO: PNI (1997-2001). Manaus: Universidades Federais da Região Norte, 1997

BRUNO NETO, Francisco. **Constituição Federal: academicamente explicada**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: EDUnB, 1992.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, M. A., CATANI, A. (Org.), Petrópolis: Vozes, 2001.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação** São Paulo: ANPEPP, n. 24, set./dez, 2003. p. 5-15.

COSTA, Francisco de Assis. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade. Amazônia: **Ci&Desenv.** Belém, v. 1, n. 1, jul./dez. 2005.

CRUZ, Regina. Carreiras burocráticas e suas transformações: o caso dos gestores governamentais no Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (Org.). **Burocracia e política no Brasil**: desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 308-328.

DE BONIS, Daniel; PACHECO, Regina Silvia. Nem político nem burocrata: o debate sobre o dirigente público. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (Org.). **Burocracia e política no Brasil**: desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 329-362.

DINIZ, Cristovam Wanderley Picanço. **Universidades da Amazônia Brasileira**: o pecado e a penitência. Belém: UFPA, 1996.

EDUCAÇÃO Superior Brasileira 1991: 2004: Pará. Brasília: INEP, 2006. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp>>. Acesso em: 15 abr.2011.

\_\_\_\_\_: Rio de Janeiro. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp>>. Acesso: 15 abr.2011.

EMEDIATO. Carlos A. Educação e transformação social. **Análise Social**, v. 14, v.54. p. 207-217, 1978. Disponível em <: <http://analisesocial.ics.ul.pt/>>. Acesso: 10. ago. 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade & poder**: análise crítica: fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

\_\_\_\_\_. **A universidade no Brasil**: das origens à reformas universitária de 1968. Educar, Curitiba, n. 28; p. 17-36. UFPR, 2006.

FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. Revisão de Paulo Guimarães do Couto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOUVÊA, Gilda Figueiredo Portugal. **Burocracia e elites burocráticas no Brasil**. São Paulo: Paulicéia, 1994.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O escrito, o dito e o feito**: educação e partidos políticos. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

GUIA de Santarém, Transamazônica e Oeste do Pará. [S.I]: Floresta; Guia. 2010.

INFORMATIVO DO SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA). ano. 2, n. 14, nov., 2009.

INFORMATIVO DO MANDATO DO DEPUTADO CARLOS MARTINS (PT-PA). Janeiro, 2011.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **O histórico do IFPA**. Disponível em: <<http://www.ifpa.edu.br>>. Acesso em: 6. abr.2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/informacoesestatisticas>>. Acesso em: 10 fev.2011.

JANNUZZI, Paulo de Martins. Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação produtiva. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANO DE POPULAÇÃO. 1., 2004. Caxambu. **Anais...** Caxambu: MG. 2004

JORNAL BEIRA DO RIO. Belém: UFPA, ano. 25. n. 92, mar. 2011.

JORNAL DA UFOPA. Santarém (Pará): UFPA. ano 1, nº 1-2. dez./fev 2010-2011

KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. Sistemas de avaliação das instituições de ensino superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **Educação superior no Brasil**. Brasília: MEC; CAPES, 2002. p. 87–106.

LESSA, Carlos. **A universidade e a pós-modernidade: o panorama brasileiro**. v. 42, n. 1. Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. A crise da universidade no Brasil. **Teoria e debate**, n.50, fev./mar./abr./ 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/nacional-crise-da-universidade-no-brasil>>. Acesso em: 10 ago.2011.

LEVI, Margaret. Uma lógica da mudança institucional. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.34, n. 1, p.79-99, 1991.

LIMA, Rosângela Novaes; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. A Educação Superior no Pará: 1991 – 2004. In: RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. **Educação Superior Brasileira 1991: 2004: Pará**. Brasília, DF: INEP, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. ABRUCIO, Fernando Luiz. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 14, n. 41, 1999.

LOUREIRO, Maria Rita; OLIVIERI, Cecília; MARTES, Ana Cristina Braga. Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (Org.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 73–108.

MARTINS, Carlos Benedito (Org.). **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1989

MELLO, Alex Fiúza de. Entrevista. In: GRANDI, Rodolfo, RENTE, Andréa e COSTA, Fernanda (Org.). **Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: Alves Gráfica, 2002.

MELLO, Alex Fiúza de. **Para construir uma universidade na Amazônia**: realidade e utopia. Belém: EDUFPA, 2007.

MENDES, Armando Dias. Alicerce de uma Amazônia (re)inventada. In: GRANDI, Rodolfo, RENTE, Andréa e COSTA, Fernanda (Org.). **Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: Alves Gráfica, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São

MORAN, José Manuel. A educação superior a distância no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **Educação superior no Brasil**. Brasília, DF: MEC; CAPES, 2002. p. 251–274.

MONTEIRO, M. A. A institucionalidade da ciência, tecnologia e inovação na Amazônia e a conformação de trajetórias e paradigmas tecnológicos. **Novos cadernos NAEA**, Belém: NAEA, 2010.

MOREIRA, Eidorfe. **Para a história da Universidade Federal do Pará**. Belém: GRAFISA, 1977.

MOTTA, Fernando. PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção primeiros passos).

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **Educação superior no Brasil**. Brasília: MEC; CAPES, 2002. p. 43–106.

NUNES, Edson et. al. Economia política e regulação da educação superior no Brasil. In: XIMENES, Daniel de Aquino (Org.). **Avaliação e regulação da educação superior**: experiências e desafios. Brasília, DF: FUNADESP, 2004.

NOGUEIRA, André Magalhães. **A questão universitária do sistema federal de ensino**. Observatório Universitário, Documento de trabalho nº 45. 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriouniversitario.org.br>>. Acesso: 15 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação superior na assembléia constituinte**: agenda de transição e debates na constituinte. Observatório Universitário, Documento de trabalho nº 85. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriouniversitario.org.br>>. Acesso em: 15 mar.2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

PANIZZI, Wrana Maria. A procura de nosso necessário lugar fora do poder. In: MORHY, Lauro (Org.). **Universidade em questão**. Brasília, DF: UNB, 2003. p. 245 – 257.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. **Desenvolvimento planejado**. Belém, 2010.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 2003

- PARETO, Vilfredo. **Manual de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- PASTORE, José; VALLE SILVA, Nelson do. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo. Makron Books, 2000.
- PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO (PNI) (1986-1989): documento das instituições de ensino superior da Amazônia. Belém, 1986.
- PROJETO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. Belém: UFPA, 2007.
- PROJETO de Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará . 1. ed. Santarém: UFPA, 2009.
- PUTNAM, Robert D. et al. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- REIS, Maurício Cortez; RAMOS, Lauro. Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. **RBE**. Rio de Janeiro. v. 65 n.2, p.177-205 abr./jun. 2011.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCALON, Maria Celi. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada: dados. **Revista de Ciências Sociais**, v.44, n.1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.
- SANTARÉM. Prefeitura. **Mensagem da prefeita de Santarém à Câmara Municipal**: Relatório de Atividades – 2005 a 2009. Santarém, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Washington dos. **Vocabulário de sociologia**. Rio de Janeiro: Sociedade Cultural 1978.
- SCHUCH JR., Vitor Francisco; ABREU, Ivonisa Maria Castagna de; BOBSIN, Débora; LEÃO, Rosaura Albuquerque. Universidade: uma organização burocrática ou um sistema Político? In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA EM AMÉRICA DEL SUR, 5.,2005. Mar Del Plata. **Anais...** Mar Del Plata, 2005.
- SILVA, Fábio Carlos da. Gestão pública e desenvolvimento regional: o papel da universidade na busca de soluções para o desenvolvimento local na Amazônia.. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO LATINO AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 6., 2001. Buenos Aires. **Anais....** Buenos Aires, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Raízes Amazônicas, universidade e desenvolvimento regional**. Belém: NAEA, 2009. (PAPERS DO NAEA, 250).
- SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília, DF: MEC; CAPES, 2002.
- SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

THINES, G.; LEMPEREUR, Agnes (Coord.). **Dicionário geral das ciências humanas**. Lisboa: Edições 70, [1984] 942. p.

TRIVIÑOS, Augusto N S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA). **Graduação, Pós-Graduação e Extensão**. Disponível em: <<http://www.unama.br>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2001-2010**. Belém: EDUFPA, 2003. 180 p.

\_\_\_\_\_. **Universidade Multicampi e Desenvolvimento regional** (Documento síntese baseado no plano de desenvolvimento da UFPA 2001-2010 e no documento Universidade Multicampi: um projeto para o desenvolvimento do Estado do Pará apresentado ao MEC), 2004.

\_\_\_\_\_. **Uma universidade multicampi: proposta para o fortalecimento do modelo e abertura de novos cursos no interior**. Belém, 2005.

\_\_\_\_\_. **UFPA em números**. Disponível em: <<http://www.ufpanumeros.ufpa.br/>>. Acesso em: 6 abr.2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Santarém-1997**. Santarém, PA, 1997.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Santarém-1998**. Santarém, PA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Santarém-2000**. Santarém, PA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Santarém-2001**. Santarém, PA, 2001.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Santarém-2002**. Santarém, PA, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Santarém-2003**. Santarém, PA, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Santarém-2005**. Santarém, PA, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Gestão da Universidade Federal do Pará de 2001: 2005**. Belém: UFPA, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Relatório da evolução dos investimentos no Campus de Santarém de 2001 a 2007**. Belém: UFPA; PROPLAN; DEINF, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Universidade multicampi e desenvolvimento regional: documento síntese...** Santarém, (PA), 2003a, 33 p.

\_\_\_\_\_. **Universidade multicampi: Plano de gestão 2001-2005**. Belém, 2002a. 37 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.portal.ufra.edu.br/index.php/Table/Historico>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. Disponível em: <<http://www.edu.ufopa.br/Historico>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

WAITZ, Inês Regina; ARANTES, Magda P. Caldeira. Regulação e avaliação do ensino superior no Brasil. **Anuário da produção acadêmica docente**. Valinhos. (SP), v.3, n. 6, 2009.

## **APENDICES**

**APENDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA**

Prezado (a) Senhor (a),

Esta entrevista constitui o instrumento de investigação para o projeto de pesquisa intitulada ***O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE NO NORTE DO BRASIL: os bastidores da construção da UFOPA***, que está sendo realizada como parte das atividades obrigatórias do Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do NAEA/UFPA, cujo objetivo central é compreender a importância dos atores institucionais na construção do projeto de criação da UFOPA nas interfaces política e social.

As informações têm caráter inteiramente confidencial em relação às respostas dos participantes da pesquisa.

Desde já, agradecemos sua colaboração e atenção.

Izabel Cristina Colares Gomes  
Mestranda pelo NAEA/UFPA

Nírvia Ravena, D.Sc.  
Professora Orientadora

- .....
- 1. Qual sua participação no processo de projeto de criação da UFOPA?**
  - 2. Em sua opinião o que determinou a criação da UFOPA?**
  - 3. Sabe-se que alguns aspectos da dimensão social e política foram relevantes para que o projeto de criação da UFOPA se concretizasse? Na sua concepção, informe os mais relevantes com justificativa.**
  - 4. Como você avalia a participação dos governos federal, estadual e municipal no processo de criação da UFOPA?**
  - 5. Qual sua avaliação sobre a atuação da UFPA no processo de criação da UFOPA?**

## APENDICE B - Conteúdo do Ciclo Básico de Estudos Amazônicos

DISCIPLINAS (que serão composta por módulos de ensino)		
MÓDULOS DISCIPLINARES	1º semestre	2º semestre
<b>I. Sociedade, Natureza &amp; Desenvolvimento (I e II)</b> - mínimo de 60 h/semestre - Total: 120 horas	1. Desenvolvimento & Meio Ambiente 2. Geografia do Brasil 3. História do Brasil 4. Ética, Sociedade & Sócio-Ambiental 5. Diversidade Linguística & Sócio-Ambiental 6. Antropologia Cultural 7. Poder, Estado & Movimentos Sociais 8. Educação Ambiental	1. Antropologia dos Povos da Amazônia 2. Geografia Econômica & Social da Amazônia 3. Culturas Tradicionais Amazônicas 4. Culturas Íbero - Americanas 5. Biologia Geral 6. Biomas Amazônicos 7. Ciências Ambientais
<b>II. Origem &amp; Evolução do Conhecimento (I e II)</b> - mínimo de 90 h/semestre - Total: 180 horas	1. Introdução Filosofia 2. História e Filosofia das Ciências 3. Metodologia das Ciências	1. Epistemologia das Ciências Naturais & Sociais 2. Introdução às Teorias Econômicas 3. Fund. Planejamento & Gestão 4. Evolução Biológica
<b>III. Lógica, Linguagens &amp; Comunicação (I e II)</b> - mínimo de 90 h/semestre - Total: 180 horas	1. Lógica Formal, Matemática Elementar & Aplicada 2. Ciência, tecnologia, TICs & Desenvolvimento 3. Introdução Semiótica 4. Língua Portuguesa I	1. Língua Portuguesa II 2. Redação Científica 3. Introdução à Estatística
<b>IV. Atividades Extra-classes*</b> - mínimo 30h/semestre - Total: 60 horas	30	30
<b>V. Seminários Gerais (I e II)</b> - mínimo de 30 h/semestre - Total: 60 horas	1. Introdução aos Estudos Amazônicos 2. Formações Geológicas da Amazônia 3. Gestão Territorial das Cidades 4. Papel da Univ. no contexto Amazônico	1. Bacias Hidrográficas 2. Estudos dos Ecossistemas Amazônicos 3. Políticas de Ocupação da Amazônia 4. Conflitos Sociais na Amazônia
<b>VI. Seminários Integradores (I e II)</b> - mínimo de 30 h/semestre - Total: 60 horas	1. Ecologia da Paisagem 2. Interação Aquática - Florestais 3. Geopolítica 4. Diversidade Cultural 5. Clima Global 6. Saúde & Meio Ambiente	1. Conservação & Manejo da Biodiversidade Amazônica 2. Biodiversidade & Biotecnologia 3. Tecnologias Limpas 4. Impacto & Legislação Ambiental
<b>VII. Formação Profissional Comum</b> - mínimo de 20 h/semestre - Total: 40 horas	1. Psicologia do Desenvolvimento Humano 2. Práticas Quantificadas em Laboratórios**	1. Universidade & Trabalho 2. Psicologia das Mudanças Comportamentais (Aprendizagem)
<b>VIII. Ofertas Especiais dos Institutos ***</b> - variável, com um mínimo de 50h semestrais optativas – 10 por Instituto - Total: 100 h (em todo o ciclo)	(a ser definido semestralmente)	(a ser definido semestralmente)
<b>TOTAL: 800 horas</b>	400	400

Fonte: Projeto de Implantação (2009)

\* Inclui atividades em EXTENSÃO que, no Ciclo Básico, serão permitidos um máximo de 60 horas (previsão total nos cursos de até 10% de seus currículos – 200h totais). Também poderá ser incluído aqui, por opção do aluno, o estudo de “Línguas Estrangeiras”, previsto no ementário, mas não na computação das horas, pois será registrado no currículo do aluno por meio de *Exame de Proficiência para leitura e Compreensão de Textos*

\*\* Os cursos podem inserir disciplinas ou conteúdos programáticos voltados especificamente para suas *Práticas de Laboratório* ou *Práticas de Campo*.

\*\*\* Cardápio oferecido pelos Institutos, variando semestralmente e opcionais para o estudante, que também pode cursá-las nos requisitos obrigatórios para sua opção de Instituto ou curso.



**APENDICE C- Institutos da UFOPA Por Linha de Pesquisa, Graduação e Pós-Graduação**

**Quadro 1-** Relação das linhas de pesquisa e dos programas de graduação e pós-graduação do ICS.

<b>INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE - ICS</b>	
Promoverá formação integrada com pesquisa-ação que modifica a noção tradicional de extensão, além de uma ecologia dos saberes, tendo como objetivo formar recursos humanos capazes de atuar em processos de formulação e implementação de decisões coletivas.	
Linhas de Pesquisa	Uso sustentável dos recursos humanos; Políticas públicas no contexto da Amazônia; Desenvolvimento regional; Direitos Humanos.
Graduação existente	Bacharelado em Direito
Graduação nova	Bacharelado em Desenvolvimento e Gestão Regional e Urbana Sociólogo Cientista Político Antropólogo
Especialização nova	Direito agro-ambiental Ecoturismo Planejamento urbano e rural Uso sustentável de recursos naturais

Fonte: Montado pela autora a partir de dados do Projeto de Implantação da UFOPA (2009).

**Quadro 2** - Relação das linhas de pesquisa e dos programas de graduação e pós-graduação do ICED

<b>INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ICED</b>	
Promoverá formação educadora comprometidos com a transformação social da Amazônia e do Brasil para atuar na educação. O planejamento, a execução e a avaliação desta ação será uma preocupação constante desse Instituto.	
Linhas de Pesquisa	Práticas pedagógicas na educação básica; Avaliação educacional; Ensino Interdisciplinar; Educação ambiental; Educação inclusiva; Ciência e Tecnologia para a educação; Políticas públicas educacionais; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Infantil Currículos e Programas; Educação e diversidade cultural; Educação do Campo; e Ensino a distância;
Graduação existente	Licenciatura em Matemática Licenciatura em Biologia; Licenciatura em Física Ambiental; Licenciatura e Bacharelado em Geografia Licenciatura em Letras Licenciatura em Pedagogia
Graduação nova	Licenciatura Integrada em História e Geografia Licenciatura em Biologia e Química Licenciatura Integrada em Matemática e Física
Especialização nova	Língua e Literatura Estrangeira na escola: reflexões alternativas Ensino de Língua no ensino: uma abordagem A pós-modernidade em língua e literatura: uma abordagem textual Estudos culturais da Amazônia Metodologia do Ensino de Matemática Metodologia do Ensino de História e Geografia Educação do Campo; Gestão escolar Coordenação Pedagógica; Educação Inclusiva
Mestrado novo	Comunicação Multimídias Ensino de Ciências e Matemática Metodologia de Ensino
Doutorado novo	Tecnologia e Educação a Distância Ensino de Ciências e Matemática

Fonte: Montado pela autora a partir de dados do Projeto de Implantação da UFOPA (2009).

**Quadro 3-** Relação das linhas de pesquisa e dos programas de graduação e pós-graduação do IBEF.

<b>INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - IBEF</b>	
Formará recursos humanos competentes para desenvolver ciência, tecnologia e inovação, visando o novo modelo de desenvolvimento sustentável da Amazônia, que garanta sustentabilidade econômica, respeito ao ambiente e ética social, em um trabalho conjunto com o setor produtivo e comunidades rurais.	
Linhas de Pesquisa	Programa de Interação da Biosfera e Atmosfera; Bioprospecção de Recursos Naturais da Amazônia; Genética e Conservação da Biodiversidade; Cartografia; Planejamento rural; Manejo de recursos florestais; Silvicultura tropical; Tecnologia e utilização de produtos florestais; Recuperação de áreas degradadas; Tecnologia de transformação e conservação de produtos de origem animal e vegetal; Diagnóstico sócio-ambiental; Taxonomia; Etnobotânica e etnofarmacologia; Química de produtos naturais; Manejo e beneficiamento de plantas de interesse econômico; Unidades de Conservação; Manejo de Paisagem; Biotecnologia de recursos naturais; Biopirataria e Biosegurança; Uso sustentável dos recursos naturais; Interfase entre sistemas naturais e artificiais; Fragmento florestal
Graduação existente	Engenheiro Florestal (Programa de Ciência Florestal)
Graduação nova	Farmacêutico – Tecnólogo em Produtos Naturais (Biotecnologia) Engenheiro Agrônomo – Tecnólogo em Agroecologia (Agroecologia) Engenheiro de Alimentos (Agroecologia)
Especialização	Georreferenciamento de Imóveis Rurais
Mestrado e Doutorado novos	Florestais e Agrárias Botânica Econômica Ecologia e Conservação da Biodiversidade

Fonte: Montado pela autora a partir de dados do Projeto de Implantação da UFOPA (2009).

**Quadro 4** - Relação das linhas de pesquisa e dos programas de graduação e pós-graduação do IEG.

<b>INSTITUTO DE ENGENHARIA E GEOCIÊNCIAS - IEG</b>	
Formará recursos humanos competentes para desenvolver ciência, tecnologia e inovação, visando o novo modelo de desenvolvimento sustentável da Amazônia, que garanta sustentabilidade econômica, respeito ao ambiente e ética social, em um trabalho conjunto com o setor produtivo e comunidades rurais.	
Linhas de Pesquisa	Métodos Geofísicos; Geofísica Aplicada; Sensoriamento remoto; Processamento de sinais; Águas superficiais; Meios porosos e aquíferos; Modelos Ambientais; Biologia e Saúde; Modelos e métodos; Otimização; Bacias Sedimentares e Geração de Combustíveis Fósseis; Geologia e Gestão Ambiental, com ênfase em recuperação de áreas degradadas; Mineralogia Aplicada; Beneficiamento de Minérios; Arqueologia geológica
Graduação nova	Engenharia Física Ambiental; Engenharia Física de Energia; Engenharia Física de Controle de Automação; Bacharelado em Geologia; Bacharelado em Cartografia; Bacharelado em Sistema da Informação Graduação Tecnológica: Processos Ambientais; Biocombustíveis; Geoprocessamento; Banco de dados; e Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Mestrado e Doutorado novos	Modelagem (PGM) Geociências

Fonte: Montado pela autora a partir de dados do Projeto de Implantação da UFOPA (2009).

**Quadro 5-** Relação das linhas de pesquisa e dos programas de graduação e pós-graduação do ICTA.

<b>INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS - ICTA</b>	
Formará profissionais habilitados em recursos hídricos e aquáticos, com capacidade técnica e científica para diagnosticar, pesquisar, solucionar os problemas gerenciais, tecnológicos e organizacionais em suas respectivas áreas de atuação na região Amazônica.	
Linhas de Pesquisa	<p>Biologia e ecologia de organismos aquáticos amazônicos;            Limnologia geral e aplicada à qualidade da água;            Dinâmica de áreas alagáveis;            Genética e conservação de organismos aquáticos; Controle de espécies exóticas;            Ecologia da pesca e dinâmica de populações;            Bioprospeção e química biológica aquática; Manejo de bacias hidrográficas;            Ecotoxicologia e Biogeoquímica aquática;            Hidrosedimentologia fluvial e lacustre;            Dimensão humana e Etnobiologia associada a áreas úmidas;            Geotecnologia aplicada aos ambientes aquáticos;            Ecologia e Limnologia aplicada à agricultura;            Piscicultura de espécies nativas amazônicas;            Carcinicultura de espécies nativas amazônicas;            Reprodução e larvicultura de organismos aquáticos;            Alimentação e nutrição de organismos aquáticos; Plâncton e aquíicultura;            Biomanipulação e mesocosmos aquáticos controlados;            Ecofisiologia e evolução molecular de organismos aquáticos;            Processos de Interação da biosfera e Atmosfera;            Bioprospeção de Recursos naturais da Amazônia;            Genética e Conservação da Biodiversidade;</p>
Graduação nova	<p>Bacharelado em Biologia com ênfase em Biologia de Água Doce            Bacharelado em Biologia com ênfase em Biologia Vegetal            Engenheiro de Pesca            Bacharelado em Saneamento Ambiental            Tecnólogo em Recursos Pesqueiros            Tecnólogo em Pesca e Tecnologia do Pescado            Tecnólogo em Agricultura</p>
Mestrado existente	Recursos Naturais da Amazônia (PGRNA)
Mestrado e Doutorado novos	<p>Conservação de Recursos Aquáticos da Amazônia            Aquíicultura na Amazônia</p>

Fonte: Montado pela autora a partir de dados do Projeto de Implantação da UFOPA (2009).

## **ANEXOS**

**ANEXO A – Portaria de designação da Comissão de elaboração do projeto da UFOPA**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
REITORIA

**PORTARIA Nº 0653/2009**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o Processo nº 000731/2009,

**RESOLVE**

Designar os abaixo relacionados, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Elaboração do Projeto de Criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUDESTE DO PARÁ:

**Presidente:**

- Profa. Regina Fátima Feio Barroso – Vice-Reitora da UFPA;

**Membros:**

- Prof. João Crisóstomo Weyl Albuquerque Costa – Representante da SEDECT;
- Profa. Iracy de Almeida Gallo Ritzmann – Representante da SEDUC;
- Prof. Licurgo Peixoto de Brito – Pró-Reitor de Ensino da UFPA;
- Sibebe Maria Bitar de Lima Caetano – Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal;
- Christiana Saraiva Burlamaqui de Mello – Representante do Gabinete da Reitoria;
- Ana Clotildes Colares Gomes – Representante do Gabinete da Reitoria;
- Madeleine Monica Athanazio - PROPLAN;
- Luiz Armando Souza Pinheiro - PROPLAN;
- Cristina Kazumi Nakata - PROPLAN;
- Carlos Max Miranda de Andrade - PROPLAN;
- Maria do Socorro Coutinho Martins - PROPLAN;
- Nilce Lameira de Souza Gonçalves - PROPLAN;
- Raimundo da Costa Almeida – PROPLAN.

Reitoria da Universidade Federal do Pará, Belém, 13 de janeiro de 2009.

Prof. Dr. Alex Bolonha Fiuza de Mello  
Reitor

## PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, criada pela Lei nº 10.611, de 23 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. A UFOPA, com natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Santarém, Estado do Pará.

Art. 2º A UFOPA terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFOPA, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, no seu estatuto e nas demais normas pertinentes.

Art. 4º Passam a integrar a UFOPA, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis, integrantes do campus de Santarém e da Unidade Descentralizada da UFRA/Tapajós.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UFOPA.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFOPA os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFPA, disponibilizados para funcionamento do campus de Santarém e dos Núcleos em Itaituba e Oriximiná e da Unidade Descentralizada da UFRA/Tapajós, na data de publicação desta Lei.

Art. 6º Ficam criados, para compor o quadro de pessoal da UFOPA:

I - quatrocentos e trinta e dois cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior;



II - cento e vinte cargos efetivos técnico-administrativos de nível superior, na forma do Anexo; e

III - duzentos e doze cargos efetivos técnico-administrativos de nível médio, na forma do Anexo.

Parágrafo único. Aplicam-se aos cargos a que se referem o **caput** as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, a Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, e a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, bem como o regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 7º O ingresso nos cargos do Quadro de Pessoal efetivo da UFOPA dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 8º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos e funções para compor a estrutura regimental da UFOPA:

I - quarenta e um Cargos de Direção - CD, sendo um CD-1, um CD-2, quinze CD-3 e vinte quatro CD-4; e

II - cento e setenta Funções Gratificadas - FG, sendo quarenta e nove FG-1, vinte quatro FG-2, trinta e três FG-4, quinze FG-5, quatro FG-6 e quarenta e cinco FG-7.

Art. 9º O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 10. Ficam criados os cargos de Reitor e Vice-Reitor da UFOPA.

Art. 11. A administração superior da UFOPA será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pelo Conselho Universitário, no limite de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento interno.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFOPA

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 5.540, de 1968, substituirá o Reitor em suas ausências e impedimentos legais.

§ 3º O estatuto da UFOPA disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 12. O patrimônio da UFOPA será constituído por:

I - bens da UFPA e da UFRA, disponibilizados para o funcionamento do campus de Santarém e dos Núcleos em Itaituba e Oriximiná e da Unidade Descentralizada da UFRA/Tapajós na data de publicação desta Lei, formalizando-se a transferência nos termos da legislação e procedimentos pertinentes.

II - bens e direitos que a UFOPA vier a adquirir ou incorporar;

III - doações ou legados que receber; e

IV - incorporações que resultem de serviços realizados pela UFOPA, observados os limites da legislação pertinente.

Parágrafo único. Os bens e os direitos da UFOPA serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, a não ser nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 13. Os recursos financeiros da UFOPA serão provenientes de:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III - recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais, observada a regulamentação a respeito;

IV - resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V - receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a finalidade da UFOPA, nos termos do estatuto e do regimento interno; e

VI - taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância à legislação pertinente.

Parágrafo único. A implantação da UFOPA fica sujeita à existência de dotação específica no Orçamento Geral da União.

Art. 14. A implantação das atividades e o conseqüente início do exercício contábil e fiscal da UFOPA deverão coincidir com o primeiro dia útil do ano civil subseqüente ao da publicação desta Lei.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - transferir saldos orçamentários da UFPA e UFRA para a UFOPA, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal; e

II - praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 16. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFOPA, na forma de seu estatuto, os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão providos, **pro-tempore**, pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 17. A UFOPA encaminhará sua proposta estatutária ao Ministério da Educação para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de cento e oitenta dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

## ANEXO

## QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

<b>CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NS)</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Administrador	18
Analista de Tecnologia da Informação	10
Arquiteto e Urbanista	2
Arquivista	2
Assistente Social	4
Bibliotecário - Documentalista	12
Biólogo	4
Contador	4
Economista	2
Enfermeiro/Área	2
Engenheiro/Área	5
Engenheiro Agrônomo	2
Engenheiro de Segurança do Trabalho	1
Farmacêutico-Bioquímico	3
Fisioterapeuta	2
Geólogo	2
Jornalista	2
Médico/Área	4
Nutricionista/Habilitação	2
Odontólogo	2
Pedagogo/Área	6
Psicólogo/Área	4
Químico	2
Revisor de Texto	1
Secretário Executivo	12
Técnico em Assuntos Educacionais	8
Zootecnista	2
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>
<b>CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NI)</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Almoxarife	1
Assistente em Administração	182
Técnico em Eletrotécnica	1
Técnico em Geologia	1
Técnico de Laboratório/Área	12
Técnico de Tecnologia da Informação	6
Técnico em Contabilidade	6
Técnico em Edificações	1
Técnico em Enfermagem	1
Técnico em Refrigeração	1
<b>TOTAL</b>	<b>212</b>

## ANEXO C – Portaria de designação da Comissão de Implantação da UFOPA

Nº 105, quarta-feira, 4 de junho de 2008

Diário Oficial da União - Seção 2

ISSN 1677-7050

13



ANEXO  
NÍVEL INTERMEDIÁRIO  
Cargo: Técnico de Laboratório/Química - Classe D - Padrão de Vencimento "1"

Nome do candidato nomeado	Carga horária	Código de vaga a ser ocupada
Rosane dos Santos	40 h	0329267

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

## PORTARIAS DE 30 DE MAIO DE 2008

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 829 - No Ato da Reitoria nº 788/08, de 19.05.2008, publicado no D.O.U. de 21.05.2008, referente à Designação de exercício de Função Gratiificada FG-2, de Coordenador do Curso de Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Letras, onde se lê: MARIA LÍDIA MEDEIROS DE NORONHA PESSOA, leia-se: MARY ALVES MENDES, (considerando o Processo nº. 23111.006896/08-18).

Nº 831 - Tornar sem efeito o Ato da Reitoria nº. 650/08, de 17.04.2008, publicado no D.O.U. de 22.04.2008, referente à nomeação, em caráter efetivo, de STENIO KLAYDSON ALVES DE ANDRADE, para o cargo de Técnico de Tecnologia da Informação - D-14 - TI-40, habilitado em concurso público de provas, classificado em 1º (primeiro) lugar, com lotação no Campus "Senador Helvídio Nunes de Barros", na cidade de Picos/PI, código de vaga nº. 0332834, por motivo de renúncia do nomeado, (considerando o Processo nº. 23111.007963/08-31).

Nº 832 - Nomeação em caráter efetivo, de acordo com o inciso I, dos artigos 9º, 10, da Lei nº. 8.112/90, com as alterações da Lei nº. 9.527/97, de 10.12.97, WESLEY GERALDO SAMPAIO DA NOBREGA, para o cargo de Técnico de Tecnologia da Informação - Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I - Padrão 1, em regime de 40 (quarenta) horas semanais, habilitado em Concurso Público de Provas, classificada em 2º (segundo) lugar, com lotação no Campus "Senador Helvídio Nunes de Barros", na cidade de Picos/PI, Código de Vaga nº. 0332834. A posse ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, (considerando a Portaria nº 1.264/2007 do Ministério de Estado da Educação, de 27.12.2007, publicadas no D.O.U. de 28.12.2007; o Edital nº 001/2008 - DRH/FUPPI, de 17.01.2008, publicado no D.O.U. de 21.01.2008; a Homologação publicada no D.O.U. de 11.04.2008 e sua reatificação, Ato 639/08, publicado no D.O.U. de 18.04.08, o Processo nº. 23111.007963/08-31).

Nº 833 - I. Autorizar o afastamento, com ônus limitado, de FRANCISCO EDINALDO PINTO MOURÃO, Professor de 1º e 2º Grau, lotado no Campus "Amílcar Ferreira Sobral, na cidade de Florianópolis, no período de 17.06 a 03.07.2008, a fim de, através do intercâmbio Brasil-Israel - Capacitação em Reuso de Águas, participar do Curso de Capacitação "Tratamento de Águas Residuais e seu Reuso Agrícola", naquele país. 2. Sob pena de responsabilidade administrativa, a autoridade imediatamente superior tem o encargo de comunicar a DRH, no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo do afastamento, sobre o retorno ou ausência do servidor, (considerando o Processo nº. 23111.008713/08-17).

Nº 834 - No Ato da Reitoria nº. 701/08, de 24.04.2008, referente à Designação de ODAILTON ARAGÃO AGUIAR, Professor Classe Adjunto - DE, para exercer a Função Gratiificada FG-2, de Coordenador do Curso de Educação Artística, do Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto", onde se lê: pelo período de dois anos, leia-se: com mandato de dois anos, a contar de 01.04.2008, (considerando o Memo. nº. 056/2008 - CCE).

LUIZ DE SOUSA SANTOS JUNIOR

## DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

## PORTARIAS DE 2 DE JUNHO DE 2008

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Ato da Reitoria Nº. 425/08, de 18/03/2008 e, considerando o

Processo nº 23111.007810/08-20; As Leis nºs 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente; resolve:

Nº 265 - Autorizar a mudança de regime de trabalho do Professor Substituto, DAVYVIDE MAGALHÃES DE OLIVEIRA, lotado no Departamento de Filosofia, do Centro de Ciências Humanas e Letras - CCIL -, de Tempo Parcial TP 20 horas semanais, para Tempo Integral - TP - 40 horas semanais.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Ato da Reitoria Nº. 425/08, de 18/03/2008, e considerando o Edital nº 05/2008, publicado no DOU de 21/02/2008, homologação publicada no DOU de 25/03/2008, o

processo nº. 23111.007424/08-56; as Leis nºs 8.745/93; 9.849/99, e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente; resolve:

Nº 266 - Autorizar a contratação por até 12 (doze) meses, de CRISTIANO RIBEIRO GONÇALVES AFFONSO, para exercer a função de Professor Substituto, TP-20 (vinte) horas semanais, do Departamento de Biofísica e Fisiologia, Área de Biofísica, do Centro de Ciências da Saúde/CCS, percebendo a remuneração fixada para o Nível 1, da carreira docente, para a qual o contratado possui qualificação.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Ato da Reitoria Nº. 425/08, de 18/03/2008 e, considerando o

Processo nº 23111.008311/08-03/CCIL; As Leis nºs 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente; resolve:

Nº 267 - Autorizar a renovação por 12 (doze) meses, do Contrato de Trabalho de ALEXANDRE RODRIGUES SANTOS, para exercer a função de Professor Substituto, TP-20 (vinte) horas semanais, lotado no Departamento de Ciências Contábeis e Administrativas.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Ato da Reitoria Nº. 425/08, de 18/03/2008, e considerando o processo nº. 23111.008196/08-69/CCIL; as Leis nºs 8.745/93; 9.849/99; e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente; resolve:

Nº 270 - Autorizar a renovação, por até 12 (doze) meses, do Contrato de Trabalho de ADRIANA DE ALENCAR SETUBAL SANTOS, para exercer a função de Professor Substituto, TP-20 (vinte) horas semanais, lotado no Departamento de Ciências Jurídicas - CCJL.

ANTÔNIO PÁDUA CARVALHO

## PORTARIA Nº 272, DE 3 DE JUNHO DE 2008

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Ato da Reitoria Nº. 425/08, de 18/03/2008, e considerando o edital nº 09.2007/CSH/PI, publicado no DOU de 20/11/2007, a homologação publicada no DOU de 12/12/2007; o processo nº 23111.012335/07-96; as Leis nºs 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente; resolve:

Autorizar a contratação, por até 12 (doze) meses, de ERASMO ARTUR DA SILVA JUNIOR, para exercer a função de Professor Substituto, em Regime de Tempo Parcial - TP-20 (vinte) horas semanais, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos/PI, na área de Matemática, percebendo a remuneração fixada para o Nível 1, da carreira docente, para a qual o contratado possui qualificação.

ANTÔNIO PÁDUA CARVALHO

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

## PORTARIA Nº 813, DE 26 DE MAIO DE 2008

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 6 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 07 de dezembro de 2004, resolve:

Alterar a aposentadoria, com proventos proporcionais (70%), concedida em 18/05/00, pela Portaria nº 212/00, conforme o contido no processo nº 23116.000169/00-96, em aposentadoria voluntária com proventos proporcionais (26/30), da servidora LUIZA MARIA CORREA BRUM, matrícula SIAPE nº 0408311-3, ocupante do cargo de Servente de Limpeza, A - I - 12, 40h, do quadro de pessoal desta UFES, com fundamento no Art. 186, inciso III, Alínea "c" e Art. 3º da EC. 20/98.

JOÃO CARLOS BRAHIM COUSIN

## DESPACHO DO REITOR

Em 2 de junho de 2008

O Reitor em exercício da Universidade Federal do Rio Grande-FURG, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 22 do Estatuto da Universidade, os Artigos 19, alínea E e 21, inciso I do Regulamento Geral da Universidade, resolve autorizar o cancelamento do afastamento do país de:

01 - Nísia Knausch, Professora Associada I, publicado no D.O.U. de 14.05.2008, seção 2, página 11, processo nº 23116.001677/08-29.

ERNESTO LUIZ CASARES PINTO

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

## PORTARIA Nº 338, DE 21 DE MAIO DE 2008(\*)

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 23 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2004, considerando o que dispõe o Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, bem como a subdelegação de competência que lhe concede a Portaria nº. 1.496-MEC, publicada no DOU de 04.05.2005, e tendo em vista o constante no Processo nº. 23402.000126/2008-75, resolve:

AUTORIZAR o afastamento do país da servidora SILVIA HELENA NOGUEIRA TURCO, matrícula SIAPE nº 1612592, Professora Adjunta, Nível 1, lotada no Colegiado de Engenharia Agrícola e Ambiental, no período de 30 de junho de 2008 a 30 de junho de 2009, para cursar Pós-Doutorado na área de Ambiente Ambiental, junto a University of California, sediada na cidade de Davis, Estados Unidos, com ônus para a CAPE.

JOSÉ WEBER FREIRE MACEDO

(\*) Republicada por ter sido no DOU de 27/05/2008, Seção 2, página 14, com incorreção no original.

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

## PORTARIA Nº 410, DE 3 DE JUNHO DE 2008

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando a tramitação do Projeto de Lei 2.879/2008 que cria a Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão de Implantação da futura Universidade, integrada pelos professores José Seixas Lourenço, Maria Marlene Escher Furtado, Ricardo Bezerra de Oliveira, Adlene Moraes, Adailson Viana Soares, Bárbara Cristina da Silva Monteiro, Rodrigo Araújo de Ramalho Filho, Jorge Antonio de Souza Filho, sob a presidência do primeiro.

Parágrafo Único. Os membros da Comissão exercem função de interesse público relevante, não remunerada, sem caracterizar vínculo com a Secretaria de Educação Superior e quando convocados farão jus a transporte e diárias.

Art. 2º Compete à Comissão de Implantação realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos previstos no Projeto de Lei.

Art. 3º A Comissão de Implantação será instalada na Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior - SESU, que proporcionará dentro dos seus limites, o necessário apoio institucional e será sediada em Santarém, no Estado do Pará.

Art. 4º As atividades da Comissão de Implantação encerrarão-se em 31 de dezembro de 2008 ou quando da destituição de Reitor por tempo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIA LÉIDA COSTA DINIZ

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

## PORTARIAS DE 27 DE MAIO DE 2008

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 494 - Conceder pensão vitalícia a Leonidiz Carvalho de Lucena, CPF nº 005.680.314-13, cônjuge da ex-servidora Alaine Lins de Lucena, matrícula SIAPE nº 328.268, ocupante do cargo de Administrador, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento 16, falecida em 14 de agosto de 1994, de acordo com o artigo 217, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.112/90, e segundo instruções expedidas no Ofício nº 1507/2008-TCU/Seip, relativo ao Processo TC 016.322/2003-0, com vigência a partir da data do óbito;

1 - Estabelecer que a referida pensão corresponderá a 100% (cem por cento) da totalização da pensão (23074,011455/08-22)

Nº 495 - Conceder pensão Temporária a Judson Santos do Nascimento, CPF nº 095.559.744-70, e Wallace Santos do Nascimento, CPF nº 095.559.744-42, filhos do ex-servidor Severino Luiz do Nascimento, matrícula SIAPE nº 336.332, ocupante do cargo de Servente de Limpeza, falecido em 12 de maio de 2008, de acordo com o artigo 217, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.112/90, e segundo instruções expedidas no Ofício nº 10.887/2004, artigo 40, § 7º da CF/88, e o Artigo 2º, inciso I, da Lei nº 10.887/2004, com vigência a partir da data do óbito;

1 - Estabelecer que a referida pensão corresponderá a 100% (cem por cento) da totalização da pensão, divididas em partes iguais, ou seja, 50% (cinquenta por cento) para cada beneficiário (Processo nº 23074.011242/08-91).

MARCELO DE FIGUEIREDO LOPES.

Em exercício

**ANEXO D – Lei nº 12.085/2009**

LEI Nº 12.085, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, criada pela Lei no 3.191, de 2 de julho de 1957, e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, criada pela Lei no 10.611, de 23 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. A UFOPA, com natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Santarém, Estado do Pará.

Art. 2º A UFOPA terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFOPA, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, no seu estatuto e nas demais normas pertinentes.

Art. 4º Passam a integrar a UFOPA, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis, integrantes do campus de Santarém e da Unidade Descentralizada da UFRA/Tapajós.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UFOPA.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFOPA os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFPA, disponibilizados para funcionamento do campus de Santarém e dos Núcleos em Itaituba e Oriximiná e da Unidade Descentralizada da UFRA/Tapajós, na data de publicação desta Lei.

Art. 6º Ficam criados, para compor o quadro de pessoal da UFOPA:

I - 432 (quatrocentos e trinta e dois) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior;

II - 120 (cento e vinte) cargos efetivos técnico-administrativos de nível superior, na forma do Anexo; e

III - 212 (duzentos e doze) cargos efetivos técnico-administrativos de nível médio, na forma do Anexo.

Parágrafo único. Aplicam-se aos cargos a que se refere o caput as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam as Leis nos 7.596, de 10 de abril de 1987, 10.302, de 31 de outubro de 2001, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005, bem como o regime jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 7º O ingresso nos cargos do Quadro de Pessoal efetivo da UFOPA dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 8º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos e funções para compor a estrutura regimental da UFOPA:

I - 41 (quarenta e um) Cargos de Direção - CD, sendo 1 (um) CD-1, 1 (um) CD-2, 15 (quinze) CD-3 e 24 (vinte e quatro) CD-4; e

II - 170 (cento e setenta) Funções Gratificadas - FG, sendo 49 (quarenta e nove) FG-1, 24 (vinte e quatro) FG-2, 33 (trinta e três) FG-4, 15 (quinze) FG-5, 4 (quatro) FG-6 e 45 (quarenta e cinco) FG-7.

Art. 9º O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 10. Ficam criados os cargos de Reitor e Vice-Reitor da UFOPA.

Art. 11. A administração superior da UFOPA será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei no 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pelo Conselho Universitário, no limite das respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento interno.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFOPA.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei no 5.540, de 28 de novembro de 1968, substituirá o Reitor em suas ausências e impedimentos legais.

§ 3º O estatuto da UFOPA disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 12. O patrimônio da UFOPA será constituído por:

I - bens da UFPA e da UFRA, disponibilizados para o funcionamento do campus de Santarém e dos Núcleos em Itaituba e Oriximiná e da Unidade Descentralizada da UFRA/Tapajós na data de publicação desta Lei, formalizando-se a transferência nos termos da legislação e procedimentos pertinentes;

II - bens e direitos que a UFOPA vier a adquirir ou incorporar;

III - doações ou legados que receber; e

IV - incorporações que resultem de serviços realizados pela UFOPA, observados os limites da legislação pertinente.

Parágrafo único. Os bens e os direitos da UFOPA serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, a não ser nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 13. Os recursos financeiros da UFOPA serão provenientes de:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III - recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais, observada a regulamentação a respeito;

IV - resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V - receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a finalidade da UFOPA, nos termos do estatuto e do regimento interno; e

VI - taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância à legislação pertinente.

Parágrafo único. A implantação da UFOPA fica sujeita à existência de dotação específica no Orçamento Geral da União.

Art. 14. A implantação das atividades e o conseqüente início do exercício contábil e fiscal da UFOPA deverão coincidir com o primeiro dia útil do ano civil subseqüente ao da publicação desta Lei.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - transferir saldos orçamentários da UFPA e UFRA para a UFOPA, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal; e

II - praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 16. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFOPA, na forma de seu estatuto, os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão providos, pro tempore, pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 17. A UFOPA encaminhará sua proposta estatutária ao Ministério da Educação para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2009; 188o da Independência e 121o da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Lei nº 12085 de 05/11/2009 / PL - Poder Legislativo Federal  
(D.O.U. 06/11/2009)